

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC- SP**

Ilisabet Pradi Krames

**Na trilha do PROUNI: implantação, acompanhamento e perspectivas em
uma instituição de ensino superior de Santa Catarina**

DOCTORADO EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO

**SÃO PAULO
2010**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Ilisabet Pradi Krames

**Na trilha do PROUNI: implantação, acompanhamento e perspectivas em
uma instituição de ensino superior de Santa Catarina**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação: Currículo, sob a orientação da Prof^ª. Doutora Mere Abramowicz.

**SÃO PAULO
2010**

Banca Examinadora

Às pessoas que trabalham por uma realidade
melhor, acreditando que é possível *ser a
mudança que desejamos para o mundo.*

AGRADECIMENTOS

À querida orientadora, Profa. Dra. Mere Abramowicz, pela forma como me acolheu e conduziu ao longo de todo o percurso do Doutorado.

À Profa. Dra. Amândia Maria de Borba, pela partilha do saber, pelas orientações preciosas na pesquisa, pelo exemplo de vida profissional e pessoal.

À CAPES, pela bolsa de estudos.

À Instituição de Ensino pesquisada, pela abertura e incentivo à pesquisa, pelo acesso aos dados, pela seriedade com que desempenha seu papel social.

Ao Grupo de Pesquisa Políticas Públicas em Currículo e Avaliação da Instituição de Ensino pesquisada.

Ao Grupo de Pesquisa Currículo: Questões Atuais da PUC- SP.

Às queridas amigas Yára Christina Cesário Pereira e Marilde Queiroz Guedes pela interlocução contínua e preciosa durante a escrita da tese.

Aos alunos PROUNI e aos Gestores da IES pesquisada, pela contribuição imprescindível a esta pesquisa.

Aos colegas de trabalho, pelo incentivo.

Aos professores do Programa Educação e Currículo da PUC-SP, pela presença marcante em minha vida acadêmica.

Aos familiares queridos que, de forma e intensidade distintas, marcam minha vida.

À Tere, ao Flávio e à Paula, pela presença marcante em minha história de vida.

Aos queridos Rafael, Angela, Cristiano, Thais e Carolina, por me ensinarem que partilhar o amor é a forma mais sensata de tê-lo em abundância.

Ao Lucas Vinícius, que está nascendo junto com a tese, por tudo o que virá a ensinar e a aprender com a família.

A quem me ensinou a (re)ler e a (re)escrever as letras e o mundo: Maria Mercês, minha professora da 1ª série e minha mãe amada, pelo respeito às minhas escolhas e pelo amor incondicional.

Ao meu amado Rony, pelos últimos 20 anos de projetos comuns, de amor e de presença contínua.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Evolução das matrículas no ensino superior brasileiro (graduação e pós graduação).....	38
Figura 2	Gráfico das Instituições de Ensino Superior do Brasil, em 2008	39
Figura 3	Tabela indicativa da evolução do número de matrículas no ensino superior, por categoria administrativa – Brasil, 2002-2008	40
Figura 4	Tabela indicativa da evolução do número de vagas no ensino superior, por categoria administrativa – Brasil, 2002-2008	40
Figura 5	Gráfico indicativo da evolução das bolsas PROUNI – 2005-2009	57
Figura 6	Gráfico indicativo da evolução das bolsas – integral e parcial – do PROUNI – 2005-2009	57
Figura 7	Perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada, na característica “procedência”, no semestre 2006/1	67
Figura 8	Perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada, na característica “procedência”, no semestre 2006/2	67
Figura 9	Perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada, na característica “procedência”, no semestre 2007/1	68
Figura 10	Perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada, na característica “procedência”, no semestre 2007/2	68
Figura 11	Gráfico indicativo do semestre de recebimento da bolsa PROUNI	86
Figura 12	Gráfico indicativo da dificuldade de permanência no ensino superior.....	89
Figura 13	Gráfico indicativo da possibilidade de cursar o ensino superior sem a bolsa PROUNI.....	92

LISTA DE QUADRO

Quadro 1	Quadro das Instituições de Ensino Superior do Brasil em 2008	39
----------	--	----

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A	Entrevista com Gestores	118
Apêndice B	Questionário enviado aos alunos PROUNI.....	119

LISTA DE ANEXOS

Anexo A	Tabela perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada na característica “faixa etária”, nos semestres 2006/1, 2006/2, 2007/1 e 2007/2	121
Anexo B	Gráfico perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada na característica “gênero” nos semestres 2006/1, 2006/2, 2007/1 e 2007/2	122
Anexo C	Perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada na característica “estado civil”, nos semestres 2006/1, 2006/2, 2007/1 e 2007/2	123
Anexo D	Gráfico perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada na característica “situação econômica”, nos semestres 2006/1, 2006/2, 2007/1 e 2007/2	124
Anexo E	Gráfico perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada na característica “ocupação profissional”, nos semestres 2006/1, 2006/2, 2007/1 e 2007/2	125
Anexo F	Gráfico Perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada na característica “renda familiar”, nos semestres 2006/1, 2006/2, 2007/1 e 2007/2	126
Anexo G	Gráfico Perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada na característica “ensino médio: escola pública ou privada”, nos semestres 2006/1, 2006/2, 2007/1 e 2007/2	127
Anexo H	Tabela índices de acesso e evasão definitiva dos bolsistas do PROUNI da IES pesquisada, por área do conhecimento, no período 2006/1 – 2007/2	128
Anexo I	Tabela percentual superior de rendimento acadêmico (médias finais) dos alunos PROUNI frente ao rendimento acadêmico médio dos alunos das disciplinas de quatorze cursos selecionados dos semestres 2006/1 a 2007/2	129
Anexo J	Condições financeiras dos bolsistas/perfil financeiro	130

LISTA DE SIGLAS

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior
AC	Ampla Concorrência
ACAFE	Associação Catarinense das Fundações Educacionais
CAS	Conselho Administrativo Superior
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONAP	Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI
CONSUN	Conselho Universitário
CONTEE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Programa Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação
PA	Políticas Afirmativas
PADEF	Programa de Atenção aos Discentes, Egressos e Funcionários
PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PINGIFES	Plataforma Integrada para Gestão das Universidades Federais
PIPG	Programa de Integração Graduação e Pós-Graduação
PNE	Plano Nacional de Educação
PROPPEC	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RENAVAM	Registro Nacional de Veículos Automotores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil
SC	Santa Catarina
SESU	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISPROUNI	Sistema Informatizado do PROUNI
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UBES	União Brasileira dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>)
USAID	Agência para o Desenvolvimento Internacional do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América

KRAMES, Ilisabet Pradi. **Na trilha do PROUNI**: implantação, acompanhamento e perspectivas em uma instituição de ensino superior de Santa Catarina. 2010. 131 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

RESUMO

O presente trabalho trata do Programa Universidade para Todos (PROUNI), um tema atual e que vem merecendo destaque nas pesquisas voltadas para o campo da educação superior no Brasil. Tendo como referência esta política pública de educação, cuja finalidade é a democratização do ensino superior no país, o objetivo geral estabelecido na presente pesquisa é analisar a implantação e as repercussões do PROUNI numa Instituição de Ensino Superior (IES) de Santa Catarina. Como opção metodológica, primou-se pelas orientações da abordagem qualitativa, priorizando a análise de conteúdo. A aplicação dos instrumentos de pesquisa junto aos alunos bolsistas PROUNI e a três segmentos do grupo gestor da IES pesquisada permitiu o cruzamento das categorias que compuseram o eixo de análise. Tal procedimento possibilitou verificar o grau de aproximação ou de antagonismo entre as percepções e expectativas dos alunos e a política de compromisso social da Instituição, que assumiu e acolheu o aluno bolsista. Essa política é entendida, no contexto desta pesquisa, como um diferencial em termos de responsabilidade social, que otimiza a permanência do bolsista no ensino superior. Ao investigar o processo de implantação do PROUNI e as suas repercussões na Instituição, a pesquisa evidencia: expectativas e compromissos sociais da IES decorrentes da implantação; expectativas e compromissos dos alunos bolsistas; a visão desses alunos sobre o Programa no tocante ao acesso e à permanência no ensino superior; bem como a compreensão sobre o PROUNI enquanto política de inclusão social e o diferencial de uma instituição privada que assume e acolhe o aluno bolsista deste Programa. Os procedimentos de pesquisa e a análise dos dados assinalaram que as políticas públicas e as ações do Estado voltadas à inclusão e ao bem-estar social podem, efetivamente, alcançar os resultados que potencialmente objetivam, desde que haja um envolvimento coletivo das IES que aderirem ao PROUNI. No que concerne ao aluno PROUNI da IES pesquisada, percebeu-se que o acesso é compreendido como uma oportunidade única para a mudança de vida e, apesar das dificuldades encontradas, a inclusão é tomada como um direito. Nesse sentido, o compromisso social das IES que aderem ao Programa precisa ser traduzido em ações concretas de acolhimento, orientação e acompanhamento aos alunos bolsistas.

Palavras-chave: PROUNI, Acesso e Permanência, Democratização do Ensino.

KRAMES, Ilisabet Pradi. **On PROUNI trail**: implantation, accompaniment e perspectives in an Institute of Higher Education in the State of Santa Catarina. 2010. 131 sh. Thesis (Doctorate in Education: Curriculum) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ABSTRACT

This paper is about the Programa Universidade para Todos – PROUNI, a current theme that has been gaining attention on research into the field of Brazilian Higher Education. This public education policy is aimed at democratizing Higher Education in the country, and is a reference to this work, which aims to analyze PROUNI implantation and its repercussions in an Institute of Higher Education in Santa Catarina. The methodological option used had been based on the qualitative approach, giving priority to the analysis of the content. The application of the research tools with the students benefited from a PROUNI scholarship and with the three segments of the Institute of Higher Education manager group researched allowed the crossing of the categories that made up axis of analysis. This procedure allowed us to determine the closeness and antagonism degree between the perceptions and expectations of the students and the social commitment policy of the Institute that admitted and hosted the student that has been benefited with the scholarship. This policy has been understood in the context of this research as a differentiator in terms of social responsibility that optimizes the permanence of the student in Higher Education. When investigating the process of deploying PROUNI and its repercussions in the Institute, the research shows: expectations and social commitments of the Higher Education Institute resulting from the implantation of the program; expectations and commitment of the students; the students' point of view about the access and retention in the Higher Education Program; the understanding about PROUNI as a social inclusion policy, and the differential of a private institute that admits and hosts the students that have been benefited with the program scholarship. The research and data analysis methodologies pointed out that the Public Policies and the actions of the State aimed at inclusion and social welfare can achieve the results they aim, if there is a collective involvement of the Institutes of Higher Education that join PROUNI; for the students of the Institute of Higher Education that are connected to the program, we realized that the access can be understood as the unique opportunity to change his/her live and, despite difficulties, the inclusion is understood as a right. The social commitments of the Institute of Higher Education that join the program need to be translated into concrete actions of hosting, guiding and monitoring the scholarship students.

Key-words: PROUNI, Access and Permanence, Democratization of Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CAMINHOS DA PESQUISA	20
1.1 Procedimentos	24
2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NUM CONTEXTO POLÍTICO NEOLIBERAL	29
2.1 Democratização ou mera expansão do ensino? Reflexos do passado no contexto da Educação Superior, hoje	32
3 PROUNI E O DEBATE SOBRE A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	45
3.1 Conhecendo as bases legais do Programa	51
3.2 O PROUNI no cenário nacional	56
3.3 A IES de Santa Catarina: o cenário da pesquisa	60
4 A IMPLANTAÇÃO DO PROUNI E O COMPROMISSO SOCIAL DA IES PESQUISADA: A VOZ DOS GESTORES	64
5 A IMPLANTAÇÃO DO PROUNI E AS EXPECTATIVAS DO ALUNO BOLSITA: A VOZ DOS ACADÊMICOS	80
5.1 PROUNI: acesso, permanência e perspectivas	84
5.2 Alunos PROUNI na Casa do Peregrino	97
6 O PROUNI NA IES PESQUISADA: PERCEPÇÕES E INFERÊNCIAS	101
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICES	117
ANEXOS	120

INTRODUÇÃO

*Mais difícil do que escrever ficção é, certamente,
escrever sobre a realidade.
Mais difícil do que inventar é, na certa, lembrar,
juntar, relacionar, interpretar-se.
Explicar-se é mais difícil do que ser.
E escrever é sempre um ato de existência. Quando se
escreve conta-se o que se é.
Parece que se inventa, mas não: vive-se. Parece que
se cria, mas na verdade aproveita-se[...].
(Ruth Rocha, 1994)*

Não há pesquisa, nem tampouco escrita de uma tese, que não esteja intimamente vinculada com a história de vida do pesquisador. Segundo Severino (1993, p. 176), “relatada com autenticidade e criticamente assumida, nossa história de vida é nossa melhor referência”.

Em 1990, ano seguinte à conclusão do Magistério – Ensino Médio – e à mudança domiciliar, do interior do Estado do Paraná para um polo industrial do Estado de Santa Catarina, iniciei minha história profissional na área da Educação. O primeiro trabalho foi numa instituição de educação básica, privada, confessional, que tinha 75 anos de fundação e era dirigida por religiosas.

Esse período evidenciou que os livros, as leituras, as discussões e orientações do Magistério, em nível de ensino médio, não davam conta da escola real que se desenhava a minha frente. Esta escola real era bem menos previsível e linear do que a escola idealizada e simulada nas práticas de ensino e projetos desenvolvidos no curso de Magistério.

Diante das dificuldades encontradas, e ao mesmo tempo da possibilidade ímpar de estar atuando numa instituição de ensino bem conceituada na região, ficou bastante evidente a importância de ingressar no ensino superior. Contudo, em razão de uma série de questões de ordem institucional, financeira, de horário e de transporte, somente após dois anos de atuação profissional nas séries iniciais é que foi possível ingressar num curso de Pedagogia.

Longe da casa dos pais e gastando com moradia, transporte, alimentação e saúde, as mensalidades do curso superior foram, com bastante dificuldade, quitadas até o final do 4º semestre letivo. Nesse período, as dificuldades financeiras se acentuaram e por essa razão procurei a coordenação do curso de Pedagogia, em busca de alguma orientação e/ou auxílio.

Fui, então, orientada a utilizar o Crédito Educativo ou a efetuar o trancamento¹ do curso, fazer economias e voltar à universidade quando eu estivesse em melhores condições financeiras.

Não aderi ao Crédito Educativo por receio dos juros altos. Assim, a alternativa que me restou foi abandonar o curso, uma vez que o denominado trancamento exigia a continuidade do pagamento de um determinado valor para que, ao final de três semestres, fosse possível retornar ao curso. Pareceu-me uma ironia a proposta recebida: voltar à universidade quando estivesse em melhores condições financeiras. Não deveria ser o contrário? Afinal, eu buscava a universidade também para, posteriormente, ter acesso a melhores condições financeiras.

A impressão que eu tinha, aos 20 anos, era a de que sempre atuaria na mesma instituição de ensino, principalmente por se tratar de uma referência educacional na região. Os professores da instituição, a grande maioria com mais de 12 anos de contratação, não pensavam em buscar outros espaços ou níveis de ensino; ao contrário, a expectativa geral era de ali se aposentar.

Não havia, por parte da direção, estímulo ou exigência para que os professores dos anos iniciais fizessem a graduação. O que havia era um rigoroso acompanhamento diário do desempenho docente. Como vinha apresentando sinais evidentes de cansaço físico, eu acabava sendo alertada, pela coordenação pedagógica, sobre os perigos desse cansaço físico diante do necessário desempenho em sala de aula. Fui orientada a refletir em que medida valia a pena fazer a graduação, uma vez que ela não me proporcionaria aumento salarial e, ainda, poderia comprometer o meu emprego.

Somava-se a esse quadro – ou quem sabe, justamente por ele – um outro agravante: a dificuldade de estabelecer relação entre a teoria e a prática, ou seja, entre o que eu estudava no curso de Pedagogia e o que realizava em sala de aula. Talvez eu tivesse atribuído um excesso de expectativas ao curso de Pedagogia, que na época era novo e ainda estava em fase de implantação; talvez eu não tivesse, ainda, noção exata do que de fato significava a docência.

Trabalhar em período integral na educação e não poder cursar Pedagogia para crescer profissionalmente e ter um melhor desempenho, por algum tempo me fez pensar seriamente em desistir da Educação e buscar outros espaços de atuação profissional. No entanto, uma série de fatos, de ordem pessoal, me fez rever essa decisão. Continuei na educação e, anos mais tarde, ao mudar novamente de cidade, retornei ao ensino superior, justamente na IES

¹ Para ter garantido o retorno à Instituição de Ensino, sem ter de prestar novo vestibular, o aluno deveria pagar uma taxa estipulada pela IES. A esse procedimento era dado o nome de trancamento. Ele era válido por, no máximo, três semestres letivos.

lôcus desta pesquisa e também onde atuo profissionalmente até hoje. Não retornei ao curso de Pedagogia. Por opção, escolhi o curso de História.

Eu estudava no período noturno e atuava como docente da educação básica, da mesma IES, no período diurno². É importante dizer que, nessa época, minha carga horária oscilava entre 25 e 30 horas-aula. Como docente, me foi possibilitada uma bolsa de estudos que praticamente cobria os custos do curso de graduação. Esse incentivo econômico, oferecido pela IES, permitiu segurança financeira para manter uma carga horária reduzida, investir em livros, periódicos e participar de congressos e eventos na área.

A graduação em História foi uma experiência ímpar. O curso deu suporte teórico para prosseguir a caminhada acadêmica; despertou o interesse para a pesquisa, para a discussão de questões relacionadas ao gênero, às diferenças culturais, étnicas, religiosas; fez pensar uma história não linear, não positivista, não determinada pelos grandes acontecimentos, e sim uma história construída pelo cotidiano, pelo local, pela memória. Juntamente a tudo isso, trouxe uma sensação de pertencimento, de ser capaz de estar numa universidade, de não estar mais à margem do processo, mas, sim, de sentir-me parte dele. Por desencadear todo um processo de ressignificação da concepção de escola e de educação, os efeitos da graduação refletiram intensamente em minha vida pessoal e profissional.

Em 1999, concluída a graduação, iniciei a Especialização em História Social na Universidade do Estado de Santa Catarina. Em 2001, voltei a estudar na IES aqui pesquisada, como aluna do Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Educação, na linha de pesquisa Currículo e Avaliação. Novamente contei com uma bolsa de estudos, mantida pela IES, como forma de incentivar e apoiar a formação do corpo docente.

No período entre 2003-2007, passei a atuar na coordenação pedagógica da Educação Básica do Colégio de Aplicação da IES pesquisada. Em 2003, paralelamente às atividades de coordenação pedagógica, atuei como docente substituta, nos cursos de graduação em História, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, e tive a oportunidade de atuar, como representante da educação básica, junto à Pró-Reitoria de Ensino.

A oportunidade de atuar no ensino superior possibilitou uma visão mais abrangente a respeito das continuidades e discontinuidades entre o ensino médio e a graduação. Outra questão marcante foi vivenciar as dificuldades e os esforços empreendidos pelos acadêmicos para conseguir ingressar e permanecer no ensino superior. As histórias que eu acompanhava, em certa medida, refletiam a minha própria história.

² Vale esclarecer que a referida IES oferece níveis de ensino da Educação Infantil até a Pós-Graduação, em nível de doutorado.

Embora procurando estimular a permanência do aluno e sugerir caminhos alternativos, por vezes oferecidos pela própria IES (bolsas, projetos, estágios), era desalentador ver alunos com grande capacidade intelectual interrompendo, por questões econômicas, sua vida acadêmica. Ter seus sonhos acadêmicos alijados é doloroso. Amargo. Faz-nos sentir à margem do processo. O ensino superior deve ser lugar de inclusão, de construção, ampliação e, na medida do possível, realização dos sonhos. Lugar para amadurecer intelectual e moralmente. Nunca o contrário.

No entanto, se é lamentável ver acadêmicos abandonando o ensino superior por falta de recursos econômicos, há que se dizer que não é menos triste e lamentável ver a desenfreada expansão do ensino superior privado que, a qualquer custo, em condições degradantes, mantém alunos matriculados. Quando o ensino não tem a qualidade necessária, o aluno está sendo colocado à margem do processo da mesma forma ou de forma ainda mais perversa, pois ela é velada. Ele está no ensino superior, receberá um diploma, elevará os índices de resultados disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC), mas a contribuição desse ensino é superficial, questionável e problemática.

Dentro desse cenário surge o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Um Programa que nasceu em maio de 2004 quando o governo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.582. Simultaneamente à tramitação do Projeto de Lei, no Congresso, o governo publicou, em 10 de setembro de 2004, a Medida Provisória nº 213 (BRASIL, 2004), que instituiu o Programa, regulamentou a atuação das entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e deu outras providências, pedindo, em seguida, a retirada do Projeto de Lei. No ano seguinte, em 13 de janeiro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005) – de conversão da Medida Provisória 213 – que instituiu o PROUNI.

O PROUNI prevê a concessão de bolsas integrais e parciais (100%, 50% e 25%) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. As bolsas são concedidas a brasileiros não portadores de diploma de curso superior e cuja renda familiar, mensal, não ultrapasse o valor de um salário mínimo e meio, por pessoa, nos casos das bolsas integrais, e de três salários mínimos, para as bolsas parciais.

As bolsas do PROUNI são destinadas a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escola da rede pública ou que tenham obtido bolsa integral em instituições privadas durante todo o ensino médio. Nos cursos de Licenciatura, Normal Superior e Pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, têm preferência, na ocupação das

vagas, os professores, em efetivo exercício, na rede pública de ensino, independentemente da renda. A pré-seleção dos candidatos a serem beneficiados pelas bolsas é feita pelos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Podem aderir ao PROUNI, segundo a Lei, todas as instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, beneficentes ou não. As IES que aderirem ao PROUNI ficam isentas dos seguintes impostos e contribuições: i) Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; ii) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido; iii) Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social; iv) Contribuição para o Programa de Integração Social.

Esta pesquisa nasce do esforço de analisar a implantação do PROUNI numa IES de Santa Catarina, acreditando que não se pode mais esperar para saldar a dívida social contraída com aqueles que foram colocados à margem do ensino superior e, por decorrência, à margem do sistema social. Dentro dessa perspectiva, também se faz necessário, dado o quadro de expansão da privatização do ensino superior, manter a atenção à questão da qualidade educacional oferecida (ou negligenciada?) ao aluno.

Certamente seria ingenuidade analisar o PROUNI sem estabelecer relações com a política econômica vigente e com o avançado estágio de privatização da educação (de maneira cada vez mais explícita), bem como com a política do Estado Mínimo, orientada pela ideologia neoliberal, em detrimento do Estado de Bem-Estar Social. Nesse sentido, Catani e Hey (2007, p. 425) denunciam que

falar em sistema de educação superior no Brasil, hoje, exige o entendimento do tipo de sociedade que se vislumbrou construir e que se constrói longe da ideia de igualdade de oportunidades sociais. As políticas de ampliação do acesso à educação superior são vistas como sinônimo de acesso ao sistema conforme a posição de classe de cada um: aos bem nascidos garante-se educação de alta qualidade e, aos despossuídos, garante-se o acesso – nem mesmo a permanência – às instituições e aos cursos menos prestigiados.

Analisar criticamente a implantação do PROUNI e suas repercussões numa IES de SC pode trazer contribuições no sentido de avaliar os avanços e as fragilidades do Programa enquanto possível ação da política pública atual de inclusão e democratização do ensino superior. A inclusão e a democratização do ensino exigem querer mais do que nos é dado, fazer diferente e mudar o que está posto, acreditando que um mundo melhor é possível para todos, pois se não for para todos, se não for para o coletivo e pelo coletivo, não será um mundo melhor.

Freire (1996, p. 19) já alertava que uma “ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar ‘quase natural’”. Nesse sentido, faz-se necessário olhar atentamente os rumos do PROUNI, acompanhando e avaliando o Programa no interior de seus desdobramentos e de suas intencionalidades, pois lá poderão ser encontradas ações e intenções políticas de caráter e interesse nacional e internacional que interferirão nos rumos da nossa história educacional.

Assim, o objeto central dessa pesquisa é o Programa Universidade para Todos, (PROUNI), tendo como foco sua implantação numa IES de Santa Catarina (SC) e as repercussões dessa implantação.

Para alcançar o objetivo geral ao qual se propõe a pesquisa, estão elencados os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer as bases legais do PROUNI.
- Compreender como ocorreu a implantação do PROUNI no cenário institucional de uma IES de Santa Catarina.
- Caracterizar o perfil do aluno PROUNI de uma IES de Santa Catarina.
- Analisar a percepção do aluno PROUNI, quanto ao acesso e a inclusão deste grupo no ensino superior.
- Identificar as expectativas do aluno PROUNI de uma IES de Santa Catarina.
- Investigar o compromisso social, de uma IES de Santa Catarina, em relação a inclusão social e permanência do aluno bolsista PROUNI.

É consenso que a democratização exige bem mais do que acesso ao ensino; há que se analisar e garantir as condições de permanência e de aprendizagem dos alunos para que essa democratização de fato se efetive. Se Kant (1996) estava certo ao afirmar que o destino do homem é a humanidade, e que esta só seria alcançada pelo uso e desenvolvimento da razão, que leva ao conhecimento, então a universidade, lugar de/do conhecimento, definitivamente precisa estar acessível a todos.

A tese está organizada com a **Introdução** seguida por **sete capítulos**. O **primeiro capítulo** trata da metodologia, busca identificar e registrar as opções teóricas e metodológicas e o percurso da pesquisa. Afonso (2003), Santos Filho (2007), Gamboa (2007), Chizzotti

(2006), Freitas (2009), Bogdan e Biklen (1994), Stake (1983), André (1995), Abramowicz (1989) e Triviños (1987) foram tomados como referência nessa construção. **O segundo capítulo** localiza a educação superior num contexto político neoliberal e explicita seus efeitos e repercussões. Autores como Sacristán (1999), Condorcet (1792), Dürkheim (1984), Sacristán e Gómez (1998), Neves e Fernandes (2002), Chauí (2003), Santos (2005), Casassus (1999), Pacheco (2000), Lima (2002), Barreto e Leher (2008), Corbucci (2004) e Freitas (2009) iluminaram seu percurso. **O terceiro capítulo** discute o PROUNI e a qualidade na educação superior. Neste capítulo autores como Fernández Enguita (1994), Afonso (2003), Sacristán e Gómez (1998), Lara (2009), Catani e Hey (2007), Davies (2004), Carvalho (2006), Mancebo (2004) estão presentes. A legislação do PROUNI, os dados disponibilizados pelo MEC, pelo Sistema Informatizado do PROUNI (SISPROUNI) e os dados do sistema acadêmico financeiro da IES pesquisada serviram como base para a estruturação do capítulo. **O quarto capítulo** contextualiza a implantação do PROUNI e o compromisso social da IES pesquisada em relação à inclusão social e à permanência do aluno bolsista. Autores como Demo (2004) e Chauí (2003) foram consultados na elaboração desse capítulo. A percepção de gestores que vivenciaram o processo de implantação do Programa e que o acompanham ao longo dos últimos anos norteia a reflexão apresentada. **O quinto capítulo** enfatiza a voz do aluno PROUNI e apresenta as expectativas dos bolsistas em relação ao Programa, ao acesso e à permanência no ensino superior. Neste capítulo foram de fundamental relevância os dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Ensino da IES pesquisada. **O sexto capítulo** discute e sintetiza os resultados da pesquisa e o **sétimo capítulo** apresenta **as considerações finais**. Por fim, incluem-se as **referências, os apêndices** e os **anexos da pesquisa**.

1 CAMINHOS DA PESQUISA

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. [...] Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo. [...] O caçador teria sido o primeiro capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos. (Ginzburg, 1989, p. 151-152)

A pesquisa é um exercício ético, do qual dependem as abordagens, os usos dos dados e das descobertas que dela emergem. Como pesquisadora, compreendo a importância de assumir uma postura que vá além da descrição do contexto e do vivido e que avance para o que Afonso (2003, p. 36) referencia como postura que “[...] assume, em simultâneo, um compromisso ético e político explícito, procurando e valorizando o inerente a toda a acção humana”. Eis aí o maior de todos os desafios no exercício da pesquisa.

Pesquisador algum sai ileso da pesquisa, pois ela nos convoca a ler os acontecimentos, os processos e os contextos inscritos na história e na cultura. Essa leitura, sempre impregnada do lugar de onde falamos, exige ver nas entrelinhas o aparentemente invisível e inaudível. Gamboa (2007, p.73) escreve, e com ele concordo, que “a produção científica é inseparável da própria história do homem e de sua produção material”. Portanto, a produção científica é “[...] influenciada pelas condições históricas de sua produção (inter-relações materiais, culturais, sociais e políticas)”. Ou seja, o pesquisador é um ser em processo de aprendizagem e transformação e, no campo das ciências sociais, o mesmo é dito sobre o objeto pesquisado, uma vez que este pode transformar-se no/com o processo de pesquisa. Por tudo isso, acredito que é possível saber como entramos na pesquisa, mas por mais claros e bem delineados que pareçam os objetivos e a metodologia, nunca sabemos exatamente como dela sairemos, tendo

em vista que o percurso da pesquisa é vivo, dinâmico, contraditório e pleno do lugar/espço de onde está inserido.

Por vezes, o movimento e os esforços de observar, de analisar e de sintetizar o conhecimento provocam o que Chizzotti (2006, p. 12), descreve como “um drama existencial, uma tomada de consciência dos limites, da fragilidade, da ignorância e da miséria do próprio saber”, gerando “no investigador, uma perplexidade aflitiva, uma inibição da vontade, uma paralisia da procura”. No entanto, é preciso ir além da paralisia e continuar o percurso pois

em tempos de um individualismo competitivo, parece importante reafirmar os laços solidários que tecem qualquer existência e, ainda quando a pesquisa adote uma estratégia de investigação particularizada, não pode ignorar que os fragmentos investigados são parcelas partilhadas por muitas vidas em contextos históricos definidos (Idem, 2006, p. 14).

Tão importante quanto “o que” investigar é “como” e “por que” investigar. Nesse sentido, a escolha da metodologia utilizada é condição para que o problema de fato possa ser pesquisado. Mais do que isso: é a metodologia que define o alcance ou não dos objetivos da pesquisa. É justamente a visão de mundo do pesquisador, o contexto histórico, a natureza do problema a ser investigado e as questões de pesquisa formuladas a partir do problema que definirão a metodologia a ser utilizada. Santos Filho (2007, p. 14) escreve que “a consciência das pressuposições subjacentes a determinada metodologia adotada é crucial para, não só assegurar coerência teórico-metodológica, mas sobretudo deixar claro ao pesquisador e seu leitor o alcance e os limites de sua abordagem de pesquisa”. Cabe ao pesquisador aprender a mover-se e a explorar, da melhor forma possível, os diferentes campos de visão e análise que a pesquisa exige e oferece.

Acreditando, como escreve Chizzotti (2006, p. 27), “que o mundo deriva da compreensão que as pessoas constroem no contato com a realidade nas diferentes interações humanas”, optei pela abordagem qualitativa que auxiliará no alcance dos objetivos propostos neste estudo. Essa abordagem permite refletir o sujeito em sua totalidade, articulando dialeticamente os aspectos externos com os internos, considerando as relações do sujeito com a sociedade à qual pertence. Refiro-me a um sujeito histórico, datado, concreto e marcado por uma cultura que, ao produzir e reproduzir a realidade social, é ao mesmo tempo produzido e reproduzido por ela.

Partindo da premissa básica de que as funções psicológicas superiores são constituídas no contexto social, num processo interativo possibilitado pela linguagem, e que antecede a apropriação pessoal, pode-se perceber a coerência desta abordagem, com a pesquisa

qualitativa. As relações que se estabelecem entre diferentes sujeitos (pesquisador e pesquisados) podem ser entendidas como promotoras do desenvolvimento cognitivo, mediado pelo “outro”. A mediação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa pode levar à participação ativa tanto de um, como de outro, operando como elemento provocador da (re)significação de pensamentos e ações por meio de diálogos reflexivos.

Sabemos que não há, na pesquisa social, uma relação direta e/ou previsível de causa e efeito; há, sim, distintas, contraditórias e provisórias relações em constante (re)construção. Também sabemos a importância decisiva do meio social, das condições históricas e materiais e da leitura/interpretação que pesquisador e pesquisado fazem do contexto no qual estão imersos.

Freitas (2002, p. 26) escreve que os estudos qualitativos “ao valorizarem os aspectos descritivos e as percepções pessoais, devem sempre focalizar o particular como instância da totalidade social, procurando compreender os sujeitos envolvidos e, por seu intermédio, compreender também o contexto”. Isto para que seja possível alcançar o que a autora chama de perspectiva de totalidade.

Para Bogdan e Biklen (1994, p. 16), vinculada ao contexto no qual se insere, a razão de ser da pesquisa qualitativa, com enfoque sócio-histórico, não pode ser os resultados, e, sim, “a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação”, atribuindo assim fundamental importância ao processo e não ao produto da pesquisa. No entanto, isto não exime a pesquisa de utilizar a abordagem quantitativa, visto que ignorá-la pode superficializar a pesquisa, destituindo-a de uma maior consistência. Nessa mesma direção, Santos Filho (2007, p. 54) afirma que é

pragmaticamente defensável que no presente estágio de desenvolvimento do conhecimento humano, e de modo especial na área das ciências humanas e da educação, se admita e se adote a articulação e complementaridade dos paradigmas a fim de fazer avançar o conhecimento humano.

Para Chizzotti (2006, p. 26), as pesquisas qualitativas não possuem o que ele chama de “padrão único porque admitem que a realidade é fluente e contraditória e os processos de investigação dependem também do pesquisador – sua concepção, seus valores, seus objetivos”. Essa ideia é reforçada pela afirmação de Bogdan e Biklen (1994, p. 11), quando apontam que a investigação qualitativa é uma metodologia “que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais”. Nessa mesma direção,

Stake (1983, p. 22) escreve que “[...] a pesquisa qualitativa não fornece generalizações naturalistas, mas sim propicia ao leitor ou ao usuário chegar às suas próprias generalizações”.

Pelo exposto, parece evidente que a pesquisa qualitativa exige uma clara compreensão sobre o papel do pesquisador e da subjetividade. André (1995, p. 53) alerta que alguns pesquisadores, por acreditarem que deva ficar a cargo do leitor a compreensão final dos fenômenos estudados, eximem-se de um posicionamento mais definitivo. A autora classifica essa opção como “uma irresponsabilidade e um descompromisso imperdoável”, tendo em vista que o pesquisador possui informações que lhe permitem “tomar posicionamento sobre o caso” e socializar seu parecer. Caso contrário, o pesquisador incorre no risco de assumir “uma postura de neutralidade incompatível com esse tipo de pesquisa” (ANDRÉ, 1995, p. 53).

Sobre o rigor e a disciplina da/na pesquisa qualitativa, Stake (1983, p. 22) afirmou que ambos ficam evidentes nos

esforços para verificar observações e validar o seu significado. [...] estes esforços de validação não ocorrem em uma única fase do processo, é evidente, mas em diferentes momentos do desdobramento de ambos os caminhos, e voltando a acontecer frequentemente na medida em que ocorre o desdobramento do processo.

Stake (1983, p. 22) afirma ainda que a grande contribuição da pesquisa qualitativa é “proporcionar uma oportunidade para examinar a experiência vicária do estudo de caso com base em experiências anteriores”. Além disso, enfatiza que as pesquisas educacionais devam “estar a serviço da educação e, claramente, proporcionem melhor ‘compreensão’ de seus problemas práticos” (Idem, 1983, p. 7, grifo do autor).

A pesquisa qualitativa exige que o pesquisador vá a campo com uma inquietação/preocupação inicial. Exige um objetivo e pelo menos uma questão investigativa basilar da qual, no processo de pesquisa, emergirão outras mais específicas. É preciso que o pesquisador aproxime-se do campo de investigação para dele recolher dados passíveis de análise e interpretação. Nessa orientação de pesquisa, até mesmo os silêncios falam. Por esta razão, a forma de aproximação, os instrumentos e as possibilidades de/para coleta de dados necessitam ser cuidadosamente selecionados e elaborados. Ao mesmo tempo que podem contribuir para que o pesquisador mergulhe com profundidade e lucidez no contexto e no objeto pesquisado, podem levar a uma leitura superficial e turva, que não contribui efetivamente na construção de novos e significativos conhecimentos ou, pior, que construam conhecimentos distorcidos e tendenciosos.

A aproximação do pesquisador, com o campo de pesquisa e com o objeto pesquisado, exige um olhar atento que passa por alguma forma de observação. Freitas (2002) escreve que “a observação é, nesse sentido, um encontro de muitas vozes: ao se observar um evento, depara-se com diferentes discursos verbais, gestuais e expressivos” (p. 28-29). São justamente esses discursos que “refletem e refratam a realidade da qual fazem parte, construindo uma verdadeira tessitura da vida social” (Idem, 2002, p. 28-29).

Freitas (2002) escreve que as questões formuladas numa pesquisa devem levar o pesquisador à “compreensão dos fenômenos em toda a sua complexidade e em seu acontecer histórico. Isto é, não se cria artificialmente uma situação para ser pesquisada, mas se vai ao encontro da situação no seu acontecer, no seu processo de desenvolvimento” (p. 27).

É precisamente essa a minha pretensão ao escolher como **foco central da pesquisa a implantação do PROUNI numa IES de Santa Catarina, analisando as repercussões dessa implantação**. Essa análise pode possibilitar a obtenção de dados que venham a contribuir efetivamente na organização e no processo de planejamento de ações educativas mais enriquecedoras e eficazes.

1.1 Procedimentos

Segundo Arlete Assumpção Monteiro³, à medida que o pesquisador se apaixona pelo objeto de estudo, vão se constituindo ramificações que o desviam da problemática inicial. Por isso, na tentativa de não me desviar do foco inicial da pesquisa, delimitei um recorte temporal correspondente aos anos de 2006 até 2009. Assim, foram utilizados os seguintes procedimentos:

- Análise dos documentos oficiais do PROUNI (em nível nacional e institucional) como os dados do sistema acadêmico-financeiro da IES pesquisada e os dados do SISPROUNI⁴.
- Leitura e análise da legislação do PROUNI.

³ Comentário feito pela Professora Dra. Arlete Assumpção Monteiro, por ocasião do VIII Encontro de Pesquisadores em Educação: Currículo PUC-SP, no dia 18 de novembro de 2009, quando a referida professora atuava como debatedora do Eixo Temático: Políticas Públicas e Reformas Educacionais.

⁴O SISPROUNI é o sistema informatizado do PROUNI. Nesse sistema são armazenadas informações referentes às instituições de ensino superior participantes do Programa e dos estudantes nele cadastrados. É por meio deste sistema que o MEC verifica a situação das IES cadastradas e dos bolsistas participantes do Programa.

- Entrevistas presenciais com cinco alunos bolsistas; um professor representante da IES na implantação do Programa; uma coordenadora do PROUNI na IES; um assistente administrativo responsável pela orientação em relação a moradia e transportes no Programa de Atenção aos Discentes, Egressos e Funcionários da IES (PADEF); uma religiosa que coordena o trabalho na casa que abriga alunos PROUNI sem condições financeiras de custear despesas de moradia e alimentação; dois coordenadores de curso da IES pesquisada com o maior número de alunos PROUNI efetivamente matriculados.
- Aplicação de questionário, enviado no final de dezembro de 2009, para 1.578 *e-mails* de alunos PROUNI, da IES pesquisada. Alunos de 33 cursos, dos diferentes *campi* e centros da referida IES responderam ao questionário, totalizando 158 questionários respondidos e devolvidos à pesquisadora, o que representa uma amostra de 10% do total de *e-mails* enviados.
- Análise dos dados provenientes de duas pesquisas⁵, sobre o PROUNI, realizadas pela Gerência de Ensino e Avaliação da Pró-Reitoria de Ensino, da IES pesquisada, no período 2006-2008.
- A participação em eventos educacionais (colóquios, congressos, simpósios, conferências) e a interlocução contínua com colegas de trabalho e dos Grupos de Pesquisa “Políticas Públicas em Currículo e Avaliação” (SC) e “Currículo: Questões Atuais” (SP), trouxe uma significativa e prazerosa colaboração no desenvolvimento da pesquisa e produção da tese.

Freitas (2002) destaca que a dimensão social da entrevista “não se reduz a uma troca de perguntas e respostas previamente preparadas, mas é concebida como uma produção de linguagem, portanto, dialógica” (p. 29). Na entrevista, “os sentidos são criados na interlocução e dependem da situação experienciada, dos horizontes espaciais ocupados pelo pesquisador e pelo entrevistado” (Idem, 2002, p. 29). Isso porque, “na entrevista é o sujeito que se expressa, mas sua voz carrega o tom de outras vozes, refletindo a realidade de seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e social” (Idem, 2002, p. 29). Aí está a

⁵ A IES pesquisada é reconhecida nacionalmente por sua cultura e tradição na avaliação institucional. Especificamente sobre o PROUNI, a IES, por meio da Gerência de Ensino e Avaliação da Pró-Reitoria de Ensino, mantém um importante banco de dados permanentemente atualizado e conta com diversas pesquisas e relatórios realizados desde a implantação do Programa. Duas destas pesquisas foram amplamente consultadas e seus dados foram analisados e utilizados, visto que constituem importante fonte de informações sobre: o perfil socioeconômico do aluno PROUNI; a procedência geográfica; as condições de moradia, de transporte e de manutenção pessoal; a qualidade de acesso, permanência e aprendizagem do bolsista PROUNI.

polifonia que traz riqueza à interpretação de dados porque permite perceber as semelhanças, as diferenças, as especificidades e as generalidades de cada caso.

No contexto dessa pesquisa, a análise de conteúdo foi escolhida como a forma mais apropriada de explorar os dados coletados, visto que, conforme aponta Abramowicz (1989, p. 12) “consiste em uma técnica para fazer inferências que visam compatibilizar os dados colhidos com um padrão teórico de referência”. Também foi utilizada a análise documental que se mostra adequada, pois, segundo Triviños (1987, p. 11), ela pode fornecer “ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informação”. Desse processo de inferência e compatibilização teórica, espero que sejam construídas algumas teorias que contribuam com a educação.

Gamboa (2007, p. 88) afirma que, “as teorias são maneiras diversas de ordenar o real, de articular os diversos aspectos de um processo global e de explicitar uma visão de conjunto”. Realizar o percurso da pesquisa com ética, consistência e coerência epistemológica é um grande desafio. Tão grande quanto a crença na pesquisa como caminho/possibilidade para uma educação efetivamente melhor para todos, que consiga “ordenar o real, articular aspectos globais e explicitar uma visão de conjunto” marcada pelo desejo da democratização e do avanço do ensino.

Registrar o percurso da pesquisa é permitir que ele possa ser refeito e, ao mesmo tempo, permitir que o próprio pesquisador possa movimentar-se minimizando os riscos de se perder em meio ao emaranhado de novos dados, possibilidades, teorias e métodos. O registro do percurso possibilita, ainda, sua socialização a fim de que o conhecimento seja avaliado, validado ou não, e de fato avance. Retomar o percurso, sempre com um novo olhar, é condição para que algo de relevante teórica e socialmente seja construído.

As perguntas essenciais constantes nas entrevistas (Apêndice A), utilizadas como instrumento de pesquisa, foram organizadas de forma semiestruturada. Segundo Triviños (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de oportunizar a presença atuante do pesquisador em todo o processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

As entrevistas realizadas revelaram sinalizações valiosas sobre: o processo de implantação do PROUNI na IES pesquisada; as repercussões dessa implantação; as expectativas e compromissos sociais da IES decorrentes da implantação; as expectativas e compromissos dos alunos bolsistas; a visão que o aluno PROUNI tem sobre o Programa, o acesso e a permanência no ensino superior; a compreensão do PROUNI enquanto política de

inclusão social e o diferencial de uma instituição privada que assume e acolhe o aluno bolsista deste Programa.

Um questionário, composto por 11 questões (Apêndice B), foi encaminhado ao aluno PROUNI, por meio eletrônico, pelo setor de bolsas, a fim de preservar o sigilo do *e-mail* cadastrado no banco de dados da IES. As questões foram pensadas de maneira a incentivar o aluno a refletir sobre o PROUNI, apresentando suas percepções e entendimento, abrindo espaço para a reflexão, interpretação e avaliação. É possível classificar as perguntas como questões abertas, uma vez que elas permitem ao informante responder livremente, usar linguagem própria e emitir opiniões. Dos 158 questionários analisados, diversos retornaram com respostas e relatos de história de vida que foram muito além das expectativas inicialmente previstas na elaboração das perguntas do questionário, confirmando a importância e a riqueza desse instrumento para a coleta de dados.

Com cinco alunos bolsistas foi realizado um contato pessoal com o intuito de colher informações por meio das expressões e linguagem coloquial. O roteiro, tanto do questionário quanto das entrevistas, realizadas presencialmente com os alunos bolsistas, foi previamente organizado e incluiu indicadores iniciais, tais como: o curso e o semestre no qual o aluno está matriculado e foi contemplado com a bolsa PROUNI; o significado do acesso ao ensino superior; os desafios/dificuldades para permanecer no ensino superior; a avaliação do aluno sobre o PROUNI e as perspectivas do aluno em relação ao futuro.

Para organizar os dados após a transcrição das respostas obtidas nas entrevistas e questionários, diversas leituras e análises foram realizadas a fim de traduzir os indicadores iniciais em categorias articuladas com os objetivos propostos para a pesquisa. Posteriormente, após vários agrupamentos, chegou-se às categorias empíricas baseadas na fala e na escrita dos alunos e dos gestores entrevistados. Após leitura criteriosa e sistemática dos significados presentes nas falas e na escrita, foi possível identificar subcategorias que permitiram aprofundar a discussão dos resultados de forma coerente com os objetivos da pesquisa.

Assim, na presente pesquisa foram eleitas as seguintes categorias gerais: (i) **conhecimento sobre o PROUNI e acesso ao ensino superior;** (ii) **percepções sobre a vida na universidade;** (iii) **aproveitamento acadêmico e as perspectivas futuras.**

Do interior da primeira categoria – o **conhecimento sobre o PROUNI e acesso ao ensino superior** – emergiram as subcategorias: **forma de acesso às informações sobre o PROUNI; o semestre letivo cursado; semestre letivo no qual foi contemplado com a bolsa PROUNI.**

Da segunda categoria – **percepções sobre a vida na universidade** – emergiram as subcategorias: dificuldades e oportunidades no ensino superior; situação financeira; acesso e permanência; relacionamento com os pares e professores; rotina acadêmica; correspondência entre a expectativa do candidato e o ingresso no curso desejado.

Já a terceira categoria – **aproveitamento acadêmico e as perspectivas futuras** – deu origem às subcategorias: **aproveitamento acadêmico; oportunidades durante a graduação; significado da bolsa PROUNI; percepções sobre o Programa e perspectivas futuras.**

Quanto ao grupo gestor, foram entrevistados: a) dois coordenadores de curso de graduação; b) o professor representante da IES na implantação do Programa; c) a coordenadora geral do PROUNI na IES e d) o assistente administrativo responsável pela orientação em relação a moradia e transportes no Programa de Atenção aos Discentes, Egressos e Funcionários da IES (PADEF).

O indicador utilizado para a escolha dos coordenadores de curso de graduação foi o número de alunos PROUNI uma vez que os dois gestores entrevistados coordenam os cursos com maior número de alunos PROUNI na IES. Quanto ao professor representante da IES na implantação do Programa, a coordenadora do PROUNI na IES e o assistente administrativo do Programa de Atenção aos Discentes, Egressos e Funcionários, os indicadores utilizados foram o conhecimento sobre as bases legais do Programa; a experiência na implantação do PROUNI na IES e o envolvimento de forma direta desses profissionais com o PROUNI desde sua implantação. Tomou-se como categoria de análise a percepção dos gestores sobre o acesso, a inclusão, o perfil e o desempenho do aluno PROUNI na IES; as expectativas e a avaliação da IES em relação ao PROUNI; o compromisso social da IES com o aluno PROUNI e o balanço social que a IES faz sobre o Programa.

A aplicação dos instrumentos de pesquisa junto aos alunos bolsistas PROUNI e aos três segmentos do grupo gestor de uma IES de SC permitiu o cruzamento das categorias que compuseram o eixo de análise com o objetivo de verificar o grau de aproximação ou antagonismo entre as percepções e expectativas dos alunos e a política de compromisso social da IES pesquisada. Essa política, por parte da IES que assumiu e acolheu o aluno bolsista, é entendida, no contexto desta pesquisa, como um diferencial em termos de responsabilidade social que otimiza a permanência do bolsista no ensino superior.

2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NUM CONTEXTO POLÍTICO NEOLIBERAL

*Procura a escola, tu que não tens casa!
 Cobre-te de saber, tu que tens frio!
 Tu, que tens fome, agarra o livro: é uma arma!
 Tens de assumir o comando!
 Não tenhas medo de fazer perguntas: não te deixes
 levar por convencido, vê com teus próprios olhos!
 O que não sabes por excelência própria, a bem dizer,
 não sabes.
 Tira a prova da conta: és tu quem vai pagar!
 Aponta o dedo sobre cada item, pergunta: como foi
 parar aí?
 Tens de assumir o comando!
 (Bertold Brecht, 1986)*

O desenvolvimento do foco principal desta tese – **a implantação do PROUNI numa IES de Santa Catarina e a análise das suas repercussões** – pressupõe, antes, compreender como se deu a expansão da educação superior no atual contexto político neoliberal, dentro do qual o modelo de educação é alicerçado nos discursos e nas práticas do mercado e do capital financeiro, na competitividade e na autorregulação. Essa educação não pode contar com o Estado, mas ao mesmo tempo é avaliada e validada por ele. Com o discurso de incentivo à autonomia, ao poder de escolha e de decisão da comunidade, o Estado justifica sua retração, transfere e centraliza a responsabilidade pela educação à própria escola, à família e à comunidade. Nesse sentido Sacristán (1999, p. 214) alerta:

Na opção neoliberal, o Estado *retira-se* das políticas sociais ativas e *intervencionistas* para passar a ser o árbitro de um jogo no qual ele parece não tomar partido, transformado na garantia da concorrência entre os atores, abandonando as responsabilidades de garantir diretamente os serviços essenciais de educação, de saúde, de proteção, de transportes, etc. [...] Deixa de ser um instrumento da solidariedade organizada pedindo aos cidadãos que a assumam em organizações de autoajuda, por meio do voluntariado e das organizações intermediárias (grifos do autor).

Um marco referencial histórico na questão da luta pela educação, enquanto política pública, é o relatório elaborado por Condorcet, em 1792, que denunciava, na França, a necessidade da instrução pública, que fosse oferecida a homens e mulheres, financiada pelo Estado e também por recursos privados. O relatório recomendava que “nenhuma sociedade de

sábios deixe de prestar uma atenção mínima ao seu verdadeiro objeto: a propagação, o aperfeiçoamento e o progresso dos conhecimentos úteis aos homens” (CONDORCET, 1792).

Condorcet associou a liberdade ao conhecimento e postulou que ao ter esclarecimento o povo saberia escolher bem seus representantes, enquanto que um povo sem instrução seria presa fácil de governantes voltados, exclusivamente, às causas próprias, alheias e adversas ao bem coletivo/público. Na França do final dos anos 1700, o relatório foi o prenúncio de que somente a educação possibilitaria, à modernidade, uma determinada organização social em que o chamado “progresso das luzes” diminuiria as distâncias culturais, sociais e econômicas entre as pessoas.

Aqui no Brasil, três séculos após a elaboração do relatório de Condorcet, os governos eleitos pelo voto nas urnas, desde 1990, têm discutido sobre a importância da educação para o desenvolvimento social e econômico do país. Diversos são os projetos apresentados com vistas às mudanças necessárias no setor. Contudo, muitos deles ainda não passaram de propostas, de debates e de embates que, muito mais do que uma política de reforma pautada na preocupação com o social, expressam a luta e a disputa pelo poder.

Dürkheim (1984) conceituou a educação como fato social. Para ele, “cada sociedade, considerada num determinado momento do seu desenvolvimento, possui um sistema educativo que se impõe aos indivíduos com uma força irresistível” (p. 11). Esta força irresistível pode ser hoje sentida nas exigências do mercado em relação à formação e capacitação dos trabalhadores/consumidores/cidadãos. Esta força do mercado vem provocando (ou forçando) a retração do Estado, o que, como bem se sabe, representa graves perigos. Para Dürkheim (1984, p. 25), “a partir do momento em que a educação é uma função essencialmente social, o Estado não pode desinteressar-se dela. Pelo contrário, tudo quanto seja educação deve estar, de algum modo, submetido à sua ação”.

Sacristán e Gómez (1998) afirmam que o ensino, num contexto neoliberal, recebe um enfoque instrumental, razão pela qual o alcance dos objetivos não se dá de qualquer forma e, sim, da forma mais rápida e com o menor custo possível. Nessa perspectiva, o ensino não passa de um

instrumento técnico a serviço de objetivos políticos, definidos prioritariamente por exigências econômicas, externas, cuja qualidade reside na eficácia e economia de sua realização. O ensino torna-se um meio para realizar fins externos, cuja determinação escapa precisamente aos que participam na vida cotidiana da escola (p. 89).

Esse enfoque vem ao encontro de um modelo de intervenção educativa, que é tecnológico e “obcecado pela eficiência e pela produtividade observável e quantificável, logicamente, em consonância com os valores da ideologia, que prevalece nas sociedades ocidentais, dominadas pela lei do mercado, o pragmatismo e o progresso competitivo individual” (Idem, 1998, p. 91).

No Brasil, os números indicam que nos últimos anos houve uma significativa expansão de matrículas nos diferentes níveis de ensino, principalmente no ensino fundamental. Sem exagero, é possível afirmar que o acesso ao ensino tomou proporções inéditas; no entanto, também se pode afirmar que esta expansão ainda não deu conta da demanda. Continuamos com números expressivos que denunciam o baixo índice de concluintes do ensino fundamental, quadro que se assevera no ensino médio e torna-se alarmante no ensino superior.

Segundo dados do MEC, atualmente, apenas 12% da população jovem, entre 18 e 24 anos, têm acesso à educação superior, dado que confere ao Brasil um dos mais baixos índices de acesso à educação superior entre os países da América Latina. Uma das ações do governo expressa no Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2001) prevê a elaboração de “políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, permitindo-lhes competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino” (BRASIL, 2001, p. 45).

Até 2011, a meta do PNE é de que, pelo menos 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos, estejam matriculados nas instituições de ensino superior. Como alternativas de ampliação do acesso ao ensino superior, no atual governo, foi implantado o PROUNI e, posteriormente, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁶.

Cita-se, ainda, a Universidade Aberta do Brasil (UAB)⁷ – um projeto construído pelo MEC em parceria com os Estados, Municípios e Universidades Públicas de Ensino Superior para oferta de cursos de graduação, pós-graduação e de extensão universitária, visando ampliar o número de vagas da educação superior para a sociedade e promover a formação inicial e continuada para os profissionais do magistério e para os profissionais da administração pública. Embora o objeto de estudo desta pesquisa seja o PROUNI, e não o REUNI ou a UAB, consideramos necessário mencioná-los uma vez que fazem parte das

⁶ O REUNI – Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras – foi instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009a).

⁷ UAB – Universidade Aberta do Brasil. Decreto Presidencial nº 5.800 de 08 de junho de 2006.

iniciativas governamentais de ampliação do ensino superior. Há que se dizer, também, que já existem posicionamentos do MEC no sentido de confirmar que as metas não serão atingidas em 2011.

2.1 Democratização ou mera expansão do ensino? Reflexos do passado no contexto da Educação Superior, hoje

Ao mesmo tempo que o discurso de educação para todos e “todos pela educação” torna-se cada vez mais legítimo, é angustiante perceber como este discurso tem sido usado para conferir à sociedade privada a responsabilidade pela educação, minimizando o papel do Estado e maximizando os interesses e benefícios internacionais de um modelo neoliberal que dirige o olhar à economia e dá as costas ao ser humano.

A Conferência Mundial sobre Ensino Superior, promovida pela UNESCO, na França, em julho de 2009, redefiniu metas e orientações para o ensino superior mundial. O evento deu origem ao documento “As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social”. O documento reflete a discussão sobre a concepção de ensino superior ser compreendido ou não como um bem público e o que de fato vem a ser um bem público. Diz o documento:

A educação é um bem público, porém o financiamento privado deve ser estimulado. Enquanto todos os esforços devem ser tomados para aumentar o financiamento público do ensino superior, é necessário reconhecer que os financiamentos públicos são limitados e podem não ser suficientes para desenvolver o setor rapidamente. Outras fórmulas e fontes de financiamento devem ser encontradas, especialmente as baseadas no modelo de parceria público privado (UNESCO, 2009, p. 6).

Nessa concepção, o ensino superior público não precisa ser mantido exclusivamente pelo Estado. O investimento do setor privado passa a ser considerado necessário, e o discurso de que não há recurso público suficiente é retomado. À insuficiência do financiamento público é somada a questão tempo. É visível a pressa na/da expansão do ensino superior e, para tanto, o investimento privado passa a ser uma espécie de socorro. O documento revela o consenso de que o ensino deve ser público sem abrir mão do investimento/financiamento privado.

As redes de ensino pública e privada historicamente compartilharam e criaram o cenário da educação brasileira. No Brasil Colônia, a Igreja Católica, como parte do Estado, responsabilizava-se pela educação. No Brasil Império, o Estado assumiu timidamente a educação das elites e a Igreja dividia, com grupos privados, a responsabilidade pela educação escolar que preparava para níveis superiores de ensino oferecidos pelo Estado em alguns centros urbanos.

Na primeira República, o Estado iniciou uma tentativa de construir uma aparelhagem educacional pública para a educação escolar das massas urbanas. Nesse período, o Estado dividia com a rede privada, confessional e laica, a educação escolar das camadas médias e das elites. A partir da década de 1930, e ao longo do período desenvolvimentista, embora havendo escolas privadas, laicas e confessionais, que se ocupavam prioritariamente com o ensino médio, o Estado assumiu a organização do sistema educacional numa tentativa de expansão da educação escolar básica.

A interferência dos organismos internacionais na educação brasileira é perceptível já no final da década de 1950 quando foram estabelecidos acordos entre o governo brasileiro e o norte-americano para efetivar intercâmbios entre educadores dos dois países. Durante a ditadura militar, na década de 1960, acordos econômicos entre EUA e Brasil abriram espaço à USAID⁸ (Agência para o Desenvolvimento Internacional do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América) que reordenou drasticamente os rumos da educação brasileira.

Em 1970, o Banco Mundial focalizou suas ações em projetos voltados à amenização dos problemas emergenciais de moradia, saúde, alimentação, água e educação das populações mais pobres do planeta, entre elas a população brasileira. A partir de 1980, com o agravamento do endividamento do Brasil e de outros países considerados periféricos, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) impuseram, com maior rigor, programas de estabilização da economia como condição para renegociação da dívida contraída por esses mesmos países.

⁸ Na década de 1960, o acordo MEC-USAID impunha ao Brasil a contratação de assessoramento norte-americano e a obrigatoriedade do ensino da língua inglesa desde a primeira série do primeiro grau. Os técnicos norte-americanos criaram a reforma da educação pública que atingiu todos os níveis de ensino. A reforma retirou matérias consideradas obsoletas do currículo, tais como: Filosofia, Latim, Educação Política e cortou-se a carga horária de várias matérias como História e outras. Os líderes estudantis brasileiros discordavam da ingerência de um país estrangeiro nos assuntos educacionais brasileiros. Isto originou diversos movimentos reivindicatórios que foram reprimidos pela máquina ditatorial brasileira. A repressão gerou uma violenta oposição liderada por diversos setores contra os acordos MEC-USAID, o que chamou a atenção da opinião pública mundial. Pressionado, o governo militar acabou criando, em 1968, um grupo de estudos encarregado de trabalhar na reforma com uma proposta “abrasileirada” (WIKIPÉDIA, 2009).

Fazendo cumprir as determinações dos organismos internacionais, o governo federal, durante o período de ditadura militar (1964-1984) e também no período de abertura política (1985-1989), estimulou e apoiou a expansão de escolas e instituições de ensino superior privadas, tanto confessionais quanto laicas. Esse processo se deu via isenção de impostos e alocação de recursos públicos.

Com a Constituição de 1988, as escolas privadas laicas passaram a ser reconhecidas como empresas de prestação de serviços autorizadas a obter lucros. Neves e Fernandes (2002, p. 36) denunciam que a admissão do lucro na área educacional estabeleceu uma nova relação entre o Estado e a rede privada de ensino porque deu “legitimidade jurídica ao processo de empresariamento do ensino em curso no país desde os anos de 1970 e antecipou-se à política neoliberal implementada nos anos 1990, de empresariamento dos serviços sociais”. Não se pode negar que a referida Constituição, com a declaração do direito à educação, fomentou a expansão do ensino. No entanto, faz-se necessário perguntar de que forma, com quais objetivos e a que preço essa expansão vem ocorrendo. Ou seja, a quem serve/interessa esta expansão? Quem, efetivamente, tem acesso a ela? Quais os resultados dessa expansão?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996 (BRASIL, 1996), deu visibilidade e materialidade às principais mudanças apontadas pelos organismos internacionais. A educação, evidenciada como direito do cidadão, passou a ser condição/exigência para o exercício, o reconhecimento e a ampliação da cidadania. Contudo, ressalte-se que, num contexto neoliberal, esta condicionalidade está relacionada diretamente à certificação escolar e ao desenvolvimento de habilidades e competências instituídas pelo mercado. Chauí (2003, p. 5) afirma:

A partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa ideia, seja para opor-se a ela [...].

O neoliberalismo⁹ aposta na privatização dos bens e serviços ofertados pelo Estado, na desregulação das finanças e das relações de trabalho e na abertura comercial. Para justificar

⁹ O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 2003, p. 9).

tudo isso, o discurso neoliberal se apropria de afirmações, e por vezes de evidências, que conferem às instituições e serviços estatais, de maneira geral, marcas históricas de desorganização, ineficiência, ociosidade, burocracia, altos custos e retornos insuficientes. A articulação entre a privatização e a mercantilização da educação é uma orientação, explícita, dos organismos internacionais, em especial do Banco Mundial, dirigida ao campo educacional de toda América Latina.

Dentro de um contexto neoliberal, ao Estado cabe definir e controlar ações, gerenciando as políticas públicas, visto que a retração do Estado, diante do mercado e da iniciativa privada, não significa que ele assuma papel menos importante. Ao contrário, ele passa a ser uma força de regulação bastante poderosa. Santos (2005, p. 38) esclarece que “o Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular a sua própria desregulação”.

Casassus (1999, p. 25) denuncia o paradoxo que se instala com a dinâmica de mercado exigindo menor intervenção do Estado, a fim de favorecer seu livre funcionamento, e, ao mesmo tempo, necessitando dessa intervenção:

[...] este libre funcionamiento tiende a producir inequidad y fragmentación social. Por ello, en mediano plazo, se instala la necesidad de una intervención del Estado para restablecer los equilibrios alterados por la dinámica del mercado. Se genera así la paradoja de que la dinámica del mercado a la vez que demanda una menor intervención estatal, al mismo tiempo crea las condiciones para aumentar dicha intervención.

Outra orientação neoliberal foi a priorização de investimentos do Estado num único nível de ensino: a educação básica. Essa priorização é uma opção que Lima (2002, p. 46) classifica como “perigosa porque busca legitimar a concepção de que a educação pode/precisa se expandir por etapas e não de forma processual, contínua e simultânea” (grifo do autor). O neoliberalismo defende, ainda, que esta expansão necessita da participação dos setores privados tanto no financiamento quanto no planejamento e na execução da política educacional.

Ao pensar a expansão da educação básica e do ensino superior como instâncias não convergentes, dissociadas uma da outra, incorre-se num lamentável e desastroso equívoco. Ora, se os profissionais que atuam na educação básica são formados no ensino superior, a qualidade dessa/nessa formação interferirá diretamente na qualidade do desempenho docente e, conseqüentemente, na qualidade da aprendizagem do aluno, o que acaba desencadeando um efeito bola de neve. Ou seja, um país não pode priorizar um nível de ensino em detrimento do

outro. É sabido que o desenvolvimento social e econômico é dependente da qualidade e da articulação das etapas e níveis de ensino e que esta articulação é fundamental para a democratização e o avanço do ensino superior.

A emergência da política neoliberal, no Brasil, já era perceptível na década de 1980, firmando-se de fato na década de 1990, nos governos Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Como uma das consequências dessa opção política para a educação, Neves e Fernandes (2002, p. 25-26) alertam para “o desmonte do aparato científico e tecnológico”, uma vez que “a política neoliberal prescinde da produção do conhecimento científico-tecnológico em âmbito nacional”. Nesse contexto, o papel da educação escolar passa a ser o desenvolvimento de habilidades e competências que facilitem a adaptação e o consumo das tecnologias produzidas no exterior (nos países centrais) e, o que me parece mais cruel, “a aceitação, como naturais, das desigualdades sociais, da competição acirrada entre indivíduos, grupos e classes e da perda dos seus direitos, conquistados ao longo da história” (Idem, 2002, p. 26).

Atualmente, o Estado brasileiro vem dando sequência ao processo de Reforma iniciado nos anos de 1990. Vale mencionar que anteriormente era a UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) que elaborava as propostas de reforma, hoje é o próprio Banco Mundial que vem ditando, com atenção, rigor e intensidade nunca antes vistos, os caminhos para tais reformas. Por que uma instituição, com tamanho poder, como o Banco Mundial, ocupar-se-ia com propostas educacionais? Tamanha atenção é um indicador evidente da importância e do poder que pode ser exercido pela via da educação.

Pacheco (2000, p. 140) afirma:

Enquanto elemento central na política curricular, a escola é o palco permanente de decisão, de acordo com o quadro de competências curriculares que sobressai de cada sistema educativo e que, explícita ou implicitamente, é determinado por confrontos ideológicos e por perspectivas econômicas.

Chauí (2003, p. 6) denuncia que a reforma, “ao definir os setores que compõem o Estado, designou um desses setores como setor de serviços não exclusivos do Estado e nele colocou a educação, a saúde e a cultura”. Esse processo, altamente nocivo, teve/tem sérias implicações para a educação brasileira porque vem fazendo com que a educação deixe de ser percebida como um direito e passe a ser compreendida como um serviço. E o mais grave: um serviço que aos poucos vai deixando de ser considerado dever público e passa a ser privado.

Para Sacristán (1999, p. 209, grifo do autor), “as Reformas dos anos 1990 – foram reestruturadoras, e se apoiam nos princípios de equidade, qualidade, diversidade e eficiência”. Tais reformas teriam como característica principal alterar as regras básicas de funcionamento do sistema educativo e das escolas. Nesse aspecto, ainda para Sacristán (1999, p. 209), reestruturar consiste

[...] em uma recolocação da capacidade de decisão sobre determinados aspectos do sistema educativo e sobre suas práticas, em uma nova distribuição da legitimidade de intervenção para fornecer uma direção ao sistema escolar. Trata-se de uma mudança no plano das políticas educativas e, de alguma forma, o desaparecimento da política como projeto de transformação global.

Assim, fica evidente que interesses bastante pontuais e tendenciosos perpassam e orientam as reformas. Poderíamos destacar dentre tantos, o interesse economicista que retoma a Teoria do Capital Humano, vigente nos anos de 1970, que afirmava ser a educação uma alavanca, ou mola propulsora, que garantiria que o Brasil concorresse economicamente com outros países considerados grandes potências. Dessa forma, a educação resolveria os problemas enfrentados pelo novo paradigma produtivo, que demandava requisitos diferentes de educação geral e qualificação profissional dos trabalhadores não só para entrarem no mercado, mas também para não ficarem obsoletos.

Ainda sobre a transposição de discursos dos organismos internacionais para as políticas nacionais, Barreto e Leher (2008, p. 423) afirmam:

[...] as condicionalidades impostas pelos organismos internacionais aos países em desenvolvimento ou em transição são traduzidas e adaptadas no enredo das formulações locais, compreendendo a dimensão material e a simbólica das disputas por hegemonia. Concretamente, a recontextualização requer a consideração histórica do bloco de poder, da correlação de forças entre as classes e do lugar do Estado na garantia dos imperativos capitalistas.

Um exemplo dessas condicionalidades impostas pelos organismos internacionais foi, segundo Corbucci (2004), a interrupção do processo de expansão da rede federal de ensino superior, que atingiu direta e profundamente as camadas mais carentes da população brasileira, dificultando ainda mais o acesso a esse nível de ensino. A justificativa utilizada para essa interrupção foi a retração da atividade econômica vivida pelo país no final dos anos de 1980.

Em consequência da falta de oferta de vagas no ensino público superior, ganhou expansão o ensino privado. Este, desde os anos de 1990, tem recebido incentivos do governo federal com isenções fiscais e previdenciárias, e com a aceleração e facilitação dos “processos de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições do setor privado, por parte do Conselho Nacional de Educação” (CORBUCCI, 2004, p. 682). Com isso foi possível a expansão de vagas, numa suposta ideia de democratização do acesso ao ensino superior, combinada com a redução dos gastos da União.

É claro que a crescente privatização do ensino superior tem provocado reações distintas por parte de pesquisadores, educadores, políticos e empresários da educação. De um lado, há posicionamentos contrários à privatização, dos que acreditam que cabe ao Estado garantir um ensino gratuito e de qualidade impedindo que a educação venha a servir a interesses privados voltados eminentemente à manutenção do capital e do mercado. Por outro lado, existe o discurso que se opõe ao estado de bem-estar social e defende a contenção e a otimização de gastos do Estado, elegendo a ampliação, desmedida e incondicional, da iniciativa privada como única alternativa capaz de responder às demandas urgentes de uma educação de qualidade que faça jus às necessidades do mercado. Conforme já foi dito, esse discurso condiciona o desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil à privatização tanto do ensino quanto de outros bens e serviços sociais, como a saúde e a cultura.

Os dados disponíveis no MEC/INEP (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009) confirmam essa ampliação da rede privada de ensino superior nas últimas décadas (Figura 1).

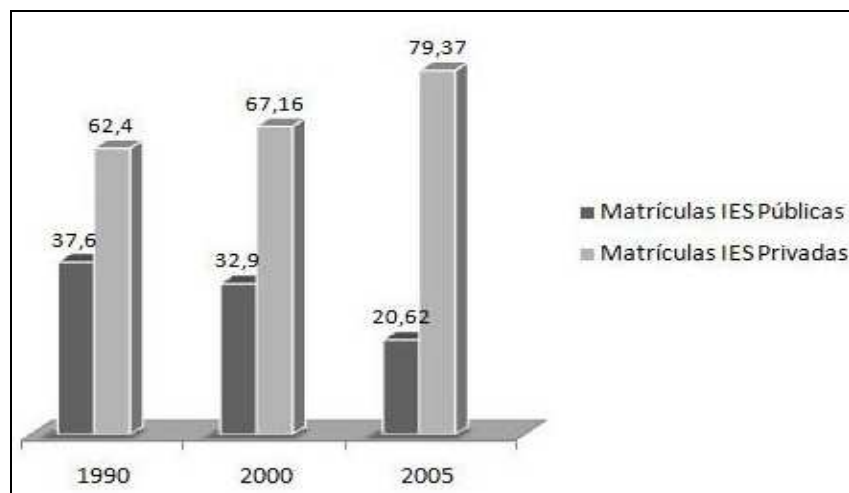


Figura 1 - Evolução das matrículas no ensino superior brasileiro (graduação e pós graduação)

Fonte: Elaborado com base nos dados disponíveis: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009c

No início de 1990, as IES públicas (nível de graduação e pós-graduação) totalizavam 37,6% das matrículas enquanto que as IES privadas totalizavam 62,4%. Em 2000, as IES públicas detinham 32,9% das matrículas e as IES privadas 67,1% das matrículas nesse nível de ensino – BRASIL/MEC/INEP/SEEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009c).

Em 2005, houve um total de 1.394.066 ingressos no ensino superior em todo o território nacional. Desse total, 1.106.475, ou seja, 79,37% foram ingressos em instituições privadas e 287.591, o equivalente a 20,62%, foram ingressos em instituições públicas de ensino. Nesse mesmo ano, 717.858 alunos concluíram o ensino superior, dos quais 522.304, ou 72,75% dos alunos, concluíram o ensino em IES privadas e 195.554, ou 27,24% dos alunos, em IES públicas, conforme dados do SINAES/INEP (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009c).

Conforme evidencia o Quadro 1 e a Figura 2, com base nos dados do Censo, podemos considerar que das 2.252 instituições de ensino superior em funcionamento no país, em 2008, aproximadamente 90% eram privadas e 10% eram públicas, incluindo universidades federais, municipais e estaduais.

Instituições de Ensino Superior do Brasil em 2008		
IES Públicas 236	IES Privadas 2.016	Total de IES 2.252
Federal 93	Particulares 1.579	
Estadual 82	Comunitárias/Filantrópicas/ Confessionais 437	
Municipal 61		

Quadro 1 - Quadro das Instituições de Ensino Superior do Brasil em 2008
Fonte: MEC/INEP/DEED (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009c)

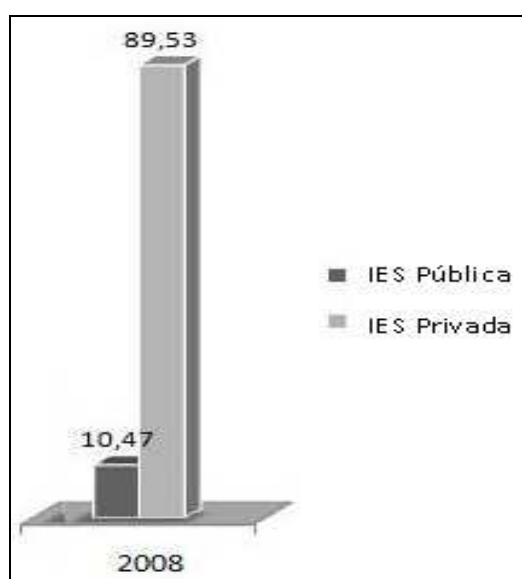


Figura 2 - Gráfico das Instituições de Ensino Superior do Brasil, em 2008
Fonte: MEC/INEP/DEED (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009c)

O último Censo da Educação Superior (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009) revelou que 1.936.078 novos alunos ingressaram na Educação Superior em 2008 (Figura 3), o que representa 8,5% a mais de ingressos do que em 2007. O número de matrículas em 2008 foi 10,6% maior em relação a 2007, com um total de 5.808.017 alunos matriculados em cursos de graduação presencial e a distância. Com relação à organização acadêmica, são as faculdades que continuam representando a maior parte das IES no Brasil, sendo aproximadamente 93% delas pertencentes ao setor privado.

Ano	Total	%Δ	Pública						Privada	%Δ		
			Total	%Δ	Federal	%Δ	Estadual	%Δ			Municipal	%Δ
2002	1.773.087	-	295.354	-	124.196	-	132.270	-	38.888	-	1.477.733	-
2003	2.002.733	13,0	281.213	-4,8	121.455	-2,2	111.863	-15,4	47.895	23,2	1.721.520	16,5
2004	2.320.421	15,9	308.492	9,7	123.959	2,1	131.675	17,7	52.858	10,4	2.011.929	16,9
2005	2.435.987	5,0	313.368	1,6	127.334	2,7	128.948	-2,1	57.086	8,0	2.122.619	5,5
2006	2.629.598	7,9	331.105	5,7	144.445	13,4	125.871	-2,4	60.789	6,5	2.298.493	8,3
2007	2.823.942	7,4	329.260	-0,6	155.040	7,3	113.731	-9,6	60.489	-0,5	2.494.682	8,5
2008	2.985.137	5,7	344.038	4,5	169.502	9,3	116.285	2,2	58.251	-3,7	2.641.099	5,9

Fonte: MEC/INEP/DEED

Figura 3 - Tabela indicativa da evolução do número de matrículas no ensino superior, por categoria administrativa – Brasil, 2002-2008
Elaboração: MEC/INEP/DEED.

Em 2008 foram ofertadas 463.969 vagas nos cursos de Educação Tecnológica, com um aumento de 17,8% em relação a 2007. As IES privadas são responsáveis por cerca de 94% dessa oferta. Já as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tiveram um aumento de 21.513 vagas na graduação presencial e a distância o que representa um aumento de 12,2% de vagas em relação a 2007 (Figura 4).

Ano	Total	%Δ	Pública						Privada	%Δ		
			Total	%Δ	Federal	%Δ	Estadual	%Δ			Municipal	%Δ
2002	1.773.087	-	295.354	-	124.196	-	132.270	-	38.888	-	1.477.733	-
2003	2.002.733	13,0	281.213	-4,8	121.455	-2,2	111.863	-15,4	47.895	23,2	1.721.520	16,5
2004	2.320.421	15,9	308.492	9,7	123.959	2,1	131.675	17,7	52.858	10,4	2.011.929	16,9
2005	2.435.987	5,0	313.368	1,6	127.334	2,7	128.948	-2,1	57.086	8,0	2.122.619	5,5
2006	2.629.598	7,9	331.105	5,7	144.445	13,4	125.871	-2,4	60.789	6,5	2.298.493	8,3
2007	2.823.942	7,4	329.260	-0,6	155.040	7,3	113.731	-9,6	60.489	-0,5	2.494.682	8,5
2008	2.985.137	5,7	344.038	4,5	169.502	9,3	116.285	2,2	58.251	-3,7	2.641.099	5,9

Fonte: MEC/INEP/DEED

Figura 4 - Tabela indicativa da evolução do número de vagas no ensino superior, por categoria administrativa – Brasil, 2002-2008
Fonte: MEC/INEP/DEED.

Mesmo com a ampliação de vagas não está garantido o acesso e a permanência do aluno no ensino superior. A má distribuição de renda no país faz aumentar a fila dos estudantes excluídos, explícita ou implicitamente. Essa exclusão, como já foi dito, se dá de diversas formas. Uma das mais perversas é a exclusão que leva o aluno, com menor poder aquisitivo, a frequentar cursos em IES com duvidosa qualidade.

Outra forma de exclusão é garantir o acesso e desconsiderar as dificuldades financeiras e estruturais que o aluno, com baixo poder aquisitivo, enfrenta para se manter no ensino superior. Como veremos mais adiante, no capítulo cinco, no questionário enviado aos alunos PROUNI da IES pesquisada, é visível e recorrente a fala de que os maiores desafios e dificuldades encontrados para permanência na universidade são de ordem econômica e financeira.

Não é novidade que a educação básica pública não tem sido capaz de possibilitar amplo acesso ao ensino superior público, que seria, em princípio, a única chance da grande maioria dos jovens estudantes cursarem esse nível de ensino. Da mesma forma, parece haver um engessamento das IES públicas no que diz respeito a projetos e alternativas de acessibilidade e permanência dos estudantes de escola pública no ensino superior.

Chauí (2003, p. 13) denuncia que “a educação superior pública tem sido conivente com a enorme exclusão social e cultural dos filhos das classes populares que não têm condições de passar da escola pública de ensino médio para a universidade pública”. Isto porque a baixa qualidade do ensino público, (na formação básica) em vez de provocar pais e comunidade em geral a lutar em prol de um ensino melhor, desencadeia uma corrida desenfreada, daqueles que contam com maior poder aquisitivo, para matricular os filhos no ensino privado. O resultado já nos é bastante familiar: aos alunos da escola privada o ensino superior público, supostamente, de maior qualidade; aos alunos da escola pública: o ensino superior privado, muitas vezes, de qualidade duvidosa. Chauí (2003, p. 13) é categórica ao anunciar que somente a reforma da escola pública “pode assegurar a qualidade e a democratização da universidade pública.

A universidade pública deixará de ser um bolsão de exclusões sociais e culturais quando o acesso a ela estiver assegurado pela qualidade e pelo nível dos outros graus do ensino público”.

Atualmente, uma significativa atenção tem sido dada à proposta de alteração do processo seletivo de ingresso ao ensino superior, o Exame Nacional do Ensino Médio,

chamado de Novo ENEM¹⁰. O ministério da Educação vem solicitando que as IES públicas validem o ENEM como processo seletivo de acesso. O uso dos resultados desse instrumento de avaliação determinará quem terá ou não acesso ao ensino superior e pretende imprimir novos contornos ao currículo do ensino médio, por isso mesmo essa proposta vem causando uma série de polêmicas¹¹. Um dos alunos PROUNI, da IES pesquisada, ao responder o questionário da presente pesquisa afirmou:

A importância do PROUNI não se limita ao acesso à universidade. Claro que o acesso é importante, mas a perspectiva de ingresso na universidade, pelo ENEM, quando for de fato percebida pelos alunos do ensino fundamental e médio, mudará o comportamento do aluno e da escola de forma positiva. Fará com que o aluno se interesse mais em aprender, com o objetivo e com a chance mais real de futuramente conseguir uma bolsa integral para entrar no ensino superior sem ter que abandoná-lo por falta de condições financeiras (Acadêmico do curso de História).

Como estamos vivenciando, em tempo real, o processo do Novo ENEM, contamos somente com hipóteses que convidam a questionar se um instrumento reestruturado de avaliação terá a força necessária para impulsionar a mudança nos currículos e na qualidade do ensino da educação básica. É fundamental perguntar também se as tão necessárias modificações do/no currículo da educação básica devem emergir de um instrumento de avaliação ou de um processo muito mais amplo, coletivo, democrático, focado na realidade do entorno e do contexto da escola. Por outro lado, é notório que a esperança mobiliza sonhos e que, se alunos e professores da educação básica souberem que existem chances reais de acesso e de permanência ao ensino superior, mudanças significativas podem ser desencadeadas do/no interior da escola.

¹⁰ Para efeito de registro, o ENEM foi destaque polêmico na mídia (no final de 2009), tanto pela possibilidade de ser mais uma chance de acesso à Educação Superior, quanto pelo escândalo de suas provas terem sido furtadas e divulgadas antes mesmo da aplicação. O Ministério da Educação cancelou a realização do Enem, que seria aplicado nos dias 3 e 4 de outubro/2009, para mais de 4 milhões de estudantes. As provas seriam aplicadas em 113.857 salas de 10.385 escolas do país. Estima-se que o prejuízo foi de aproximadamente R\$ 34 milhões.

¹¹ Membros da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o ministro da Educação, Fernando Haddad, estipularam, no dia 17 de abril de 2009, quatro formas de adesão das instituições ao que vem sendo denominado “novo ENEM”. Em entrevistas recentes e textos divulgados no sítio do MEC, o Ministro da Educação Sérgio Haddad afirma que “foram definidas possibilidades mais flexíveis de participação, com respeito às tradições de cada instituição”. O que ficou acordado é que as universidades federais poderão escolher de que maneira utilizarão o novo ENEM em seu processo seletivo. Entre as quatro possibilidades apontadas pelo MEC estão: (i) o ENEM como fase única; (ii) como primeira fase; (iii) como fase única para as vagas ociosas ou (iv) combinado ao atual vestibular da instituição. Neste último caso, o percentual da nota do ENEM a ser utilizado para a construção de uma média junto à nota da prova do vestibular será definida pela universidade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009a).

Freitas (2009)¹² alerta sobre os perigos de uma avaliação que passa a servir como uma matriz de referência às avessas para o currículo. Nessa lógica, o currículo seleciona o que ensinar para garantir que o ensinado alcance os resultados desejados na avaliação. A verdade é que este processo, com maior ênfase no ensino privado, já ocorre em razão do ENEM e do Vestibular, que acabam direcionando o currículo. Uma clara evidência disso são os “cursinhos preparatórios para o Novo ENEM”, já disponíveis presencialmente e/ou a distância. Chamou a atenção a resposta dada por um dos acadêmicos PROUNI sobre a preparação para o ENEM. Eis o relato do acadêmico:

Eu conheci o PROUNI na minha escola, no Rio Grande do Sul. No terceiro ano do ensino médio fomos bem preparados para o ENEM. Durante o ano inteiro a gente trabalhou com as questões do ENEM. Os professores e a diretora só falavam nisso (Acadêmico do curso Turismo e Hotelaria).

A expansão do ensino superior brasileiro encontrou na privatização seu pilar de sustentação, ao ser pautada na perspectiva mercadológica segundo a qual o ensino passa a ser um serviço e não mais um direito. Os objetivos dessa expansão são claramente quantitativos, buscando números que autorizem a entrada do país na competitiva rede de mercado dos países centrais. O preço dessa expansão é alto. Um preço a ser pago por nós mesmos e pelas próximas gerações, pois uma expansão desenfreada, e (literalmente) a qualquer custo, insere no mercado profissionais com formação deficitária, colocando em risco a vida e a segurança das pessoas e do planeta. Há que se considerar, ainda, a altíssima porcentagem de graduados que não conseguem entrar no mercado de trabalho para o qual supostamente se prepararam, engrossando as fileiras de desemprego e desigualdade social.

Essa é uma expansão que não serve a uma sociedade que pretende se constituir com base na igualdade e na justiça social. Serve, apenas, para um tempo e para uma sociedade que empunha a bandeira da meritocracia, superficializa o ensino, banaliza a pesquisa e sequer toma conhecimento da riqueza que é a extensão universitária. Uma sociedade assim sobrepõe, sem melindre, o capital à própria vida humana.

Compreender todo esse avançado processo de privatização e investigar a **implantação do PROUNI, numa IES de Santa Catarina, analisando as repercussões dessa implantação**, as formas alternativas encontradas pela IES para melhor **acolher e garantir a permanência** do aluno bolsista pode nos auxiliar a dar um passo a mais em direção à

¹² Palestra proferida pelo Professor Dr. Luiz Carlos Freitas na abertura do VII Encontro de Pesquisadores em Educação: Currículo PUC-SP. Tema: Currículo e Avaliação: Políticas em conflito. Data: 17 e 18 de novembro de 2009.

democratização do ensino e **construir possibilidades** para que o aluno possa, conforme escreveu o acadêmico PROUNI do curso de História: “entrar no ensino superior sem ter que abandoná-lo...”.

3 PROUNI E O DEBATE SOBRE A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Mas, quando se trata de guiar a sua vida, dando-lhe um norte a partir da intencionalização de sua ação prática, o sujeito nunca se encontra em “céu de brigadeiro” e seu voo não é feito à plena luz do mundo das ideias, nem automaticamente. O voo do espírito se faz em meio à neblina, nunca escapa às brumas! O erro do Iluminismo foi considerar que a razão eliminaria todo traçado de trevas. Clareia, sim, mas é uma claridade refratada na neblina e ofuscada.
(Severino, 2001, p. 10)

Uma das polêmicas, inicialmente desencadeadas sobre o PROUNI, era o temor de que a inserção dos **alunos bolsistas PROUNI**, nas IES, comprometesse a **qualidade do ensino**. Segundo dados divulgados pelo MEC, os resultados das avaliações realizadas com alunos PROUNI evidenciam que a média de desempenho desses alunos tem acompanhado e até mesmo superado a média dos demais acadêmicos.

Um Grupo de Pesquisa sobre Políticas Públicas de Currículo e Avaliação, vinculado ao Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da IES pesquisada, com o apoio do Programa de Integração Graduação e Pós-Graduação (PIPG), com fomento da própria IES, desenvolveu, no ano de 2008, uma pesquisa intitulada “Políticas inclusivas no ensino superior: análise da qualidade de acesso, permanência e aprendizagem dos acadêmicos participantes do PROUNI no período 2006-2007”. A pesquisa se referia especificamente aos alunos PROUNI da IES aqui pesquisada. Um dos resultados apontados pela pesquisa foi o seguinte:

Os estudantes contemplados com o ProUni, na IES pesquisada, apresentaram, em cada um dos semestres analisados, um elevado índice de aprovação nas disciplinas examinadas. Esses dados, apesar das limitações do estudo e respeitados os critérios de elegibilidade previamente definidos, são relevantes para evidenciar que, diferentemente das polêmicas suscitadas na implantação do Programa, nas quais se afirmava que o ingresso dos alunos bolsistas comprometeria a qualidade do ensino superior, a maioria dos estudantes beneficiados com o ProUni demonstra aproveitamento ao frequentar o ensino superior (FERRI *et al.*, 2008, p. 28-29).

Esses dados indicam que no interior da IES pesquisada se repete aquilo que o MEC já vinha constatando no cenário nacional: o bom desempenho e as boas médias do aluno bolsista. Portanto, a questão amplamente discutida nos Fóruns acadêmicos de que o acesso do aluno PROUNI comprometeria a qualidade da educação superior tende a ser uma falácia.

O eixo denominado “Acesso, Igualdade e Qualidade do Ensino Superior”, do documento elaborado na Conferência Mundial sobre Ensino Superior, já mencionado no capítulo anterior, alerta:

Expandir o acesso traz desafios à qualidade do ensino superior. Garantia de qualidade é uma função fundamental na educação superior contemporânea e deve envolver investidores. Qualidade requer estabelecer sistemas que garantam a qualidade e padrões de avaliação assim como promover a qualidade cultural dentro das instituições (UNESCO, 2009, p. 3).

A qualidade, no referido documento, está vinculada a investimento, sistemas e critérios. Os critérios por sua vez devem refletir “todos os objetivos da educação superior, notavelmente o propósito de cultivar o pensamento crítico e independente nos estudantes e a capacidade de aprender por toda a vida. Eles devem estimular a inovação e a diversidade” (Idem, 2009, p. 4). O documento aponta ainda o vínculo entre a qualidade do ensino superior e a qualidade do corpo docente afirmando que “garantir a qualidade do ensino superior requer o reconhecimento da importância de se atrair e reter uma equipe de ensino e pesquisa comprometida, talentosa e qualificada” (UNESCO, 2009, p. 4).

A qualidade na/da educação é um conceito fundante, polissêmico e mobilizador, tanto do discurso neoliberal quanto de outras orientações políticas e ideológicas. Muito embora haja uma naturalização desse conceito e uma aparente homogeneidade de sentidos e significados no seu uso, como qualquer conceito, ele está em processo de construção e traz consigo princípios filosóficos historicamente construídos. Como conceito, a qualidade da educação vem sendo discutida e visibilizada em espaços bastante distintos, os quais perpassam a universidade, os programas de rádio, de televisão, os artigos em periódicos especializados (e os não especializados também), os jornais, os *outdoors*, as revistas e outros. É visível que as discussões (ou a polêmica) sobre qualidade, vêm atraindo altos índices de ibope para os meios de comunicação e para as IES.

Num primeiro olhar, parece (e de fato é) desejável e muito positivo que a questão da qualidade em educação seja amplamente visibilizada e discutida por todos. O que vem preocupando os educadores e pesquisadores da educação são as bases sobre as quais estes discursos vêm sendo construídos, definidos e divulgados. Essas bases estão, muitas vezes,

comprometidas com uma concepção conservadora e neoliberal que aponta para a descentralização como forma de alcançar uma suposta autonomia que permita à instituição de ensino alcançar patamares de qualidade com mudanças e inovações a partir dela mesma. Ou seja, sem vincular qualidade com o compromisso do Estado em fornecer condições econômicas e de infraestrutura.

Parece um pleonasmo falar em educação de qualidade, uma vez que a educação pressupõe qualidade. No entanto, um olhar para a história da educação permite localizar diferentes momentos e movimentos nos quais o discurso sobre a qualidade em/da educação assumiu significados, sentidos e usos bastante distintos. Além disso, como todo conceito, ele é um constante devir, o que justifica e requer uma contínua e cuidadosa reflexão.

Longe de ser nova, a preocupação com a qualidade emergiu, no Brasil, já na década de 1940 com os primeiros movimentos de expansão do ensino. A partir da década de 1980, a discussão ganhou cada vez mais espaço na agenda pública. Logicamente isso não aconteceu de forma gratuita e desinteressada. A cada momento histórico em que o discurso sobre a qualidade em educação emerge, ela [a qualidade] é definida e conceituada de forma a responder a necessidades, interesses e emergências que dizem respeito ao contexto social e histórico no qual está imersa a própria sociedade.

Segundo Fernández Enguita (1994, p. 96), atualmente o discurso sobre qualidade “vem substituir a problemática da igualdade e da igualdade de oportunidades”, que por muito tempo foram conceitos de ordem na educação. Isso porque, na lógica neoliberal, um ensino de qualidade, por si só, garantiria a tão sonhada igualdade de oportunidades. Referindo-se à ampliação do acesso à escolarização para satisfazer a pressão e a demanda de uma parcela da sociedade que por muito tempo esteve à margem da escola, Fernández Enguita (1994, p. 96), faz lembrar que “o acesso a todo recurso escasso começa sempre por constituir um problema quantitativo para converter-se, posteriormente, quando a escassez já não é tanta, em uma questão qualitativa”.

As políticas de expansão educacional responderam, pelo menos parcialmente, às reivindicações populares crescentes que resultaram num amplo conjunto de reformas educacionais em diferentes países. Essas reformas conduziram ao que alguns chamam massificação e outros, democratização do ensino, incluindo, atualmente, no Brasil, o ensino superior.

Fernández Enguita (1994) defende que se, até certo momento da nossa história, a exclusividade de acesso era tida como um diferencial que promovia distinção social, econômica e cultural, esse quadro foi alterado: com a ampliação do acesso, o ensino passou a

ser compreendido como um direito de todos. Assim, a partir do momento em que a quantidade não pode mais ser compreendida como sinônimo de qualidade, outros critérios são estabelecidos/construídos de maneira a diferenciar o ensino do “ensino de qualidade”. No caso do PROUNI, não basta que os alunos tenham acesso ao ensino superior; é necessário que as IES estejam devidamente preparadas para promover um ensino de qualidade e esse processo depende, em grande medida, das condições de permanência oferecidas ao aluno.

O MEC anunciou que é função das Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI (CONAP) acompanhar o processo seletivo PROUNI, interagindo com as comissões de avaliação do INEP e verificando a qualidade das IES que aderiram ao Programa. O MEC enfatiza que “a preocupação principal não é fechar cursos, e sim garantir a qualidade dos mesmos”.

Essa garantia de qualidade, anunciada pelo MEC, só será alcançada se emergir da prática também coerente e, portanto, reflexiva/ética da avaliação. A fim de fornecer sinalizações que contribuam para a construção da qualidade desejada em educação, é imprescindível que haja um processo avaliativo comprometido com o desenvolvimento humano em toda sua plenitude. Nesse aspecto é de fundamental importância que as IES elaborem instrumentos que possibilitem ouvir e compreender o que os alunos PROUNI têm a dizer, para então pensar, de forma coletiva e organizada, alternativas tanto para os desafios quanto para as possibilidades diagnosticadas.

Cabe registrar que a IES pesquisada apresenta, como meta, no seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), “o rigor com a qualidade de ensino e, para isso, está consciente da necessidade de um processo de avaliação permanente e criterioso” (UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ, 2007, p. 180). A referida IES investe na Avaliação Institucional por acreditar que somente ela

possibilita à universidade identificar fragilidades e orientar-se quanto ao encaminhamento de soluções e ao desenvolvimento de ações voltadas à melhoria dos pontos necessários. Com base nos resultados apresentados, a IES procede ao replanejamento do ensino – pautado nos indicadores avaliados – e ao investimento na política de formação continuada de professores e na infraestrutura de material e de equipamentos didático-pedagógicos para os cursos, bem como ao redimensionamento dos projetos pedagógicos dos cursos (UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ, 2007, p. 183).

À avaliação institucional vem sendo atribuída importância ímpar nas últimas duas décadas. Ela está cada vez mais vinculada à qualidade, inclusive como legitimadora da

mesma, a ponto de atuar como certificação de qualidade. Afonso (2003, p. 27) esclarece que “tendo ganho uma nova centralidade desde meados dos anos oitenta, a avaliação continua, já no início de um novo milênio, a ser um dos eixos estruturantes das políticas públicas, em geral, e das políticas educacionais, em particular”. O problema é que os usos dos resultados (e da própria prática avaliativa em si) podem servir a fins diversos e nem sempre coerentes com a plenitude do desenvolvimento humano. Isso porque a avaliação nunca é neutra ou desinteressada; ela reflete contexto(s) e, nele(s), toda uma trama ideológica, política e social.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008), instituído pela Lei 10.861, de abril de 2004, apresenta como fundamento a necessidade de promover “a melhoria da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais” (BRASIL, 2004b, p. 4). Assim, apresenta como objetivo “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” (BRASIL, 2004a).

As produções e recentes pesquisas¹³ sobre as reformas no ensino superior sinalizam que a repercussão do SINAES dentro das IES é bastante visível. No entanto, nem sempre esta visibilidade vem ao encontro daquilo que efetivamente se espera de uma avaliação participativa, emancipadora e comprometida com o contexto social e humano, pois entre o dito e o feito, há muitos desencontros. Embora reconhecendo a urgência de que o SINAES cumpra o que anuncia – contribuir para a melhoria da educação superior no Brasil – não se pode ignorar que as diretrizes do SINAES não contrariam as diretrizes das políticas internacionais de agências financiadoras e estão em consonância com as tendências da hegemonia cultural.

Dentro da perspectiva de uma política de massificação do ensino superior, o Estado avaliador utiliza a avaliação institucional como forma de legitimar e classificar a qualidade do ensino oferecido pelas IES. Ao mesmo tempo que inibe os abusos da falta de qualidade, o Estado estimula a ampliação do setor privado pela via da competitividade de mercado. Na corrida (desenfreada) pela captação de alunos, as IES divulgam, das formas mais criativas e surpreendentes, os resultados conquistados nas avaliações, valorizando o *ranking* educacional. Evidentemente não é para essa direção que deve apontar uma avaliação comprometida com a qualidade ética, social e cultural do ensino superior.

¹³Grupo de Pesquisa: Currículos e Questões Atuais – PUC/SP. Endereço eletrônico: <http://grupuc.blogspot.com>.

Sacristán e Gómez (1998, p. 88) apresentam duas proposições distintas sobre qualidade, uma sob o “enfoque instrumental” e outra sob o “enfoque ético”. No primeiro enfoque, destacam a relação fundamental entre qualidade e eficácia e entre qualidade e realização de objetivos preestabelecidos. Nesse enfoque, o alcance dos objetivos é buscado da forma mais rápida e com menor custo possível. Assim, “os meios, os métodos e os processos não têm mais significação em si do que a função instrumental que cumprem para conseguir os objetivos apresentados; são, portanto, independentes dos fins [...]”. Nessa lógica, a qualidade do ensino tem como base a “eficácia com que se obtêm os resultados previstos para cada etapa do sistema educativo”, sempre enfatizando a importância de definir os objetivos e conseguir uma “medição exata dos resultados” desse processo.

No enfoque ético, Sacristán e Gómez (1998) anunciam que a qualidade do ensino é um processo aberto e imprevisível de construção coletiva e subjetiva. Portanto, não pode estar centralizado na eficácia dos resultados e, sim, no envolvimento do indivíduo, do grupo ou da coletividade, uma vez que “a forma específica de envolvimento produz a curto, médio ou longo prazo efeitos cujo sentido antropológico é necessário ‘valorizar’, independente do valor ou qualidade dos resultados obtidos através de tal atividade humana” (p. 88, grifo do autor). Sendo assim, a qualidade é centrada “no significado intrínseco das tarefas e trocas nas quais os alunos se envolvem e nos efeitos que têm uma vida mais prolongada e que intervêm de forma mais definitiva na configuração do homem adulto (Idem, 1998, p. 90)”.

Na tese de doutorado, “Avaliação Institucional: em busca de um currículo crítico-emancipatório em construção”, Lara (2009) denuncia que a qualidade na educação superior, na perspectiva neoliberal, aponta para um modelo de universidade orientada pela lógica empresarial, portanto operacional, produtiva e flexível. Esse modelo, afirma Lara (2009), não prioriza o papel formador, crítico e reflexivo da docência; antes, preocupa-se com a transmissão acelerada de conhecimentos e informações utilitaristas que respondam, de imediato, às demandas e expectativas de mercado. Essa concepção de qualidade emerge de uma universidade

voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível e estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos (LARA, 2009, p. 84).

Diante dessas reflexões é necessário questionar a que fins serve esse modelo de universidade e esse conceito de qualidade. Certamente não a uma sociedade voltada à

construção do conhecimento como possibilidade de desenvolvimento ético, de justiça social, de partilha e ampliação dos bens culturais e materiais e da justa distribuição dos meios de produção e consumo.

Enquanto educadora e pesquisadora, penso que uma educação de qualidade é aquela que possibilita, por intermédio do conhecimento, o desenvolvimento e o aprimoramento social, ético e moral do ser humano; que faz valer o direito de todos, e de cada um, de acesso ao legado cultural historicamente construído e acumulado pela humanidade, para a humanidade. Uma educação de qualidade necessita de um processo consistente de avaliação institucional, de investimentos financeiros, de atuação intelectual e ética, de participação/atuação coletiva para assim cumprir seu principal papel: favorecer o processo de humanização.

Se o papel da educação, como instrumento de humanização e, ao mesmo tempo, como fator determinante para o desenvolvimento de um país, é indiscutível, o **direito do aluno PROUNI a essa educação de qualidade** é um dos caminhos para minimizar diferentes formas de desigualdades sociais.

3.1 Conhecendo as bases legais do Programa

Para melhor compreender a implantação do PROUNI numa IES de Santa Catarina, foco central da tese, e as repercussões dessa implantação, é importante conhecer as bases legais sobre as quais se estruturou o Programa.

Conforme já anunciado na introdução da tese, o PROUNI nasceu em maio de 2004 quando o governo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.582. Simultaneamente à tramitação do Projeto Lei no Congresso, o governo publicou, em 10 de setembro de 2004, a Medida Provisória nº 213 (BRASIL, 2004), que instituiu o Programa, regulamentou a atuação das entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e deu outras providências. Em seguida, em 15 de setembro, enviou mensagem à Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do Projeto de Lei. No ano seguinte, em 13 de janeiro de 2005, a Medida Provisória foi convertida na Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005) que, dentre outras providências, instituiu o PROUNI.

O Projeto de Lei inicial previa a concessão de bolsas de estudo integrais, concedidas a brasileiros não portadores de diploma de curso superior cuja renda familiar não excedesse a

um salário mínimo por pessoa. As bolsas seriam destinadas, exclusivamente, aos concluintes do ensino médio em escolas públicas e a professores da rede pública de ensino. Como critérios para a seleção seriam considerados a nota no ENEM e o perfil socioeconômico dos candidatos.

É importante dizer que, no processo de tramitação, o Projeto Lei recebeu nada menos do que 292 propostas de emenda, alterando a proposta inicial. Isso, segundo Catani e Gilioli (2005), demonstrou o poder de *lobby* das mantenedoras das instituições de ensino superior privadas. Como exemplo dessas modificações, podemos citar que a Medida Provisória diferenciou-se do Projeto de Lei incluindo a concessão de bolsas de estudos parciais de 50% (meia-bolsa), ampliando a renda limite de um para um salário mínimo e meio, por pessoa, para as bolsas integrais e renda familiar de até três salários mínimos, por pessoa, para as bolsas parciais.

Além disso, passaram a ser considerados beneficiados do PROUNI os estudantes com necessidades especiais e os que cursaram o Ensino Médio como bolsistas integrais na rede privada. Foi incluída, ainda, a possibilidade das IES realizarem uma seleção interna quando existirem bolsas que não foram ocupadas. Estas são identificadas como bolsas remanescentes. Vale mencionar que, nesse caso, a ocupação das vagas é de exclusiva responsabilidade da IES, cabendo-lhe estabelecer critérios próprios desde que estes respeitem os critérios basilares do PROUNI: o candidato à bolsa não pode ter diploma de ensino superior; deve ter cursado todo o ensino médio na rede pública ou como bolsista integral na rede privada e corresponder ao perfil socioeconômico de renda máxima de um salário mínimo e meio por pessoa (para bolsas integrais) e de três salários mínimos por pessoa (para bolsas parciais). Para calcular o número de bolsas a serem concedidas, o Projeto de Lei se referia, apenas, aos alunos regularmente matriculados enquanto que a Medida Provisória levava em conta os alunos regularmente matriculados e pagantes.

Em 15 de outubro de 2004, o Decreto nº 5.245 (BRASIL, 2004a) regulamentou a Medida Provisória nº 213 (BRASIL, 2004), que vigorou até sua conversão em lei. Neste mesmo ano, foi publicada a Portaria nº 3.268 que dispôs sobre os procedimentos para a Adesão de Instituições de Ensino Superior ao PROUNI e deu outras providências.

O PROUNI, hoje, é regido pela Lei 11.096, regulamentada pelo Decreto 5.493, de 18 de julho de 2005. A legislação atual prevê a concessão de bolsas integrais e parciais (100%, 50% e 25%) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. As bolsas são concedidas a brasileiros não portadores de diploma de curso superior e cuja renda familiar, mensal, não

ultrapasse o valor de um salário mínimo e meio, por pessoa, nos casos das bolsas integrais, e de três salários mínimos, para as bolsas parciais.

As bolsas do PROUNI são destinadas a estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escola da rede pública ou que tenham obtido bolsa integral em instituições privadas durante todo o ensino médio. Nos cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, têm preferência, na ocupação das bolsas PROUNI os professores, em efetivo exercício, na rede pública de ensino, independentemente da renda.

A pré-seleção dos candidatos a serem beneficiados pelas bolsas é feita pelos resultados do ENEM. As instituições de ensino podem estabelecer e utilizar critérios próprios para a concessão das bolsas desde que não infrinjam o que determina a Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005). As IES são responsáveis pela verificação das informações prestadas pelo candidato quando estes se inscrevem no Programa.

Podem aderir ao PROUNI, segundo a Lei, todas as instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos, beneficentes ou não. No caso das IES com ou sem fins lucrativos, não beneficentes, o governo exige que se comprometam a oferecer, no mínimo, uma bolsa integral para o equivalente a 10,7 estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados. O total da isenção de impostos concedida deverá atingir o equivalente a 8,5% da receita anual da IES. As IES consideradas entidades beneficentes de assistência social deverão oferecer, anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% da receita bruta em bolsas de estudo.

Conforme já mencionado, as IES que aderirem ao PROUNI ficam isentas dos seguintes impostos e contribuições: i) Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; ii) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido; iii) Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social; iv) Contribuição para o Programa de Integração Social. O período de adesão ao Programa é de dez anos podendo ser renovado.

A Lei determina que o Ministério da Educação desvincule do PROUNI¹⁴ o curso que não corresponder aos critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Pela redação original da Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005), a desvinculação aconteceria caso o curso não atingisse os padrões estabelecidos pelo SINAES por três avaliações consecutivas. A Lei nº 11.509 de 20 de julho de 2007, no entanto, alterou o disposto no §4º do artigo 7º da Lei nº 11.096, diminuindo para duas avaliações consecutivas.

¹⁴ Ao aluno regularmente matriculado fica garantido o direito de concluir o curso na condição de aluno bolsista.

Desde que observadas as condições socioeconômicas estabelecidas na Lei, as IES poderão destinar até 10% das bolsas PROUNI para os trabalhadores da própria instituição e seus dependentes. O Programa também prevê a reserva de um percentual de bolsas aos portadores de deficiência e autodeclarados indígenas e negros. Esse percentual deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou negros, na respectiva Unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Quando o candidato realizar sua inscrição, ele escolhe entre as alternativas: (i) Políticas Afirmativas (PA) ou (ii) Ampla Concorrência (AC). A primeira alternativa engloba os portadores de deficiência, os autodeclarados indígenas, pardos e negros.

Em julho de 2005, o Decreto nº 5.493 (BRASIL, 2005a) regulamentou aspectos da Lei considerados pendentes. Como exemplo, o cancelamento de bolsas, a qualquer tempo, desde que constatada fraude nos documentos apresentados ou falsidade de informação prestada pelo bolsista. O decreto não permite a concessão de mais de uma bolsa PROUNI por aluno nem a concessão de bolsas para estudante já matriculado em instituição pública e gratuita de ensino superior. Define também que a pré-seleção dos estudantes tem como base o resultado obtido no ENEM referente à edição imediatamente anterior ao processo seletivo do PROUNI, sendo desconsiderados os desempenhos anteriores.

O Decreto determina, ainda, que as IES que aderirem ao PROUNI devem apresentar ao MEC, semestralmente: (i) a frequência dos alunos beneficiados, sendo que a frequência mínima obrigatória deve corresponder a 75% da carga horária do curso¹⁵; (ii) o aproveitamento dos bolsistas no curso e (iii) a evasão de alunos por curso e turma (Anexo H).

Em setembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.180 (BRASIL, 2005b), que, dentre outras questões, autoriza a concessão de bolsa-permanência a estudantes beneficiários do PROUNI. O valor da bolsa, paga pelo Ministério da Educação, é de R\$ 300,00 (trezentos reais). O aluno bolsista deve abrir uma conta bancária em agências da Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil para receber o benefício e informar o número da conta à instituição onde estuda. Além disso, precisa renovar o seu cadastro anualmente. A IES, por sua vez, deve comprovar os dados do aluno beneficiado mensalmente.

Tem direito à bolsa-permanência os alunos PROUNI matriculados em cursos presenciais, com o mínimo de seis semestres de duração e carga horária diária igual ou superior a seis horas. A seleção para a bolsa acontece duas vezes ao ano, em janeiro e junho,

¹⁵ Os alunos que não atenderem aos requisitos frequência e aproveitamento poderão ter a concessão da bolsa suspensa.

ficando sujeita às condições orçamentárias do MEC. O Termo de Concessão de Bolsa-Permanência tem validade semestral e o recebimento do benefício está condicionado à assinatura do respectivo Termo de Concessão. É importante destacar que, segundo o MEC, “a assinatura do termo assegurará apenas a expectativa de direito ao recebimento mensal da bolsa, ficando seu efetivo pagamento condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério da Educação” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).

Além da Lei nº 11.180 (BRASIL, 2005b), outros Atos Normativos foram publicados tratando da bolsa-permanência, a saber: Portaria nº 569 (BRASIL, 2006a), de 23 de fevereiro de 2006, Portaria nº 925 (BRASIL, 2006b) de 19 de abril de 2006 e Portaria nº 1.515 (BRASIL, 2006c) de 31 de agosto de 2006.

Em janeiro de 2006, foi publicada a Portaria nº 301 (BRASIL, 2006), que instituiu a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI (CONAP). Segundo essa Portaria, compete à Comissão: i) exercer o acompanhamento e o controle social dos procedimentos operacionais de concessão de bolsas do PROUNI; ii) interagir com a sociedade civil; iii) propor diretrizes para organização de comissões de acompanhamento local; iv) elaborar seu regimento e v) realizar reuniões ordinárias e extraordinárias.

A CONAP é composta por dois representantes do corpo discente das IES privadas, sendo pelo menos um deles bolsista do PROUNI, designados pela UNE (União Nacional dos Estudantes); dois representantes dos estudantes do ensino médio público, designados pela União Brasileira dos Estudantes (UBES); dois representantes do corpo docente das IES privadas em regime integral, designados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE); dois representantes dos dirigentes das IES privadas designados pela Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (ABMES) e pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB); dois representantes da sociedade civil e dois representantes do Ministério da Educação, designados pelo Ministro de Estado da Educação.

Em 02 de dezembro de 2009, o Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 1.132, regulamentou as Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI. Trata-se de um órgão colegiado, de natureza consultiva, instituído na IES com a função de acompanhar, averiguar e fiscalizar o andamento do PROUNI na IES bem como aprimorar as relações entre alunos bolsistas PROUNI e a IES. A ideia é que a proximidade das Comissões com os alunos bolsistas facilite o diálogo entre os alunos, a IES e o MEC. Desse modo, foi estabelecido no art. 2º da mencionada Portaria, a competência das Comissões Locais:

(i) exercer o acompanhamento, averiguação e fiscalização da implementação do PROUNI nas Instituições de Ensino Superior (IES) participantes do Programa; (ii) interagir com a comunidade acadêmica e com as organizações da sociedade civil, recebendo reclamações, denúncias, críticas e sugestões para apresentação, se for o caso, à Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI-CONAP; (iii) emitir, a cada processo seletivo, relatório de acompanhamento do PROUNI; e (iv) fornecer informações sobre o PROUNI à CONAP (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010b).

Conforme art. 3º da Portaria nº 1.132, as Comissões Locais serão compostas por:

(i) 1 (um) representante do corpo discente das IES, que deve ser bolsista PROUNI; (ii) 1 (um) representante do corpo docente das instituições privadas de ensino superior, que deve ser professor em regime de dedicação mínima de 20 (vinte) horas semanais; (iii) 1 (um) representante da direção das instituições privadas de ensino superior, que deve ser o coordenador ou um dos representantes do PROUNI na IES; e (iv) 1 (um) representante da sociedade civil (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010a).

Além dos atos normativos já mencionados, outros foram publicados desde a Medida Provisória nº 213, de setembro de 2004 (BRASIL, 2004), como, por exemplo, as disposições sobre os processos seletivos do Programa; os procedimentos de manutenção das bolsas, os procedimentos para a emissão dos Termos Aditivos, dentre outros. No entanto, avalio que os atos normativos aqui apresentados dão conta de relatar as bases legais sobre as quais o Programa se estrutura.

3.2 O PROUNI no cenário nacional

Para Catani e Hey (2007, p. 424), o governo Fernando Henrique Cardoso, ao privilegiar os setores privados da educação superior, contribuiu para a “manutenção da desigualdade do sistema educacional, uma vez que as oportunidades de cada aluno são determinadas por suas condições sociais de origem”. Já o governo Lula da Silva “acomoda a situação gerada nesses anos anteriores, mas freando os ataques contra a universidade pública – mesmo que sem ações contundentes a seu favor”. Os autores destacam, como medidas governamentais desse último governo, “a criação de novas universidades federais, a contratação de docentes e a liberação de verbas para pesquisadores via agências de fomento”.

Apesar disso, alertam que, lamentavelmente, “tais ações não significam a alteração da configuração estratificada que o sistema de educação superior assumiu nos últimos 20 anos e o fortalecimento da hegemonia do mercado privado no setor”.

Segundo dados do MEC/SISPROUNI, em 2005, 64,04% das 112.275 bolsas ofertadas pelo PROUNI eram integrais e 35,96% eram parciais. Em 2006, 71,17% das 138.668 bolsas ofertadas eram integrais e 28,82% eram parciais. Em 2007, 59,58% das 163.854 bolsas eram integrais e 40,41% parciais. Em 2008, 44,21% das 225.005 bolsas ofertadas eram integrais e 55,78% eram bolsas parciais. Nesses anos, houve estabilização, em números reais, das bolsas integrais em relação aos anos anteriores e um considerável aumento nas bolsas parciais. Em 2009, 62% das 247.643 bolsas ofertadas eram integrais e 38% eram bolsas parciais, evidenciando a retomada da tendência inicial (Figuras 5 e 6).

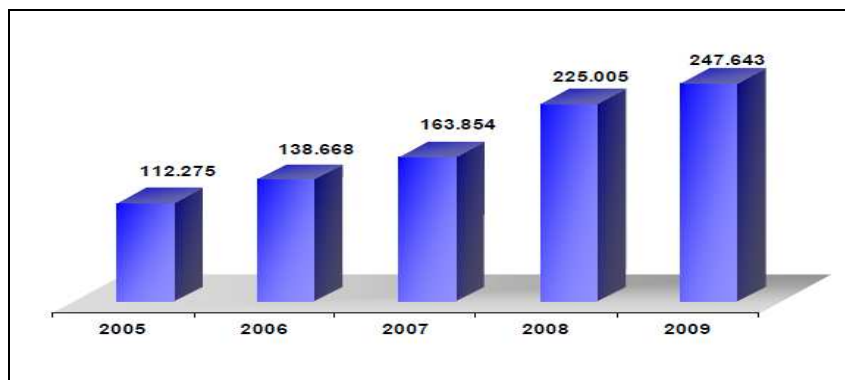


Figura 5 - Gráfico indicativo da evolução das bolsas PROUNI – 2005-2009

Fonte: SIPROUNI 08/07/2009- Bolsistas PROUNI 2005- 2º /2009.

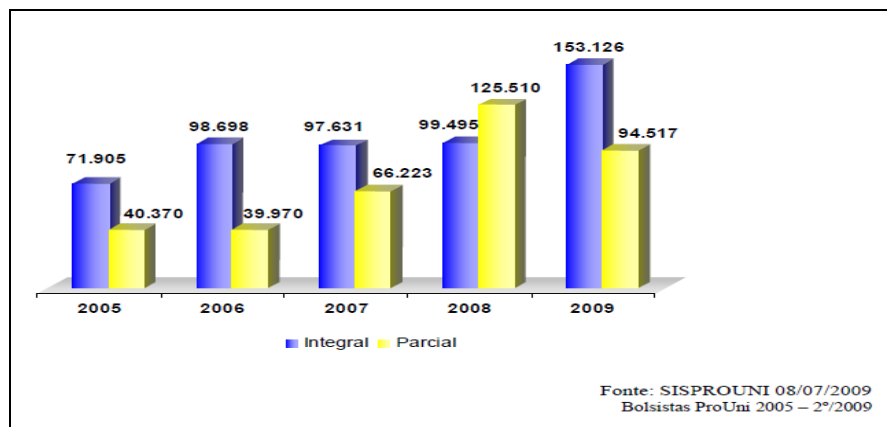


Figura 6 - Gráfico indicativo da evolução das bolsas – integral e parcial – do PROUNI – 2005-2009

Fonte: SIPROUNI 08/07/2009- Bolsistas PROUNI 2005- 2º /2009.

Embora haja um aumento geral no número de bolsas de 2005 até 2009, os dados preocupam se levarmos em conta as dificuldades econômicas com as quais os alunos bolsistas se depararam ao ingressar no ensino superior. Quando a bolsa é parcial, obviamente essa dificuldade se potencializa.

O Programa Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)¹⁶, criado em 1999, em substituição ao antigo Crédito Educativo, vem fazendo amplas campanhas de financiamento para atender os alunos PROUNI com bolsas parciais. No entanto, apesar das modificações implementadas pelo FIES¹⁷ e dos números divulgados, esse Programa facilita e amplia as chances de permanência dos estudantes no ensino superior, mas continua longe de garantir a democratização do ensino, pois a dificuldade do estudante não se restringe a manutenção e custos com a mensalidade. Os gastos vão muito além, e por vezes são maiores do que todo o esforço do estudante para se manter no ensino superior.

Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU, [s.d.], p. 4):

O ProUni e o FIES são programas paralelos, ou seja, a existência de um não pressupõe a ausência do outro. Eles possuem datas de criação muito distintas um do outro, por isso no começo funcionaram totalmente independentes. Contudo, o que se tem observado a partir da legislação é a intenção de aproximação cada vez maior dos dois programas, a ponto de chegarem a serem efetivamente complementares.

Ao mesmo tempo em que o financiamento representa uma alternativa encontrada pelo aluno para cursar o ensino superior, é também ponto de partida para o endividamento e comprometimento financeiro antes mesmo do aluno ter assegurado um espaço de trabalho. Pode-se imaginar o que significa para milhares de estudantes conviverem com o temor da falta de trabalho e ainda gerenciar a pressão de uma dívida precocemente contraída como aposta/condição de um futuro melhor. Ou seja, a que preço e com qual qualidade o país

¹⁶ Segundo Catani e Hay (2007, p. 420) o FIES é um programa de crédito educativo que abrange cerca de 10% dos matriculados nas IES privadas, sendo que do total dos estudantes atendidos, 84,1% são provenientes de famílias cuja renda *per capita* é de um a cinco salários mínimos. O estudante paga apenas uma parcela da mensalidade, enquanto o restante é pago pelo governo. No fim do curso, o estudante deve saldar o empréstimo com juros. Atualmente, tal programa tem privilegiado os cursos destinados à formação de professores com a cobrança de juros menores aos estudantes destas áreas.

¹⁷ A fiança solidária permite que alunos que não puderem apresentar o fiador tradicional formem grupos de três a cinco estudantes da mesma instituição de ensino, que passarão a ser fiadores entre si. Não há necessidade de comprovação de renda por parte dos fiadores solidários. Para auxiliar na formação dos grupos, a Caixa Econômica Federal possui um cadastro de estudantes que demonstraram interesse em participar da fiança solidária.

pretende alcançar a, ainda muito distante, meta do PNE de, até 2011, ter 30% da população brasileira inserida no ensino superior¹⁸?

Novamente vem à tona a questão do investimento público no setor privado. Segundo Davies (2004), as IES privadas, em 2004, apresentavam um percentual de 37,5% de vagas ociosas. Tais vagas, segundo o governo, ao serem preenchidas pelo PROUNI, representariam aos cofres públicos uma significativa economia. A saber, R\$ 50 milhões de reais em renúncia fiscal garantiriam 100 mil vagas nas IES privadas, enquanto que nas IES públicas para obter esse mesmo número de vagas seriam necessários R\$ 350 milhões de reais. Em seu discurso, o governo enfatizou que as vagas, nas IES privadas, já estariam à disposição, enquanto que na rede pública precisariam ser criadas.

O governo federal considera o Programa um marco referencial na política de inclusão. No editorial da revista do PROUNI, Haddad (2008) afirma que o Programa

[...] é mais que um projeto de curso, ele é parte de um projeto de educação, que igualmente reflete um projeto de sociedade. Uma sociedade que se revelará em um espaço de práticas sociais no qual esse estudante irá intervir e onde irá utilizar o saber apreendido para, de forma solidária, resolver os problemas de sua época, imprimindo dimensão política à sua formação acadêmica.

Por outro lado, pesquisadores como Davies (2004) e Carvalho (2006) afirmam que o PROUNI é mais um benefício para as instituições privadas de ensino superior, e mais uma estratégia de renúncia fiscal pelo governo, em troca de vagas ociosas nessas instituições. Davies (2004, p. 251) afirma ainda que “essa medida não se destina a todos, sendo típica da perspectiva neoliberal de focalização dos gastos públicos em grupos supostamente carentes, e não de sua universalização”.

Nessa mesma direção, Mancebo (2004, p. 81), alerta que

[...] longe de resolver ou de corrigir a distribuição desigual dos bens educacionais, a privatização promovida pelo programa tende a aprofundar as condições históricas de discriminação e de negação do direito à educação superior a que são submetidos os setores populares. A alocação dos estudantes pobres nas instituições particularizadas cristalizará mais ainda a dinâmica de segmentação e diferenciação no sistema escolar, destinando escolas academicamente superiores para os que passarem nos vestibulares das instituições públicas e escolas academicamente mais fracas, salvo exceções, para os pobres.

¹⁸ A princípio o sítio do MEC divulgava a meta até o ano de 2010. A data foi alterada para 2011.

Há também o parecer e o posicionamento dos alunos bolsistas PROUNI que não pode ser negligenciado. Entre estes, o questionamento de um acadêmico do curso de Direito:

Eu escuto muitas críticas ao PROUNI e fico perguntando: será que quem critica sabe o que é trabalhar ano após ano para juntar dinheiro para pagar uma faculdade e ver que o tempo está passando e você, mesmo sendo inteligente e tendo condições de aprender, fica do lado de fora do muro? Eu moro aqui perto. Quando eu passava pelo lado de fora da faculdade, aqui no muro que é bem comprido, me dava um nó na garganta pensando se um dia eu também poderia andar do lado de dentro. A primeira coisa que fiz quando ganhei a bolsa foi passar bem perto do muro, mas do lado de dentro. Quem critica é porque não sabe o que é ficar do lado de fora.

Outro posicionamento que ilustra as polêmicas em torno do PROUNI é o posicionamento da acadêmica do curso de Psicologia que assim se manifestou:

Se houvesse uma preocupação real com a educação desde o ensino fundamental e médio, não haveria necessidade de um Programa como o PROUNI. Ele é apenas um paliativo, para a realidade da educação pública brasileira. E ainda mais, a meu ver é um instrumento do próprio mercado de trabalho que necessitava de mão de obra profissional e especializada. Com as novas reformulações pelas quais passou o ENEM, ele ficou muito mais difícil. Fecha-se novamente a porta – ficará muito difícil a entrada de alunos do ensino público na universidade.

Em meio às críticas, aos posicionamentos de defesa, às dúvidas e aos questionamentos, os números apresentados pelo MEC dão conta de que 887.445 bolsas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009d) de ensino foram ofertadas de 2005 até 2009 (112.275 em 2005; 138.668 em 2006; 163.854 em 2007; 225.005 em 2008 e 247.643 em 2009). Esses números, bem como os discursos e as polêmicas em torno do Programa, vem provocar repercussões nunca antes vistas no cenário educacional, o que justifica investigar a implantação do PROUNI na referida IES de SC.

3.3 A IES de Santa Catarina: o cenário da pesquisa

Tendo como foco da pesquisa a implantação do PROUNI numa IES de Santa Catarina e, como um dos objetivos específicos, investigar o compromisso social desta instituição em relação à inclusão social e à permanência do aluno bolsista PROUNI, é imprescindível conhecer dados históricos e numéricos desta IES que se localiza no litoral norte de Santa

Catarina, mais precisamente na região do Vale do Itajaí. Com uma população estimada em 900.000 habitantes, a região é reconhecida nacionalmente por seu dinamismo econômico, pelo parque industrial (considerado o maior do Estado), pela produção têxtil, pelas atividades portuárias, a indústria naval, o ramo de logística e o turismo.

A IES pesquisada tem 46 anos de existência como Instituição de Ensino Superior, 21 deles como universidade comprometida com o ensino, a pesquisa e a extensão. A estrutura da IES é *multicampi*, e atualmente compreende seis *campi* localizados no litoral de Santa Catarina, com uma área de abrangência geográfica que engloba todo litoral centro-norte catarinense.

A infraestrutura da IES está organizada em aproximadamente 165 mil m² de área construída, 493 salas de aula, 291 laboratórios e 43 salas de apoio (como Biotério, Pré-incubadora de Empresas, Laboratório de Produção e Análise de Medicamentos, Laboratório de Produção e Imagens). Esses espaços são destinados às atividades práticas, integrantes dos projetos pedagógicos de 73 cursos de graduação, disponíveis em 125 opções de turno e local. A IES conta ainda com 34 salas para docentes, 14 auditórios, dois anfiteatros e biblioteca com sistema integrado, organizada em 10 espaços físicos distintos.

Somados os níveis de ensino da educação básica, da graduação e pós-graduação, a IES tem hoje aproximadamente 25.000 alunos, 1.723 professores e 1.267 funcionários. Reconhecida em nível nacional pela sua tradição em avaliação, a IES apresenta, como preocupação, em seu projeto institucional, o “rigor com a qualidade de ensino” e a “necessidade de um processo de avaliação permanente e criterioso” (UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ, 2007, p. 180). Por essa razão, desde 1993, a IES vem investindo na avaliação institucional, da qual participa toda a comunidade acadêmica. Com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (SINAES), em 2004, esse processo vem sendo aperfeiçoado e ampliado.

A referida IES é mantida por uma Fundação, e sua estrutura administrativa é formada pelos Conselhos de Administração Superior e Curador e pela Diretoria. A assessoria administrativa da Fundação é exercida pela Secretaria Executiva e pela Procuradoria Geral. Os fóruns deliberativos da IES são formados pelo Conselho Universitário (CONSUN), o Conselho Administrativo Superior (CAS) e o Conselho Curador. São eles que definem as políticas e diretrizes da Fundação. Os conselhos são formados por coordenadores de curso, representantes administrativos, docentes, funcionários e alunos.

A escolha desta IES como locus de pesquisa se justifica, dentre outras razões, pela relevância social, econômica e política que esta instituição exerce em seu entorno. A história e

a presença da IES se fundem à história do município e da região, visto que a cultura, a política, o comércio, a indústria, a prestação de serviços e a economia, de modo geral, são diretamente afetados com a presença e o crescimento da IES. Além disso, a referida IES, ao aderir ao PROUNI, buscou estratégias e alternativas diversas para minimizar as dificuldades socioeconômicas emergenciais enfrentadas pelos alunos bolsistas. Estas condições estão diretamente ligadas à impossibilidade financeira de o aluno custear alimentação, moradia e transporte. Basta dizer que alguns dos primeiros bolsistas PROUNI, vindos de outros estados, chegaram à IES sem estrutura alguma de manutenção. Socializar estas experiências pode ser uma contribuição para a qualidade do acesso e da permanência dos alunos desta e de outras instituições.

Do primeiro semestre letivo de 2006, início da implantação do PROUNI, até o final do segundo semestre de 2009, a IES pesquisada ofertou 2.427 bolsas PROUNI, 1.578 bolsas em efetiva utilização, nos 73¹⁹ cursos de graduação oferecidos pela Instituição em seis Centros de Educação (Ciências da Saúde; Ciências Sociais Aplicadas-Gestão; Ciências Sociais Aplicadas-Comunicação, Turismo e Lazer; Ciências Sociais Jurídicas; Ciências Humanas; Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar). Estes alunos têm sido acompanhados pela Pró-Reitoria de Ensino da IES e pelo Programa de Apoio aos Discentes, Egressos e Funcionários – PADEF.

Somente ao final de 2005, após um ano de instituição do Programa, a referida IES pesquisada aderiu ao PROUNI. Durante esse primeiro ano, a IES acompanhou o nascimento desse Programa, participou, com seus representantes, de inúmeras discussões sobre o Projeto de Lei e sobre a Medida Provisória.

O professor representante da IES nas discussões sobre a implantação do PROUNI na instituição concedeu uma entrevista ao Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Currículo e Avaliação²⁰, em 19 de novembro de 2007²¹. A entrevista foi organizada com perguntas, elaboradas pelo Grupo de Pesquisa, que versavam sobre a trajetória da implantação do Programa na IES; o perfil socioeconômico e escolar dos estudantes beneficiados com o

¹⁹ No conjunto destes 73 cursos, alguns não têm oferta regular de bolsas PROUNI, em virtude de especificidades como: oferta descontinuada dos cursos, cursos em processo de extinção, cursos emergenciais, dentre outras.

²⁰ O Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Currículo e Avaliação é vinculado ao Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da IES pesquisada e tem o apoio do Programa de Integração Graduação e Pós-Graduação (PIPG), financiado e mantido pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura (PROPPEC) da referida IES.

²¹ O professor representante da IES no processo de adesão ao PROUNI recebeu o grupo de pesquisa, do qual eu fazia parte, para a entrevista que foi dirigida com perguntas previamente elaboradas pelo grupo. A entrevista foi gravada em áudio e transcrita na íntegra. Seu conteúdo foi analisado segundo objetivos gerais e específicos da pesquisa em andamento na época.

Programa e os índices de evasão e rendimento. A entrevista transformou-se num rico espaço de diálogo uma vez que o entrevistado foi muito além das perguntas realizadas pelo grupo, permitindo-se expor angústias e esperanças em relação ao PROUNI.

Dois anos após a primeira entrevista, voltei a entrevistar o professor representante nas discussões sobre a implantação do PROUNI na IES pesquisada para contrastar e aprofundar algumas questões. Os dois momentos de entrevista evidenciam que a decisão pela implantação do Programa foi avaliada coletivamente e uma vez aceita passou a integrar efetivamente as ações da IES.

Conforme anunciado no capítulo metodológico, também foram entrevistados a coordenadora do PROUNI na IES, o funcionário administrativo do Programa de Atenção aos Discentes, Egressos e Funcionários da IES; dois gestores coordenadores de curso com o maior número de alunos bolsistas PROUNI e a religiosa responsável pela coordenação da Casa que abriga os alunos bolsistas que não possuem condições financeiras de custear as despesas de moradia.

No capítulo a seguir serão apresentados e discutidos os dados, gerados pelas entrevistas, sobre a implantação do PROUNI e o compromisso social da IES pesquisada em relação à inclusão social e à permanência do aluno bolsista PROUNI.

4 A IMPLANTAÇÃO DO PROUNI E O COMPROMISSO SOCIAL DA IES PESQUISADA: A VOZ DOS GESTORES

*Os poemas são pássaros que chegam
 não se sabe de onde e pousam
 no livro que lê.
 Quando fecha o livro, eles alçam voo
 como de um alçapão.
 Eles não têm pouso
 nem porto;
 alimentam-se um instante em cada
 par de mãos e partem.
 E olhas, então, essas tuas mãos vazias,
 no maravilhado espanto de saberes
 que o alimento deles já estava em ti...
 (Mário Quintana)*

Para compreender como se deu a **implantação do PROUNI numa IES de Santa Catarina e as repercussões dessa implantação**, foco central da pesquisa, é necessário conhecer a **percepção dos gestores** (da IES pesquisada) uma vez que esta revela as **expectativas da IES decorrentes da implantação do PROUNI; o compromisso social da IES** com o aluno PROUNI e a **inclusão do aluno no ensino superior**. No intuito de captar essas percepções, os gestores também responderam a questões referentes ao perfil dos alunos PROUNI e respectivo **rendimento acadêmico** (Anexo I).

O campo de estudos sobre inclusão é rico em amplitude e complexidade. Tendo em vista a especificidade do foco e os objetivos desta pesquisa, não é intenção aprofundar o tema; busca-se, antes, perceber em que medida o PROUNI pode contribuir para a efetivação da inclusão do aluno no ensino superior da IES pesquisada. Chauí (2003, p. 9) defende que pensar a universidade como espaço de inclusão social exige “colocar-se claramente contra a exclusão como forma da relação social definida pelo neoliberalismo e pela globalização e tomar a educação superior como um direito do cidadão”. Ou seja, a universidade deve ser espaço para todos, deve ser universal.

Nessa mesma direção, Demo (2004, p. 39) afirma que a universidade, na sua origem, é um espaço ético de formação da cidadania e, por essa razão, mais do que nunca, ela “precisa estar marcada pelo compromisso com a sociedade mais igualitária, orientada pelo bem comum”. Num tempo em que as informações circulam e o conhecimento é produzido em

escala nunca antes imaginada, o autor alerta que “a exclusão maior será, cada dia mais, exclusão do conhecimento” (Idem, 2004, p. 37). Por essa razão a universidade, espaço de (re)construção de conhecimento e saber, não pode se eximir de seu compromisso social.

O professor representante da IES pesquisada, que esteve à frente das questões do PROUNI, relatou que as discussões iniciais sobre a adesão ao Programa aconteceram no interior do Sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE)²², da qual a referida IES faz parte. Havendo, por parte da ACADE, uma série de dúvidas sobre a constitucionalidade da Medida Provisória, e discordâncias sobre o Projeto de Lei, a Associação decidiu, num primeiro momento, não aderir ao Programa. O entrevistado foi eleito representante de toda a ACADE para as questões referentes ao PROUNI e participou de diversas discussões na Câmara de Educação Superior e na Câmara dos Deputados.

Tanto o Projeto de Lei como, depois, a Medida Provisória definiram como condição única para que as IES fossem consideradas filantrópicas a adesão ao Programa. Essa foi a principal discordância do Sistema ACADE, cujos membros consideravam esse critério uma contrariedade, tendo em vista que a Lei do Sistema Único de Assistência Social possibilita outras formas de adesão à filantropia. A ACADE acreditava que esses dispositivos legais seriam julgados inconstitucionais, o que não ocorreu, tendo em vista que um significativo número de IES (aproximadamente 1.400, na época) aderiu ao Programa, provocando o que o professor representante da IES no processo de adesão ao PROUNI chamou de um “esvaziamento” da inconstitucionalidade da medida [expressão do entrevistado].

O entrevistado nos informou, também, que as IES consideradas filantrópicas estão vinculadas a quatro ministérios: (i) da Educação, (ii) da Previdência Social, (iii) da Fazenda e (iv) do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Ele destacou que cada Ministério procura defender as suas receitas e que o Ministério da Previdência Social teria feito um esforço no sentido de cancelar a filantropia das 350 maiores instituições filantrópicas do país para que estas voltassem a pagar a cota patronal da Previdência. Entre as IES que perderam a filantropia, estava a IES aqui pesquisada que, a título de informação, foi uma das que conseguiu reaver a condição de filantropia. Estas foram as palavras do entrevistado:

Não aderimos, em 2004, porque tínhamos dúvidas quanto à constitucionalidade da Medida Provisória. Aderimos em 2005 porque entendemos que seria mais coerente sermos considerados unidade filantrópica. Isso por conta de uma incerteza política, porque a nossa

²² A Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que congrega as fundações educacionais criadas no Estado de Santa Catarina por lei dos poderes públicos estadual e municipais.

fundação nasceu por lei municipal e, por lei, ela é considerada unidade filantrópica.

A entrevista evidencia que a IES aqui pesquisada aderiu ao PROUNI, em 2005, porque entendeu que a opção oferecida pelo governo federal – no sentido de que, dos 20% da receita a serem investidos na filantropia, 10% seriam destinados às bolsas PROUNI – era a condição mais adequada para que a IES pudesse manter sua condição de unidade filantrópica.

Portanto, o que levou o Sistema ACAFE e, por decorrência, a IES pesquisada, a reverem o posicionamento concernente à adesão ao PROUNI foram as ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação ao longo de 2005. Segundo o entrevistado, o MEC procurou “auxiliar as IES”, uma vez que abriu, através do PROUNI, uma nova chance para que as IES não perdessem ou, no caso da IES pesquisada, recuperassem a condição de entidade filantrópica. Esse mesmo professor, em sua tese de doutorado afirma:

[...] sobressaiu o esforço do MEC que foi trabalhando com as instituições de educação, para demonstrar que o novo marco na área da assistência social estaria parametrizado na legislação originária daquele PL, convertida em MP e ratificada pela Lei (SANTOS, 2009, p. 181).

Ao final de 2005, após uma série de debates e diálogos, entre a IES pesquisada e o governo, ficou acordado que, dos 20% da receita que, por lei, devem ser investidos em atividades filantrópicas, 10% seriam utilizados para esta finalidade, e os outros 10% seriam oferecidos como bolsas de estudo. A partir da implantação do PROUNI, do total de vagas oferecidas a cada novo processo seletivo, 10% seriam destinadas ao Programa por meio de bolsa integral²³.

Quando questionado sobre os desafios da IES nos primeiros momentos da implantação do PROUNI, o entrevistado relatou a dificuldade encontrada pelos alunos que vinham de outras cidades, sem conhecer a região, sem condições mínimas de manter seus gastos com moradia e com alimentação. Foram relatados casos de alunos bolsistas que chegaram à IES, vindos de outros Estados, somente com o dinheiro para custear a passagem e a alimentação durante a viagem.

[...] nós temos alunos que chegaram aqui, no início do ano, com uma mochila nas costas [...] Aventura total. Onde é que vai morar? Onde é que vai viver? [...] Quer dizer, sem a menor estrutura. Jogando essa responsabilização para a universidade, para a comunidade, para os docentes.

²³ A IES aqui pesquisada oferece apenas bolsa integral.

Outra entrevista²⁴ relevante para a pesquisa foi realizada com a coordenadora geral do PROUNI na referida IES. Em sua fala, a entrevistada revelou informações e dados que ratificam as informações socializadas pelo professor representante da IES no processo de adesão ao PROUNI. A exemplo, a questão da chegada dos primeiros alunos PROUNI na IES. Tanto as entrevistas quanto os dados pesquisados junto ao Setor de Bolsas da IES revelam que a primeira turma de alunos bolsistas PROUNI era formada, em grande parte, por alunos oriundos de Estados como Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo e das regiões Norte e Nordeste do país (Figuras 7 e 8).

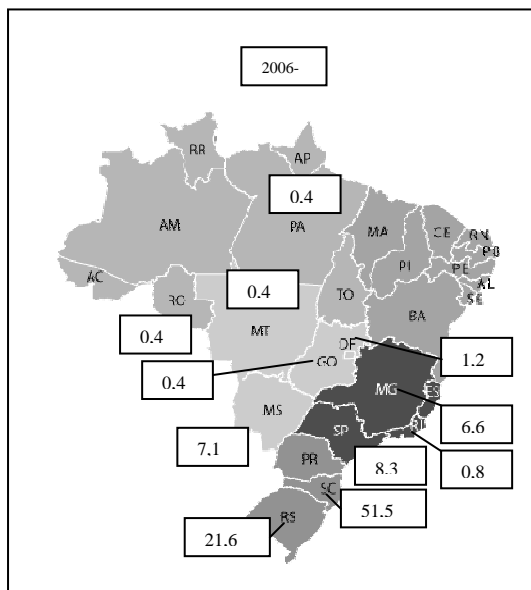


Figura 7 – Perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada, na característica “procedência”, no semestre 2006/1
Fonte: Universidade do Vale do Itajaí (2008).

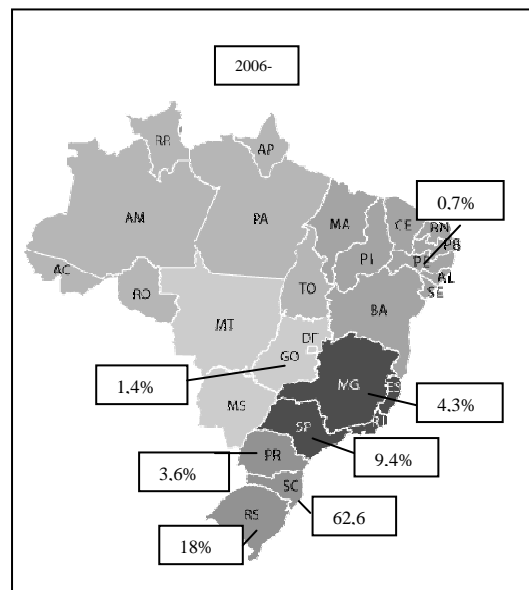


Figura 8 – Perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada, na característica “procedência”, no semestre 2006/2
Fonte: Universidade do Vale do Itajaí (2008).

Conforme já relatado, a IES pesquisada aderiu ao Programa apenas no final de dezembro de 2005, o que impossibilitou a divulgação dessa adesão em nível local/regional. Os alunos de outros Estados e localidades, que vinham acompanhando, via *on-line*, o processo de implantação do PROUNI nas IES brasileiras, obtiveram a informação sobre a adesão antes dos alunos do Estado de Santa Catarina, que a princípio receberam a informação de que a IES não iria aderir ao Programa. Assim, somente a partir do segundo semestre de implantação começou a mudar esse perfil do aluno ingressante, e a IES passou a receber um número maior de alunos vindos do próprio Estado de Santa Catarina (Figuras 9 e 10). Contudo, continuou expressiva a porcentagem de candidatos vindos de outros Estados e regiões.

²⁴ Entrevista realizada no final de 2009, gravada em áudio e posteriormente transcrita.

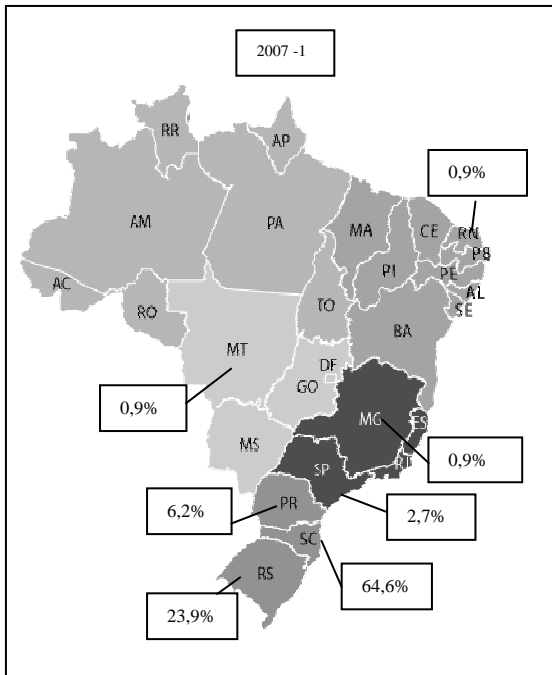


Figura 9 – Perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada, na característica “procedência”, no semestre 2007/1
Fonte: Universidade do Vale do Itajaí (2008).

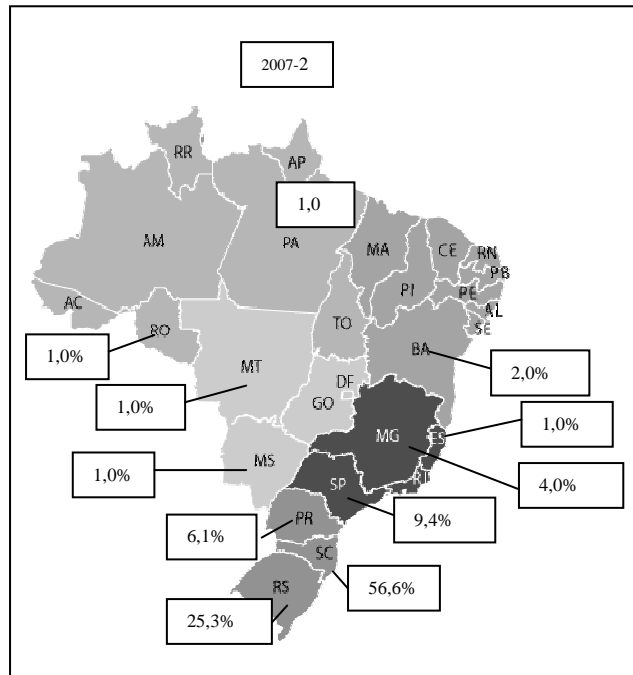


Figura 10 – Perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada, na característica “procedência”, no semestre 2007/2
Fonte: Universidade do Vale do Itajaí (2008).

A coordenadora geral do PROUNI na IES afirmou, em sua entrevista:

A esperança depositada na oportunidade de cursar o ensino superior, gratuitamente, numa IES do Sul do país foi tamanha que alguns alunos simplesmente vieram, sem conhecer ninguém, sem saber onde morar, como se alimentar, como se manter na instituição. A IES, por sua vez, não havia tido tempo para se preparar para essa chegada.

Ao se deparar com o quadro de alunos oriundos de outros Estados, nas condições aqui relatadas, tanto a coordenadora do PROUNI quanto o professor representante da IES no processo de adesão ao PROUNI destacaram uma ação empreendida pela instituição, em parceria com a Prefeitura Municipal e a Casa do Peregrino. Segundo a entrevistada, foi uma medida “imediate e emergencial”, que impediu que alunos ficassem desabrigados. O professor entrevistado declarou:

Nós conseguimos uma casa [...] fizemos um convênio através da secretaria de assistência social do município. Então, a Casa do Peregrino se tornou a casa para os nossos estudantes bolsistas do PROUNI. Mas isso é incipiente diante do número de bolsistas que nós temos, mas é uma iniciativa. Conseguimos uma casa decente, de alvenaria, bem dividida, com móveis novos. Dormitórios independentes, roupas de cama, cozinha, café da manhã, almoço e jantar.

A Casa do Peregrino, a qual se referem os entrevistados, foi fundada em 1983 como obra de uma Associação Cultural, formada por irmãs religiosas. Inicialmente foi criada para auxiliar famílias desabrigadas pelas enchentes e, posteriormente, passou a abrigar andarilhos, pessoas que passavam alguns dias na cidade em busca de emprego, de tratamento médico, sem condições de custear despesas de hospedagem e alimentação. Em 2006, após uma reforma estrutural, passou a ser utilizada prioritariamente como residência dos alunos PROUNI, que podem residir na Casa, sem custos, pelo período máximo de um ano, até que consigam se estruturar e buscar formas de custear suas despesas através de emprego e/ou estágios. A casa, coordenada por religiosas, mantida por meio de um convênio assinado com a Prefeitura Municipal e a IES, conta também com o auxílio de doações feitas pela comunidade.

Para ilustrar a complexidade inerente ao processo de adaptação dos estudantes PROUNI ao novo contexto social, cultural e geográfico, o professor representante da IES no processo de adesão ao PROUNI relatou que no primeiro semestre de 2006, embora houvesse vagas na Casa do Peregrino para aproximadamente 20 alunos, apenas 11 vagas mantiveram-se efetivamente ocupadas até o final do semestre letivo. As dificuldades de adaptação para alguns alunos foi intransponível, provocando o abandono da bolsa e o retorno para suas cidades de origem. Por outro lado, muitos alunos, uma vez integrados ao universo do ensino superior, estabeleceram vínculos que propiciaram a conquista de emprego, estágio e/ou novas possibilidades de residir junto com outros acadêmicos em pensões ou repúblicas de estudantes. Nesse sentido, a casa cumpriu o objetivo previsto que é oferecer suporte inicial até que o aluno consiga se estabelecer e prover sua moradia e alimentação.

Essa dificuldade de adaptação ao novo ocorreu tanto por parte dos alunos quanto por parte da coordenação da casa. As modificações para receber os alunos bolsistas não se limitaram à reforma física, estrutural, mas toda uma outra lógica comportamental teve de ser incorporada. O professor entrevistado relatou também:

[...] as Religiosas estavam acostumadas com outro público, e o tratamento que elas têm que ter com os estudantes é bem diferenciado. No começo elas quase desistiram. Tivemos reuniões com os alunos para esclarecer que eles tinham que pensar não somente neles, porque eles estavam abrindo um caminho para tantos outros que viriam depois.

Houve um importante empenho por parte da Pró-Reitoria de Ensino e da Reitoria, no sentido de apoiar, acompanhar e orientar os alunos PROUNI e a coordenação da Casa do Peregrino para minimizar ao máximo a evasão.

Na entrevista concedida pela religiosa que coordena a Casa do Peregrino, foi possível identificar algumas dificuldades inicialmente encontradas. Eis o seu relato:

No começo a gente estranhou porque os peregrinos ficavam pouco tempo. Tudo era muito diferente. A comida era diferente. Os hábitos, os horários. Com a vinda dos alunos, tivemos que nos adaptar porque eles moram aqui durante todo o ano letivo. Tivemos de pensar um cardápio diferente, um tratamento diferente. Não vou dizer que foi fácil, porque não foi.

Para além dos desafios e dificuldades das religiosas relativamente ao trabalho e ao acolhimento desse novo público, os alunos PROUNI, a entrevistada enfatizou as dificuldades econômicas e financeiras encontradas pelos alunos, razão pela qual foram selecionados e encaminhados, pela IES, à Casa do Peregrino.

Um dos meninos que recebemos aqui veio do Espírito Santo com R\$ 240 (duzentos reais) no bolso. Durante quase um mês ele dormiu na rua e pediu esmola para comer porque não conhecia ninguém. Foi mandado para cá e ficou aqui. No final do ano ele já tinha conseguido se arrumar. Conseguiu um estágio. Dá gosto de ver quando esse tempo aqui na Casa ajuda a estruturar a vida desses alunos.

Também foi possível identificar a expectativa que a religiosa deposita no trabalho realizado na Casa do Peregrino ao afirmar:

Embora a gente acredite na importância de acolher e trabalhar com os peregrinos, os mendigos, uma coisa não se pode negar: acolher os alunos é um trabalho mais frutuoso. Estamos investindo em gente que tem um futuro pela frente. Esses meninos, eles sonham com alguma coisa, eles querem alguma coisa e lutam por isso. É um trabalho que vale a pena ser feito porque daqui a alguns anos a sociedade vai ter quantos médicos, enfermeiros, professores, advogados a mais? Em vez de ser mais um jovem sem estudo superior, esses meninos voltarão para casa com um diploma que não é qualquer coisa. Eles sabem disso e por isso aguentam uma série de privações.

O fato de estar longe de suas famílias e local de origem configura uma valiosa oportunidade de imersão em novas culturas, mas, se estiver somado à falta de estrutura financeira, passa a ser, no entendimento do professor representante da IES no processo de adesão, um grave problema, portanto um dos pontos que poderiam ser revistos pelo PROUNI:

[...] o programa deveria estar voltado, especialmente, por regiões geográficas ou por Estados. Talvez tivesse menor índice de evasão.

A questão da regionalização do PROUNI vem sendo debatida em diferentes espaços acadêmicos por gestores preocupados com a evasão provocada pelas dificuldades encontradas pelo aluno de manter-se longe de sua família e cidade de origem. Sobre isso, um acadêmico do curso de Jornalismo, que estuda e reside no município onde se localiza a IES pesquisada, afirmou:

Poder estudar e morar na mesma cidade, ou perto dela, é muito bom. Isso dá o tempo necessário para você se concentrar nos estudos, manter um emprego. Ter a família em volta para ajudar, seja na mínima atitude necessária como, por exemplo, fazer o almoço para você ou lhe ajudar na limpeza da casa quando você precisa daquele tempo para estudar, faz toda a diferença. Eu vejo a dificuldade que meus colegas que vêm de fora passam.

Por outro lado, um bolsista que saiu do seu Estado de origem, localizado no Norte do Brasil, comentou:

Uma das melhores coisas do PROUNI é ter o direito de se inscrever em qualquer parte do Brasil. É muito difícil enfrentar tanta coisa longe de casa, mas eu aprendi coisas aqui que jamais imaginei que existissem. Coisas boas e não tão boas. O fato é que vou voltar para minha cidade com duas faculdades: uma estou fazendo aqui no curso de Turismo e Hotelaria. A outra é a que estou fazendo na vivência com essa cultura tão diferente e interessante.

Sobre a evasão, de fato os dados da IES demonstraram que o maior índice foi justamente nos dois primeiros semestres da implantação do Programa. Esses mesmos dados revelaram que, com o passar dos semestres, esse quadro foi se modificando, uma vez que vem ocorrendo o que a coordenadora do PROUNI na IES denominou como “regionalização do PROUNI”. Ou seja, um aumento no número de alunos bolsistas do próprio Estado. Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar esse fenômeno. Uma delas é o fato de que, a partir de 2006, muitas IES, em todo o Brasil, aderiram ao Programa e, justamente pelo aumento de oferta de vagas e pelas dificuldades financeiras, os bolsistas procuram instituições mais próximas as suas residências e núcleo familiar.

Segundo o relatório final da pesquisa “POLÍTICAS INCLUSIVAS NO ENSINO SUPERIOR: análise da qualidade de acesso, permanência e aprendizagem dos acadêmicos participantes do PROUNI no período 2006-2007”, realizada pelo Grupo de Pesquisa Políticas

Públicas de Currículo e Avaliação²⁵, em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino, a evasão dos alunos PROUNI foi assim avaliada:

- No que se refere à evasão dos alunos bolsistas do ProUni na universidade em estudo, no período 2006/1 a 2007/2, tem-se a considerar que dos 1.000 alunos que ingressaram na graduação via ProUni, 129 deles, ou seja, 12,9% abandonaram, desistiram ou cancelaram suas vagas e 46 (4,6%) obtiveram transferência externa.
- A evasão pode ter ocorrido por vários motivos²⁶: inadaptação ao novo ambiente, doença, problema da moradia e de subsistência, ou ainda, indecisão quanto à profissão escolhida. Independente das razões que levaram o aluno a essa decisão, observou-se que os índices de evasão foram decrescendo no decorrer do período, ou seja, dos 129 casos de evasão, 51,9% ocorreram em 2006/1, já em 2007/2 este percentual foi de 5,4% (FERRI *et al.*, 2008, p. 22).

Outro ponto comum abordado pelo professor representante da IES e pela coordenadora do PROUNI foi a questão da bolsa-permanência. Conforme já foi dito, essa bolsa (no valor de R\$ 300,00) é destinada a estudantes PROUNI matriculados em cursos com duração mínima de seis semestres letivos e carga horária igual ou superior a seis horas diárias²⁷. Sendo assim, a IES pesquisada se depara com a seguinte questão apontada pela coordenadora do PROUNI:

Somente o curso de Medicina é considerado, pelos critérios do PROUNI, como curso que pode pleitear a bolsa-permanência, tendo em vista que os demais cursos, a exemplo Odontologia, Fisioterapia, e outros, embora considerados integrais pela IES, não correspondem à carga horária de seis horas diárias na mesma lógica do PROUNI.

²⁵ Grupo de Pesquisa vinculado ao Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da IES pesquisada, com o apoio do Programa de Integração Graduação e Pós-Graduação (PIPG), financiado e mantido pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura (PROPPEC).

²⁶ Ressalta-se aqui que a pesquisa não investigou diretamente com os alunos as causas de evasão. Assim as motivações citadas são fruto de informações dos alunos registradas nas coordenações de cursos e nas secretarias acadêmicas no ato de desligamento da universidade.

²⁷ A referida carga horária média é calculada pelo quociente entre a carga horária mínima total do curso, em horas, e o produto obtido pela multiplicação do respectivo prazo mínimo em anos para integralização do curso e o número de dias do ano letivo, sendo este fixado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em 200 dias letivos. O cálculo da carga horária média é efetuado com base nos dados constantes no cadastro da instituição no MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).

Esse impedimento é compreendido, pela coordenadora do PROUNI, como uma questão lamentável tendo em vista que a carga horária desses cursos²⁸, ainda que não corresponda a seis horas diárias, conforme os cálculos do MEC, é bastante intensa e dificulta aos bolsistas a inserção em estágios ou trabalhos que complementem a renda. A necessidade da bolsa-permanência ser estendida a mais cursos foi recorrente no questionário e nas entrevistas com os alunos. Além disso, sobre a bolsa-permanência, algumas dificuldades burocráticas foram apontadas na fala do professor representante da IES no processo de adesão ao PROUNI que relatou o caso de um aluno bolsista que estudava no curso de Medicina:

[...] já estava terminando o semestre e ainda não havia sido disponibilizada, pelo MEC, a bolsa-permanência. O aluno acabou desistindo do curso.

Outro caso relatado pelo professor, também no curso de Medicina foi o seguinte:

[...] no primeiro acesso dos alunos PROUNI, o primeiro colocado do ENEM, em nível nacional, escolheu a nossa Instituição para fazer Medicina, mas não veio por falta de condições. O aluno poderia ser um grande candidato à Medicina, mas precisaria ter uma estrutura que, infelizmente, nós não temos como oferecer.

A coordenadora do PROUNI informou que, felizmente, as dificuldades com o recebimento da bolsa-permanência foram amenizadas no transcorrer dos quatro anos de implantação do Programa. A coordenadora atribui esse avanço à atualização e estruturação permanente do Programa, o que permite uma verificação, mais dinâmica e eficiente, dos dados. Ela relatou que embora o envio da bolsa esteja condicionado aos recursos disponíveis no MEC, estando os dados todos atualizados e devidamente cadastrados, a bolsa tem sido disponibilizada periodicamente.

Também ficou evidente, nas entrevistas e no questionário, a importância da atuação do Programa de Atenção aos Discentes, Egressos e Funcionários da IES (PADEF) na implantação do PROUNI. Entre outras atribuições, o PADEF mantém um banco de dados atualizado sobre imóveis para locação, presta informações que orientam o aluno a encontrar moradia e transporte. Em relação à questão da moradia, ele assume papel importante tendo em vista que busca articular, junto aos alunos, a possibilidade de formar grupos estudantis para residir coletivamente, o que minimiza os gastos. Além disso, presta apoio psicopedagógico ao aluno. O assistente administrativo responsável pela orientação em relação a moradia e

²⁸ A organização/distribuição da carga horária diária ultrapassa seis horas em alguns dias da semana e em outros dias fica abaixo de seis horas.

transportes no PADEF, que vem acompanhando o PROUNI desde sua implantação na IES, falou sobre o papel da IES:

[...] orienta e acolhe todos os acadêmicos em relação a moradia e transportes. Para os alunos do PROUNI, além de atendimento e orientação individualizados, buscando sempre as melhores acomodações com valores compatíveis e dentro das possibilidades dos alunos, temos o convênio com a Casa do Peregrino. Faz-se uma triagem (entrevistas) para que sejam atendidos os que mais necessitarem. O PADEF também oferece os serviços de apoio psicológico a todos os alunos, incluindo os acadêmicos do PROUNI.

A entrevista com o assistente administrativo do PADEF revelou comprometimento e entusiasmo diante da história do PROUNI na IES pesquisada. Ao se referir aos alunos, o entrevistado o faz reconhecendo-os pelos nomes, apelidos, cursos e estágios nos quais estão inseridos. Conhece detalhes sobre as histórias de vida da maioria dos alunos que procuram auxílio no PADEF.

É esse acolhimento ao aluno que permite que questões cotidianas – as quais poderiam passar à margem do domínio de qualquer política pública de inclusão – sejam tratadas como de fundamental importância para que o aluno não abandone a bolsa e os estudos. Por exemplo, casos de alunos que necessitaram de tratamento médico e acompanhamento psicológico em razão da dependência do álcool. Nas palavras do entrevistado:

Sabemos que todos os alunos precisam e merecem atenção, mas o aluno PROUNI, muitas vezes longe da família, sem condições econômicas, sem um círculo de amizades, esse precisa muito mais. Por isso encaminhamos esses alunos para estágios remunerados, procuramos encontrar um bom lugar para ele morar, orientamos no que for preciso e possível. Sempre digo aos alunos que esse período, e as dificuldades encontradas, tudo isso é passageiro. O importante é que ele está construindo um futuro aqui dentro da universidade. Precisa sempre olhar para frente.

O comprometimento e o entusiasmo em relação aos alunos bolsistas ficam evidentes no tom da fala, na singularidade das histórias relatadas, na forma como se refere a cada aluno, no pesar por aqueles que desistem do Programa, o que sinaliza o compromisso social efetivamente incorporado pela IES.

A coordenadora do PROUNI na IES destacou um ponto que, segundo ela, mereceria ser reavaliado pelo Programa: a questão da confirmação de bens no ingresso. Ela informou que o processo de inscrição do aluno PROUNI se dá nas seguintes etapas: (i) o aluno faz sua inscrição para o ENEM nos períodos estipulados pelo MEC; (ii) realiza a prova do ENEM;

(iii) uma vez que tenha atingido no mínimo 400 pontos na média²⁹ faz sua inscrição (*on-line*) preenchendo dados relativos ao interesse/vaga/perfil socioeconômico.

Especificamente sobre o perfil socioeconômico, a coordenadora aponta que não há solicitação de comprovação de bens na inscrição. Assim sendo, uma vez comprovada a renda familiar máxima de até três salários mínimos por pessoa, este aluno está apto a concorrer à vaga PROUNI (No caso da IES pesquisada, um salário mínimo e meio, tendo em vista que a bolsa é integral). O MEC envia à IES escolhida pelo aluno a lista com nomes dos candidatos. O número de candidatos é sempre igual ao número de vagas, cabendo à IES efetivar a comprovação dos dados referentes ao perfil socioeconômico. Caso o candidato não consiga comprovar as informações, ele não recebe a bolsa e uma nova chamada para candidatos é realizada. Se esta nova chamada igualmente não conseguir preencher a vaga, ela fica disponível para que a IES selecione alunos já matriculados, e que correspondam aos mesmos critérios do perfil socioeconômico estabelecidos no PROUNI, ainda que não tenham feito o ENEM.

Essa questão apontada pela coordenadora faz pensar sobre a importância e a necessidade ética das IES que aderem ao PROUNI, seguirem rigorosamente os critérios estabelecidos pelo MEC e construir mecanismos efetivos de averiguação de dados. Do contrário, o Programa pode ser comprometido com fraudes de diversas naturezas³⁰. Vale mencionar que em maio de 2009 os Ministérios da Educação e da Fazenda estabeleceram um acordo de cooperação objetivando aperfeiçoar mecanismos de supervisão do PROUNI. A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Secretaria de Educação Superior (SESU) do Ministério da Educação passaram a cruzar informações que possibilitam detectar possíveis irregularidades tanto por parte dos alunos bolsistas quanto das IES.

Foi possível perceber que a preocupação da coordenadora, em relação à não-ocupação de vagas por falta de comprovação do perfil socioeconômico está no fato de que todo esse processo é demorado, podendo ocorrer que o semestre letivo já esteja em andamento quando, finalmente, o aluno venha a conseguir a vaga. Pensar mecanismos de comprovação de renda

²⁹ A nota é calculada somando-se e dividindo por cinco as notas das provas de Redação, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

³⁰ O processo de supervisão do PROUNI encerrou 1.766 bolsas de estudos e desvinculou 15 instituições de ensino, em decorrência de irregularidades verificadas pela Secretaria de Educação Superior (SESU). O encerramento das bolsas ocorreu após o cruzamento de informações do cadastro de bolsistas com outros bancos de dados, como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), a Plataforma Integrada para Gestão das Universidades Federais (PINGIFES) e bases de dados de universidades estaduais. No caso das instituições, a supervisão monitorou a regularidade da oferta e ocupação das bolsas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010a).

mais efetivos, já na inscrição, ou possibilitar à IES entrevistar um número maior de candidatos de uma só vez a fim de agilizar o processo das vagas não preenchidas são alternativas sugeridas pela coordenadora.

A entrevista com os dois gestores, coordenadores dos cursos com maior índice de alunos PROUNI na IES pesquisada (aqui identificados como coordenador do curso A e do curso B), revelou que o rendimento acadêmico do aluno bolsista PROUNI, “de maneira geral é ótimo, por vezes superando os demais porque são bastante interessados, estudam e aproveitam a oportunidade que tem” (coordenador do Curso A). O coordenador disse, ainda, que “os alunos chegam muito bem instruídos, orientados quanto à importância, o valor da bolsa e a chance que estão tendo”. Para o coordenador, essa orientação é uma das causas do bom empenho e rendimento dos bolsistas. Quando questionado sobre quem seria responsável por fornecer essa “instrução”, o coordenador disse acreditar que viria do setor de bolsas ou da parte de quem inicialmente recebia o aluno na IES para então encaminhá-lo ao curso. Essa fala remete a outra proveniente da aluna bolsista que afirmou:

Na entrevista que fiz para conferir meus dados e minha situação financeira, me explicaram como iria funcionar minha bolsa e eu senti que tinha os mesmos direitos dos outros alunos apesar de ter bolsa de estudos (Acadêmica do curso de Letras).

Sobre o compromisso social da IES com o aluno PROUNI, o coordenador do curso A respondeu:

O compromisso da universidade tem sido acolher esses alunos e oferecer um ensino de qualidade. A universidade investe no ‘ser’ e não fica esperando pelo ‘dever ser’. O acesso à universidade pode transformar um aluno num elemento integrador da sociedade [...].

Nesse mesmo sentido, o coordenador do curso B defende que o compromisso da IES, por intermédio do curso por ele coordenado é

Dar condições para que o aluno tenha acesso aos estágios remunerados, ao material didático, às palestras e eventos. No curso ele tem mais acesso, tem informações, tem conhecimento sobre o mercado. O curso cria expectativas positivas no aluno, ensina-o a ser um empreendedor. Prepara esse aluno para atuar no mercado.

Em relação às expectativas e compromissos da IES decorrentes da implantação do PROUNI, o coordenador do curso A afirmou:

Os alunos PROUNI darão uma resposta espetacular para a sociedade porque eles são responsáveis, têm garra para atingir seus objetivos. Vão chegar lá. Há casos de alunos que chegam a ser quase obcecados pelo estudo. Não faltam nas aulas e, se faltam, justificam e correm atrás do conteúdo e da aula. Esses alunos não vão se limitar à graduação, eles vão mais além.

A fala do coordenador de curso vem ao encontro do que pode ser constatado nas respostas dos bolsistas PROUNI à pergunta do questionário, aplicado via *on-line*, sobre quais seriam seus sonhos e projetos após a conclusão da graduação. A grande maioria dos alunos respondeu que pretende continuar os estudos.

Outra questão abordada na entrevista se refere à percepção do gestor quanto ao aluno PROUNI sentir-se ou não incluído no ensino superior. O coordenador do curso A disse que, em sua percepção, o bolsista se sente bem incluído. Afirmou que ele quer sempre mais, quer participar daquilo que acontece na universidade e daquilo que a universidade oferece. Na continuidade a essa pergunta, o coordenador complementou apontando:

[...] o perfil do aluno PROUNI do início da implantação do Programa e de hoje está um pouco diferente. Antes eles não reivindicavam quase nada; agora eles nos procuram para fazer várias solicitações, como a isenção das taxas dos processos e requerimentos internos, questionam a falta de auxílio do governo em relação ao transporte.

Ambos os coordenadores disseram que ao se referir ao aluno PROUNI o faziam de maneira geral, sem a pretensão de dizer que todos os alunos apresentam exatamente o mesmo rendimento ou que tenham as mesmas reações e comportamentos. Contudo, reconhecem que as características mais marcantes do aluno PROUNI seriam as de um aluno: comprometido e envolvido com a vida acadêmica; que valoriza a oportunidade de estudar no ensino superior e, por decorrência, apresenta um bom desempenho nos resultados da avaliação, sendo que por vezes esses resultados superam a média dos demais alunos não bolsistas PROUNI.

Mediante análise sistemática das entrevistas realizadas com o professor representante da IES no processo de adesão ao PROUNI; com a coordenadora geral do PROUNI na IES; com o assistente administrativo do PADEF e com os gestores coordenadores dos cursos com maior número de alunos PROUNI, na IES pesquisada, é possível afirmar que existem expectativas otimistas e afirmação de comprometimento diante da inclusão social e da permanência do aluno PROUNI no ensino superior. Conforme afirmou o professor representante da IES no processo de adesão ao PROUNI:

Eu vejo o PROUNI como uma oportunidade. O fato é que nós temos que fazer com que o jovem perceba as oportunidades. Acho que esse é o grande trabalho nosso, fazer com que eles tenham essa percepção, para valorizar. Quando eu tenho a informação que o desempenho deles é ótimo [...] eu fico muito feliz. Eu vejo que é uma parcela da população que está aproveitando a oportunidade que às vezes é tão difícil, tão rara.

Por mais abrangentes e eficazes que possam ser as legislações e as políticas de inclusão, elas acabam se mostrando insuficientes se em nível local, no concreto habitado, não houver mobilizações capazes de elaborar e executar medidas diferenciais que concretizem o que a lei assegura. Entre as ações empreendidas pela IES pesquisada, no sentido de favorecer a inclusão e a permanência do aluno PROUNI no ensino superior, destaco:

- A parceira com a prefeitura municipal mantendo a Casa do Peregrino.
- O projeto Adote um Aluno PROUNI, que incentiva funcionários da própria IES a acolher, como pensionistas, os alunos PROUNI.
- A ação do PADEF de apoio psicológico, de moradia e de orientação profissional.
- O acolhimento do setor de bolsas que, via palestras e diálogos, busca explicitar direitos e deveres dos bolsistas e evidenciar que para a IES é um privilégio ter sido escolhida pelo bolsista como opção de formação superior.

Assim, apesar das críticas, ou a partir delas, não se pode negar que o Programa represente, para milhares de estudantes, uma possibilidade única de acesso ao ensino superior. Daí a sua aceitação por parte de muitos segmentos da sociedade, que consideram positiva (ainda que insuficiente) essa ação afirmativa do governo atual.

Da mesma forma, não se pode deixar de explicitar que, se a subvenção concedida às instituições privadas, em forma de isenções fiscal e tributária, fosse bem investida nas instituições públicas, o Estado estaria viabilizando meios para o processo de inclusão e justiça social fazendo cumprir a Constituição Federal de 1988, art. 213, ao determinar que “os recursos públicos sejam destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei”.

Realizar uma análise crítica sobre a implantação do PROUNI, numa IES de Santa Catarina, nos remete à reflexão sobre a efetividade social do Programa nesta instituição e a busca pela compreensão das razões sociais e políticas que fundamentam as formas, e os meios de organização e expansão da educação superior e suas implicações à formação acadêmica.

Que o modelo neoliberal implementado no Brasil estabeleceu algumas mudanças e, entre essas, a privatização de órgãos públicos, a desvalorização da moeda (o real), o aumento da dívida interna e externa, o aumento do número de desemprego, a redução dos gastos sociais e a ampliação da concentração de renda é fato. Que a educação superior, enquanto instrumento de desenvolvimento econômico do país, atende cada vez mais às exigências do mercado de trabalho, transformando a aquisição do saber em um bem privado, especialmente da classe dominante, é indiscutível.

Contudo, nesse contexto, não se pode, igualmente, deixar de apontar outra realidade: é fato, também, que, com a intenção de favorecer alunos oriundos de classes economicamente menos favorecidas, têm sido elaboradas políticas públicas que buscam atender esta demanda. O PROUNI é um Programa que veio nesta direção – conceder bolsas (integrais e parciais) nos cursos de graduação e sequenciais de formação específica, das instituições privadas de educação superior, para os estudantes de baixa renda, oriundos da rede pública de ensino, e que tenham prestado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). E, como toda política compensatória, sofre críticas e precisa avançar.

Existem os opositores ao Programa, alegando que as recentes medidas legais afetam a educação superior apontando o sucateamento das universidades públicas, a intensificação do processo de privatização, a transferência de recursos públicos para interesses privados e a deterioração da qualidade do ensino. No entanto, nessa pesquisa, o olhar investigativo é dirigido a uma IES de Santa Catarina que não apenas aderiu ao PROUNI, mas que acolheu o aluno bolsista, e, por isso, a análise crítica não se estende ao cenário nacional ou ao contexto geral de uma política pública neoliberal. O foco é a implantação do Programa numa IES de Santa Catarina, e é a partir do discurso dos atores deste processo – os alunos bolsistas do PROUNI desta instituição – e da voz dos gestores que apresentam e discutem os caminhos institucionais para a implantação do Programa, que realizo a análise crítica de uma política pública que se concretiza quando esta IES assume a responsabilidade social de criar mecanismos diferenciados que garantam a permanência deste aluno no contexto universitário.

Justamente porque a crítica consistente e coerente é elemento gerador de mudança e de avanço, é preciso ir além dela e nesse sentido, é imprescindível conhecer a fala daqueles que são os atores principais neste Programa por serem os usuários da bolsa PROUNI, os acadêmicos bolsistas da IES pesquisada.

5 A IMPLANTAÇÃO DO PROUNI E AS EXPECTATIVAS DO ALUNO BOLSITA: A VOZ DOS ACADÊMICOS

*A maior riqueza do homem é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como sou – eu não aceito.
Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas,
que puxa válvulas, que olha o relógio,
que compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora,
que aponta lápis, que vê a uva, etc., etc.
Perdoai. Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem usando borboletas...*
(Manoel de Barros. Biografia do Orvalho)

O presente capítulo faz referência aos dados provenientes de duas pesquisas realizadas pela IES pesquisada; analisa o conteúdo das respostas ao questionário, aplicado via *on-line*, e as entrevistas realizadas na Casa do Peregrino, a fim de aprofundar o foco da pesquisa que é a **implantação do PROUNI numa IES de Santa Catarina e as repercussões dessa implantação.**

A leitura e a interpretação sistemática do conteúdo proveniente dos questionários e entrevistas e o cruzamento de dados com as duas pesquisas institucionais permitiu focalizar o **perfil do aluno PROUNI**, as **expectativas** desse **aluno** e a **percepção** que ele apresenta **quanto ao acesso e à inclusão no ensino superior**. Nesse sentido, as categorias de análise: **(i) conhecimento sobre o PROUNI e acesso ao ensino superior; (ii) percepções sobre a vida na universidade; (iii) aproveitamento acadêmico e as perspectivas futuras**, foram retomadas.

Conforme já foi mencionado, a IES pesquisada é reconhecida nacionalmente por sua cultura e tradição no processo de avaliação institucional. Especificamente sobre o PROUNI, a IES mantém um importante banco de dados permanentemente atualizado e conta com várias pesquisas realizadas desde a implantação do Programa. Duas dessas pesquisas serão aqui mencionadas, por serem de relevância teórica e metodológica.

A primeira pesquisa, aqui referenciada, foi desenvolvida, conforme registrado no capítulo três, pelo Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas de Currículo e Avaliação³¹”, vinculado ao Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da IES pesquisada, em parceria

³¹ Grupo do qual faço parte como egressa do curso de Mestrado em Educação/Currículo da IES pesquisada.

com a Pró-Reitoria de Ensino. A pesquisa é intitulada “POLÍTICAS INCLUSIVAS NO ENSINO SUPERIOR: análise da qualidade de acesso, permanência e aprendizagem dos acadêmicos participantes do PROUNI no período 2006-2007” e retrata: (i) a trajetória legal do PROUNI e sua implantação na IES pesquisada; (ii) apresenta um delineamento do perfil socioeconômico e escolar dos estudantes beneficiados com o Programa; (iii) os índices de evasão e os índices de rendimento acadêmico dos alunos dos diversos cursos de graduação beneficiados com o Programa no período 2006-2007.

O objetivo principal da pesquisa foi (FERRI *et al.*, 2008, p. 8) “analisar os índices de acesso, as condições de permanência e as experiências de aprendizagem dos alunos do PROUNI nos cursos de graduação da IES pesquisada, no período 2006-2007”. A abordagem metodológica utilizada teve enfoque qualitativo com base na análise documental, análise de conteúdo e análises estatísticas. A análise documental e de conteúdo foram realizadas com base na análise de documentos oficiais e institucionais como leis, decretos e portarias acessadas nos documentos e relatórios fornecidos pelo MEC. Os dados tratados estatisticamente são oriundos do Sistema Acadêmico da IES pesquisada³².

Sobre o **perfil do aluno bolsista PROUNI**, o Relatório Final da Pesquisa (UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ, 2008, p. 16-21) explicita que:

- Os bolsistas são, em sua maioria, jovens com idade entre 18 e 25 anos (Anexo A).
- O número de mulheres é um pouco superior ao número de homens (Anexo B).
- O número de solteiros é significativamente superior aos demais estados civis (Anexo C).
- Em média, 74,5% dos estudantes são economicamente dependentes e 25,5% independentes (Anexo D).
- Sobre a ocupação profissional dos acadêmicos, em média, 62,7% não trabalham (Anexo E), apesar de que esse número diminuiu do ano de 2006 para o ano de 2007, havendo um número maior de estudantes com ocupação profissional em 2007.
- A renda familiar dos alunos bolsistas é de dois a cinco salários mínimos (Anexo F);
- Os alunos são procedentes, em sua maioria, da região Sul, e um pouco mais de 50% dos estudantes desta região são moradores do Estado de Santa Catarina.

³² Estes dados foram sumarizados no Editor de Planilhas Excel[®] para Windows 2007. Para algumas das análises estatísticas, utilizou-se o Programa Statistica versão 6.0.

- A grande maioria dos alunos, frequentaram o ensino médio em escola pública, nos turnos matutino e noturno, na modalidade Educação Geral e não frequentaram curso pré-vestibular (Anexo G).

Quanto ao **acesso** e à permanência, o relatório final reforça o que já foi dito nesta pesquisa: que o acesso ao ensino superior, por si só, não garante a **inclusão** uma vez que as condições de permanência são determinantes para o sucesso acadêmico do aluno bolsista. O relatório (UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ, 2008a, p. 25) aponta:

Houve um decréscimo no percentual de evasão de 2006/1 para 2007/2 e simultaneamente um decréscimo no acesso de alunos bolsistas (tabela 2), sendo que as áreas com maiores índices de ingresso apresentaram menor índice de evasão. Havendo também um decréscimo nas transferências externas de 2006/1 para 2007/2.

Sobre o **aproveitamento acadêmico do aluno bolsista**, o relatório enfatiza (UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ, 2008, p. 28-29):

Os estudantes contemplados com o PROUNI na IES pesquisada apresentaram um elevado índice de aprovação nas disciplinas examinadas (tabela 3). Ou seja, a maioria dos estudantes beneficiados com o Programa demonstra bom aproveitamento ao frequentar o ensino superior.

A segunda pesquisa, aqui referenciada, é identificada como “Pesquisa PROUNI na IES-2008: resultados gerais comparativos entre os centros” (UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ, 2008). Foi realizada pela Gerência de Ensino e Avaliação da Pró-Reitoria de Ensino em 2008, e teve por base uma amostra de quase 70% dos 1.115 bolsistas PROUNI matriculados na IES em 2008. Foram aplicadas dez questões, nove das quais utilizadas para compor a situação financeira do aluno e a décima questão para avaliar o nível de satisfação do aluno em relação à sua formação na IES. A pesquisa gerou um relatório detalhado sobre as **condições financeiras** dos bolsistas, o **perfil financeiro** e os resultados gerais de cada Centro e Curso. Este relatório apontou para as seguintes conclusões:

- 70% dos alunos bolsistas PROUNI têm um saldo mensal negativo, dos quais 20% recebem ajuda financeira externa. Os demais 50% não possuem fonte externa de auxílio.

- A situação financeira influencia na satisfação do aluno quanto à formação na IES. A maioria dos alunos não satisfeitos está na categoria de alunos com saldo negativo e sem ajuda externa.
- A maior parte dos alunos com a pior situação financeira estão matriculados em três centros: Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Centro de Ciências da Saúde (Anexo J).

Os dados levantados nas duas pesquisadas institucionais são complementares e foram condensados num terceiro documento denominado relatório sobre “ALUNOS BOLSISTAS PROUNI: análise da permanência, aprendizagem e situação financeira – 2008”, organizado pela Pró-Reitoria de Ensino da referida IES. No documento são reafirmadas as seguintes conclusões (UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ, 2008a, p. 3-4):

- Os bolsistas PROUNI da IES têm obtido **rendimento acadêmico** equivalente ou superior aos demais alunos na maior parte dos cursos analisados, e por isso contribuem para a melhoria do rendimento médio dos alunos nas disciplinas.
- Apesar do benefício da bolsa, a **evasão** observada entre os alunos é expressiva e equivalente à evasão total dos demais alunos não bolsistas.
- Os custos da **permanência**, seja com moradia e alimentação, seja com gastos devidos à natureza do curso, têm relação com a satisfação com o curso e, conseqüentemente, exercem influência na permanência do bolsista na instituição.
- É necessária e urgente a definição de políticas que apoiem a permanência do aluno no curso, a partir da possibilidade de aquisição de uma renda provinda de fonte externa.

As pesquisas aqui mencionadas tiveram especial importância porque oportunizaram abertura ao campo de pesquisa sobre o PROUNI na IES. A primeira delas foi enviada ao MEC no intuito de fornecer dados que contribuam no acompanhamento e na avaliação da implantação do Programa, em nível local e nacional. Além disso, ambas expressam informações que ficam à disposição para futuras pesquisas e auxílio para as políticas governamentais e instituições de ensino que pretendam aprimorar a proposta de uma educação superior inclusiva.

Se por um lado as pesquisas aqui mencionadas abriram espaço para um **acompanhamento** mais sistemático da implantação do PROUNI, os questionários e as entrevistas (apresentados a seguir) e o contato direto com os alunos bolsistas, na presente pesquisa, oportunizaram ouvir a voz dos alunos, flagrar as **perspectivas**, as impressões, os desafios, as dificuldades e os sonhos desses alunos. Os dados das pesquisas institucionais cruzados a voz dos alunos se complementam, apontam para informações convergentes que permitem inferências mais aprofundadas. O que busquei fazer, ao ouvir a voz do aluno, pode ser expresso na fala do acadêmico do curso de Oceanografia a seguir apresentada:

Eu já respondi questionários e preenchi vários cadastros pedindo informações. Sei que cada aluno PROUNI é um número. Quando temos a oportunidade de conversar com alguém da universidade que vem aqui, faz perguntas, anota tudo, escuta o que a gente diz, quer saber coisas da nossa vida, como estamos indo nos estudos, no trabalho, nas amizades... a gente sente que não é só um número não. Nós temos nome. Vocês sabem, o governo sabe que a gente existe, que estamos aqui, que temos voz. Isso é importante.

É precisamente essa voz que interessa ouvir a seguir.

5.1 PROUNI: acesso, permanência e perspectivas

Conforme especificado no capítulo metodológico, um questionário com 11 questões foi enviado, ao final de dezembro de 2009, para 1.578 *e-mails* de alunos PROUNI. Foi possível obter o retorno de alunos de 33 cursos³³, dos diferentes *campi* e centros da IES pesquisada.

³³ Ciência da Computação, Ciências Biológicas - Ênfase em Biotecnologia, Ciências Contábeis, **Psicologia**, Arquitetura e Urbanismo, Comunicação Social, Nutrição, Comércio Exterior, Design de Moda, Design Industrial, Turismo e Hotelaria, Direito, História, Odontologia, Letras, Oceanografia, Farmácia, Enfermagem, Administração, Logística, Jornalismo, Construção Naval, Gastronomia, Educação Física, Marketing, Tecnologia em Design de Interiores e Decoração, Medicina, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Tecnologia em Cosmetologia e Estética, Pedagogia e Gestão Portuária.

Foram efetivamente analisados 158 questionários respondidos e devolvidos até o final do mês de março, o que representa uma amostra aproximada de 10% do total de *e-mails* enviados³⁴ aos alunos PROUNI da IES pesquisada.

Tendo como referência os objetivos específicos elencados na pesquisa, o questionário enviado aos alunos PROUNI continha questões relacionadas: (i) à **identificação do curso** de graduação no qual o aluno estudava; (ii) ao **semestre letivo** no qual estava matriculado; (iii) à identificação do semestre letivo no qual o aluno foi **contemplado com a bolsa PROUNI**; (iv) ao significado, que o aluno atribuiu ao **acesso à universidade**; (v) aos possíveis **desafios ou dificuldades**, encontrados pelo aluno, para permanecer na universidade; (vi) à forma de **acesso às informações sobre o PROUNI**; (vii) à **possibilidade** de estar ou não cursando o ensino superior caso não dispusessem da bolsa PROUNI; (viii) à **avaliação** que o aluno bolsista faz sobre o **PROUNI** e às possíveis falhas do Programa; (ix) aos **sonhos, projetos e desejos** que o aluno bolsista acredita ser possível realizar após concluir a graduação.

Quanto (i) à **identificação do curso de graduação no qual o aluno estudava**; (ii) ao **semestre letivo no qual estava matriculado** e (iii) à **identificação do semestre letivo no qual o aluno foi contemplado com a bolsa PROUNI**, a análise do conteúdo das respostas ao questionário apontou que alunos de 33 cursos responderam o questionário, contemplando cursos das mais diversas áreas, sendo que estes alunos estavam matriculados em diferentes semestres letivos (do primeiro até o último semestre), e sete alunos eram concluintes no mês em que o questionário estava sendo aplicado (dezembro). Um total de 86 alunos, o equivalente a 54%, sinalizou que o recebimento da bolsa de estudos aconteceu desde o primeiro semestre letivo, e 72 alunos, o equivalente a 46%, recebeu a bolsa no decorrer do curso³⁵ (conforme Figura 11). Assim, foi possível flagrar as impressões de alunos

³⁴ Após a tabulação inicial dos dados, os questionários continuaram a chegar. No entanto, foram analisados, nessa pesquisa, somente os 158 questionários devolvidos até o final do mês de março. Ao questionar o porquê dos demais bolsistas não responderem o questionário, ou não fazê-lo até o mês de março, é importante considerar que embora os alunos tenham seus *e-mails* cadastrados na IES, não há garantias sobre o uso daquele *e-mail* ou a frequência com que os bolsistas usam o computador e a internet. Há que se considerar ainda que o período de envio coincidiu com o término do ano letivo e início das férias acadêmicas, momento em que os alunos que residem fora do município retornam às suas cidades de origem, enquanto outros iniciam trabalhos temporários de férias, uma vez que a região é um polo turístico de verão. Outra evidência encontrada é que muitos alunos bolsistas não possuem computador e, por fim, devemos considerar que o perfil das questões exige elaboração de respostas, o que, somado ao número de questões (11), pode ter inibido ou desestimulado o aluno. Se as hipóteses aqui apresentadas estiverem corretas, podem ter influenciado no número final de questionários respondidos e devolvidos.

³⁵ O aluno tanto pode ingressar na IES já com a bolsa PROUNI quanto realizar o ENEM e pleitear a bolsa no decorrer do curso. Há, ainda, a possibilidade de o aluno ser contemplado com a bolsa PROUNI se houver bolsas remanescentes, distribuídas pela IES, seguindo os critérios do perfil socioeconômico estipulados pelas normas do PROUNI.

matriculados em diversos semestres letivos, em cursos e áreas de formação distintas e beneficiados com bolsa PROUNI em semestres letivos também distintos.

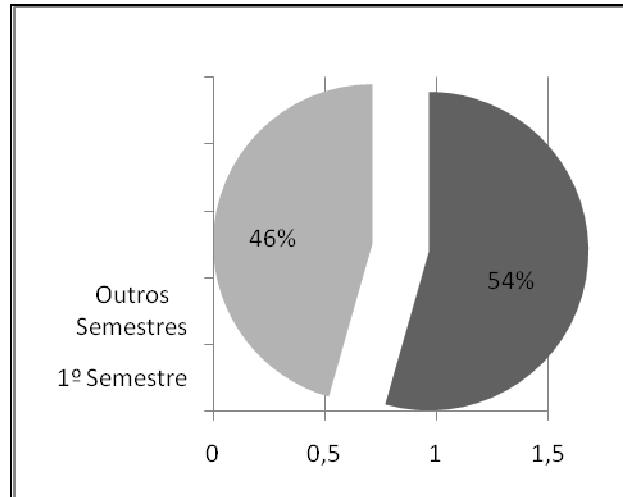


Figura 11 - Gráfico indicativo do semestre de recebimento da bolsa PROUNI

As respostas ao questionário demonstram que as bolsas, recebidas no início do curso, representaram uma grande oportunidade de acesso ao ensino superior. Na maioria dos casos a bolsa foi descrita como condição para o acesso. As bolsas conquistadas ao longo do curso, por sua vez, vieram atender a uma demanda de alunos que ingressaram e se mantinha na IES com grandes dificuldades. Alguns alunos relataram já ter passado pela experiência de ingresso e abandono do ensino superior (em outras IES) por impossibilidade financeira de arcar com os custos. Para muitos, a bolsa PROUNI teria chegado a tempo de evitar novamente o abandono do curso. Outros alunos relataram que utilizavam o FIES e a bolsa do artigo 170 (já especificado anteriormente), num esforço significativo para não ter de abandonar o curso. O temor da inadimplência foi mencionado diversas vezes nas respostas ao questionário. Para ilustrar essas situações, são representativas das demais, as seguintes respostas:

Eu só pude entrar no curso de Engenharia por causa da bolsa PROUNI que tive desde o início. O PROUNI foi minha porta de entrada, sem ele não tinha e nem tenho a menor chance financeira de permanecer nesse curso (Acadêmico do curso Engenharia Civil).

O PROUNI salvou a minha graduação, pois recebi esta bolsa no momento em que eu teria que largar os estudos, no terceiro semestre, por falta de condições financeiras. Ontem foi minha colação de grau e fui agraciada com o Mérito Estudantil, vindo a receber uma bolsa para a Especialização (Acadêmica do Curso de Direito).

Eu não tive bolsa do PROUNI no início da graduação. Quando eu consegui a bolsa eu já havia estudado três anos usando o FIES e as bolsas do art. 170 (Acadêmico do curso de Engenharia Ambiental).

Enfrentei muitos problemas financeiros para me manter até o terceiro semestre. Só não desisti porque consegui a bolsa do artigo 170, mas 50% de bolsa não resolvia meu problema porque meu salário é baixo e faltava para pagar a mensalidade e as despesas de casa. Foi quando resolvi fazer o Enem, em 2008, para tentar o PROUNI (Acadêmico do curso de Educação Física).

Como consegui a bolsa do PROUNI apenas no sexto período, eu sempre trabalhei no setor varejista, que me exige tempo (trabalho finais de semana, feriados), e saúde física, pois fico de pé durante sete horas diárias. Agora com o PROUNI, pretendo arranjar um trabalho menos cansativo para me dedicar mais aos estudos. Infelizmente, não posso contar com uma renda familiar que possa me dedicar totalmente aos estudos (Acadêmico de Psicologia).

Só consegui a bolsa do PROUNI no quarto semestre. Até lá foi uma luta. Todo final de mês aquele medo de não conseguir pagar a mensalidade porque as contas eram sempre muito maiores que o salário. Com a bolsa pude respirar um pouco mais tranquila sem aquele pavor de ficar devendo e não poder pagar (Acadêmica do curso Pedagogia).

Uma das questões relevantes para a pesquisa foi verificar **o que significa, para o aluno PROUNI, ter acesso à universidade**. As respostas dadas pelos alunos evidenciam que o acesso ao ensino superior está relacionado diretamente: (i) com as expectativas de um futuro melhor para si mesmo e para a família; (ii) a realização de um sonho pessoal e familiar; (iii) a certeza de mudança positiva; (iv) a perspectiva de igualdade; (v) a oportunidade classificada pelos alunos como única; (vi) a condição e a chance para a realização profissional e financeira e (vii) ao crescimento/desenvolvimento pessoal. Eis alguns relatos de alunos sobre o significado do acesso à universidade:

[...] é a oportunidade de mudar a minha realidade, de ter um futuro melhor, com menos preocupação e um bom emprego (Acadêmica do curso de Psicologia).

[...] é uma oportunidade de realização de sonhos e conquista de um futuro melhor na área em que desejo trabalhar (Acadêmico do curso de Enfermagem).

Mais que uma necessidade e motivação para o crescimento e desenvolvimento profissional e pessoal, sempre foi um sonho que agora estou realizando. Esse sonho não é só meu. É dos meus pais também (Acadêmica do curso de Jornalismo).

Significa ter a continuidade de acesso ao conhecimento e ao aperfeiçoamento profissional em alto nível, garantindo um bom emprego e

consequentemente uma qualidade de vida melhor (Acadêmico do curso Engenharia Civil).

[...] é ter a mesma oportunidade de quem tem condições financeiras para estudar, se especializar e ter uma profissão. Falando no âmbito pessoal, significa uma ótima oportunidade de começar a realizar meus sonhos que não se limitam somente a graduação, mas é uma chance de começar a trilhar um caminho onde o conhecimento é o melhor aliado [...] (Acadêmico do curso de Direito).

Significa uma vitória e um grande orgulho para meus pais que estudaram somente até a 4ª série primária (Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo).

[...] é um sonho a se realizar além da possibilidade de ter uma profissão. Esse é o terceiro curso que inicio desde 1999, todos os outros tive que abandonar por não conseguir pagar (Acadêmico do curso Turismo e Hotelaria).

[...] é a realização de um sonho que vem acompanhado de muitas expectativas: melhorar de vida; conseguir dar aos meus filhos uma educação mais consolidada; melhorar a qualidade de vida da minha família (Acadêmica do curso de Gastronomia).

[...] é a oportunidade de ser preparado para exercer a profissão que sempre quis. Me faz sentir que sou o condutor do meu destino, coisa que há muito não sentia. Tenho 51 anos de idade e, na minha adolescência/juventude, ‘escolhi’ a profissão de advogado para exercer e fazer uma brilhante carreira. Claro que era utopia, a vida escolheu-me a carreira de mecânico, por conta das **condições financeiras da família**. (grifo do aluno) (Acadêmico do curso de Direito).

[...] acessar um conhecimento que me diferenciara dos demais possibilitando melhorar a minha condição socioeconômica através de uma odontologia clínica, social e preventiva (Acadêmico de Odontologia).

Outra questão relevante para a pesquisa foi saber se **o aluno encontra algum desafio ou dificuldade para permanecer na universidade**. Do total de alunos que responderam ao questionário, 127, o equivalente a 80%, responderam que sim, que encontram dificuldades; 31 alunos, respectivamente 20% do total, responderam que não encontram dificuldades ou pelo menos que estas dificuldades não são significativas ao ponto de ameaçar a permanência no ensino superior (Figura 12).

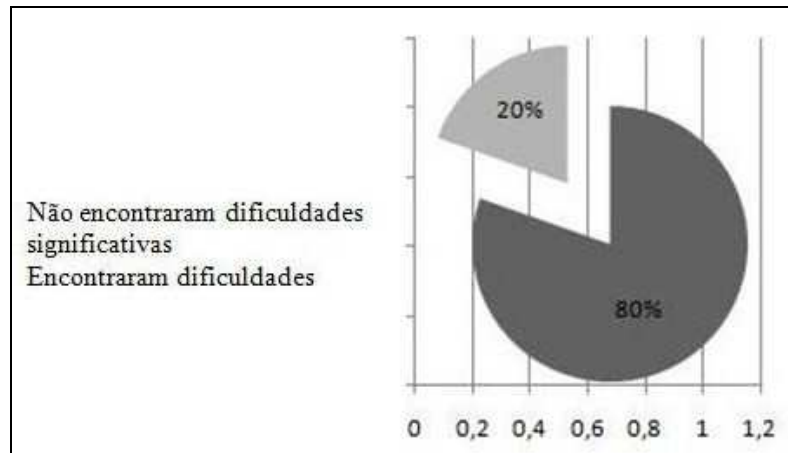


Figura 12 - Gráfico indicativo da dificuldade de permanência no ensino superior

As dificuldades mencionadas pelos bolsistas são relacionadas com (i) o cansaço físico e mental decorrentes da jornada de trabalho, de estudo e muitas vezes de estágio; (ii) as despesas com a manutenção do curso (livros, materiais, fotocópias); (iii) as despesas com a manutenção pessoal (moradia, alimentação, transporte); (iv) a impossibilidade de conciliação de trabalho e estudo em virtude de ampla carga horária do curso; (v) as dificuldades de adaptação longe de casa (a saudade da família); (vi) o temor de perder a bolsa caso a renda mensal do aluno se amplie; (vii) a falta de computador e acesso à internet.

Os alunos não mencionaram, como dificuldade, questões relacionadas à aprendizagem ou aos conteúdos. Suas respostas apontaram apenas situações pontualmente relacionadas às questões socioeconômicas, financeiras e afetivas. Evidentemente, isso não quer dizer que não existam problemas relacionados à aprendizagem; todavia tais questões não apareceram nas respostas. Sobre a dificuldade de acesso à internet, alguns alunos registraram, no corpo do *e-mail*, que a demora no retorno do questionário se devia ao fato de estarem fazendo uso do computador de outra pessoa e que, em virtude das férias acadêmicas, não tinham acesso aos laboratórios de informática da IES. Isso evidencia que um número significativo de alunos PROUNI depende dos laboratórios de informática da IES para acessar a internet. Esse dado é importante se levarmos em conta que a internet é um importante canal de informação, pesquisa, comunicação e conhecimento. Ter ou não acesso a este importante recurso faz a diferença num mundo em que as informações circulam em tempo real.

Sobre as dificuldades e os desafios da permanência na universidade, são sugestivas as seguintes respostas:

Eu enfrento a dificuldade da distância da família e dos amigos. Sou natural do Paraná, que fica a mais de 700 km, e devido ao preço do transporte, só

posso visitá-los duas vezes por ano, nas férias. Outro desafio é a pesada carga horária do meu curso, que me impede de trabalhar, fazendo com que minha mãe se prive de muitas coisas para poder me manter morando fora (Acadêmico do curso de Medicina).

Eu tenho que acordar muito cedo, pois estudo em uma cidade e moro na outra. Vou à aula, que alguns dias terminam por volta das 13 horas, volto correndo para minha cidade para trabalhar. Saio somente às 22 horas, já muito cansado, e vou para frente dos livros para então estudar (Acadêmica do curso de Oceanografia).

Encontro dificuldades estritamente financeiras, pois, especificamente, o curso de Odontologia exige a compra de diversos materiais nada baratos, e o PROUNI não banca essa parte. Soma-se ainda o fato do curso ser de período integral, o que cessa qualquer possibilidade de alguma atividade remunerada (Acadêmico do curso de Odontologia).

A maior dificuldade é em relação à renovação da bolsa, pois como eu não conto com os meus pais para me sustentar, e como necessito trabalhar, a minha dificuldade é conseguir me manter com um salário menor de R\$697,50, pois se ultrapassar este valor, tenho medo de perder a bolsa PROUNI, essa é a minha maior dificuldade, pois tenho muitas responsabilidades a cumprir (aluguel, comida, lazer, vestuário, saúde...) e com esse salário é impossível ter uma boa qualidade de vida, gera um stress constante, pois a preocupação com o dinheiro é permanente (Acadêmica do curso Ciência da Computação).

Sinto cansaço porque tenho que conciliar transporte e trabalho, cuidar da família: filhos, marido e estudar. Mas não posso desistir porque sei que outra chance como essa não vou ter nunca mais (Acadêmica do curso Administração e Marketing).

Eu trabalho de segunda a sexta e, em meu trabalho, caminho bastante e na maioria das vezes é necessário enfrentar o sol e o calor do dia, o que causa bastante cansaço físico e reduz o tempo disponível para estudar e fazer trabalhos (Acadêmico do curso Educação Física).

Como trabalho no horário noturno, conseguir conciliar isto com a faculdade se torna um pouco difícil. E como sou aluno do PROUNI, tenho que me esforçar mais do que alunos particulares, já que o sistema de bolsas exige um mínimo de 75% em notas, para que a bolsa se mantenha a cada semestre. Mas interpreto isto como um ponto positivo, pois desta forma supero os meus limites, e assim busco cada vez mais forças para ultrapassar obstáculos (Acadêmico do curso Construção Naval).

Sou natural do Mato-Grosso, resido só, sinto dificuldades de adaptação, condições financeiras, saudades da família e de apoio (Acadêmico do curso Designer de Moda).

A falta de um computador em casa é uma grande dificuldade. Necessito ir algumas horas antes ao campus para utilizar o laboratório de informática. Como trabalho, é difícil chegar antes da aula começar. Acabo matando aula ou usando o tempo de intervalo para usar o computador ou então fico tempo sem usar (Acadêmica do curso de Logística).

Felizmente as minhas grandes dificuldades em me manter na universidade estavam ligadas ao alto custo das mensalidades. Esse problema acabou quando consegui a bolsa do PROUNI (Acadêmica do curso Nutrição).

Quanto à **forma de acesso às informações sobre o PROUNI, as respostas indicaram**, em ordem de maior até menor evidência: (i) a televisão; (ii) a escola na qual o aluno estudou; (iii) os amigos e familiares; (iv) a internet; (v) o ENEM; (vi) a própria universidade e (vii) material impresso. Entre os conteúdos mais recorrentes nas respostas estão:

Nas propagandas da televisão, mas eu pensava que era ilusão, mentira, então minha sobrinha fez o ENEM, inscreveu-se no PROUNI e ganhou a bolsa para Relações Públicas, isso fez com que eu me entusiasmasse e tentasse. Deu certo! (Acadêmica do curso de História).

No colégio onde estudava, sempre houve incentivo, durante o 3º ano as aulas foram voltadas para as questões do ENEM, fomos bem preparados (Acadêmico do curso Gestão Portuária).

Um amigo me contou do PROUNI e eu fui pesquisar na internet (Acadêmica do curso Tecnologia em Design de Interiores e Decoração).

Foi pesquisando por acaso na internet (Acadêmico do curso Engenharia Civil).

Através do meu filho. Ele pediu-me para que eu fizesse a inscrição dele na agência do correio, então aproveitei e fiz a minha inscrição também, com o objetivo de testar meus conhecimentos simplesmente (Acadêmicos do curso Ciências Contábeis).

Um colega de faculdade me falou sobre o Programa e eu corri atrás (Acadêmico do curso de Psicologia).

Eu li uma notícia do PROUNI no jornal e busquei informações na internet (Acadêmica do curso de Turismo e Hotelaria).

Quando questionados **se estariam cursando o ensino superior caso não dispusessem da bolsa PROUNI**, a maioria dos alunos, o equivalente a 58%, respondeu que certamente não estaria cursando o ensino superior por falta de condições financeiras, como ilustra a fala do acadêmico do curso de Direito:

De jeito nenhum eu estaria cursando uma universidade se não fosse pelo PROUNI porque o salário que recebo mal paga a mensalidade. Eu ficaria sem recursos para minhas despesas pessoais, para o transporte, para aquisição de material didático e outros gastos. Por mais que me sacrificasse, meus recursos financeiros não dariam conta. Logo, em poucos meses estaria com muitas dívidas e teria que abandonar o curso, como aconteceu com muitos amigos meus, que têm situação econômica semelhante a minha.

Outros 8% enviaram respostas que não possibilitam fazer uma análise porque apresentam um teor dúbio e evasivo. Já os demais 34% de alunos responderam que sim, que estariam cursando o ensino superior, mas em condições bastante diversas das que encontram hoje com a bolsa (Figura 13). Esse dado é importante porque indica que a IES e o curso realizado por esses alunos, com a bolsa, têm grande valor para o aluno, dando a entender, ainda, ser esta a IES que ele de fato escolheu e o curso com o qual sonhou como a melhor alternativa de ensino superior. Ou seja, há de fato uma **correspondência entre a expectativa do candidato e o ingresso no curso desejado**.

Essa inferência pode ser estabelecida porque as respostas indicaram que os alunos que disseram sim, que estariam cursando o ensino superior sem a bolsa, o fariam desde que nas seguintes condições: (i) cursando outro curso “mais barato”, não o presente curso por ele escolhido; (ii) fazendo o mínimo de créditos permitido; (iii) cursando desde que tivesse outro tipo de bolsa e financiamento; (iv) cursando desde que aprovado numa IES pública; (v) cursando, mas sem tempo para dedicação integral aos estudos porque teria de trabalhar para pagar a mensalidade; (vi) cursando na modalidade Educação a Distância para baratear custos; (vii) cursando, mas não nessa IES.

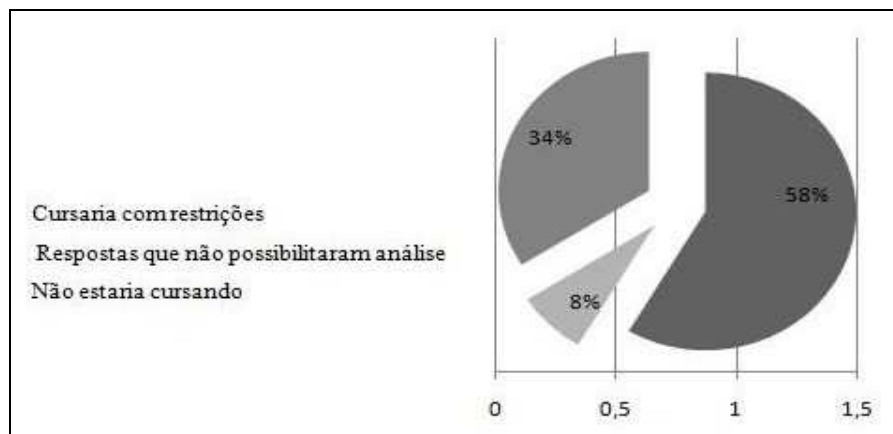


Figura 13 - Gráfico indicativo da possibilidade de cursar o ensino superior sem a bolsa PROUNI

Entre as respostas dadas pelos alunos, aquelas que mais se repetem são:

Sim, estaria, mas não Comércio Exterior e sim Matemática, que era o curso que eu fazia na minha cidade natal, no Rio Grande do Sul. O custo desse curso, Matemática, é bem menor (Acadêmico do curso Comércio Exterior).

Provavelmente sim, mas com muita dificuldade. Eu faria metade dos créditos e, conseqüentemente, não terminaria o curso no tempo previsto, além de ter que pedir ajuda aos parentes para poder pagar (Acadêmico do curso de Psicologia).

Estaria tentando prestar o vestibular para a universidade pública, porém em outro curso mais fácil de passar, porque são poucas as universidades que oferecem o curso de Turismo (Acadêmica do curso Turismo e Hotelaria).

Sim, mas não no curso que escolhi. Provavelmente estudaria à noite e trabalharia, pois não tenho condições de fazer um curso integral como o que faço (Acadêmica do curso de Odontologia).

Difícilmente. Acho que no máximo eu estaria fazendo um curso a distância em uma faculdade bem barata, jamais aqui (Acadêmico de História).

Se eu conseguisse outra bolsa, tipo a bolsa do artigo 170, e fizesse um financiamento, eu poderia cursar, mas teria que mudar para outro curso, não poderia ser Psicologia que é muito caro. Só de pensar nisso me dá um nó na garganta. Esse curso é a minha vida! (Acadêmica do curso de Psicologia).

A respeito da **avaliação que o aluno bolsista faz sobre o PROUNI e as possíveis falhas do Programa**, este foi positivamente avaliado por unanimidade. É bastante recorrente nas respostas que o Programa: (i) concretiza a oportunidade de acesso e de permanência do aluno na IES; (ii) que o acesso e a permanência concretizados pelo PROUNI gera mudanças positivas na vida do aluno. Essas informações vêm ao encontro do teor apresentado nas respostas da questão de número quatro, referindo-se ao significado do acesso à universidade na vida do aluno.

Avalio o PROUNI positivamente porque é um Programa que possibilita a estudantes que não possuem condições financeiras entrar em uma faculdade. No caso de outras bolsas você já tem que estar na faculdade e daí tentar uma bolsa. Acontece que a condição financeira de muitas pessoas não possibilita essa entrada. É como se fossemos barrados antes mesmo de entrar (Acadêmica do curso Ciência da Computação).

O PROUNI é uma grande oportunidade para os alunos que se destacam nas escolas públicas e que infelizmente não conseguem vaga nas universidades públicas. Outro fator a ser considerado é a distância das universidades públicas e a proximidade de algumas universidades privadas, participantes do Programa, e que ficam mais próximas do local de residência dos bolsistas (Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo).

A minha avaliação é positiva. Sei das críticas ao Programa, mas enquanto o pessoal fica na crítica e no blá,blá,blá, eu vou estudando e fico cada dia mais perto do meu diploma e da chance de conseguir um trabalho melhor e mudar para sempre a minha vida. Se quiserem criticar o PROUNI, é um direito, mas deixem quem está aqui na faculdade se esforçando, continuar lutando e tendo a chance de ser alguém melhor na vida. Quem critica demais é porque nunca precisou de bolsa de estudo (Acadêmica do curso Comércio Exterior).

Avalio de uma forma bem positiva porque é coisa séria, tive que apresentar vários documentos que comprovam a minha renda, e todos os estudantes do PROUNI que conheço são merecedores da bolsa. Acho que é o Programa do governo que mais atingiu de forma positiva a minha vida e dos meus

familiares, porque sou a primeira de uma família bem grande a estar dentro de uma universidade (Acadêmica do curso Ciências Biológicas).

Apesar de todos os destaques positivos ao Programa, os alunos identificam e indicam algumas lacunas. Entre elas, as mais recorrentes são: (i) a falta de auxílio extra para transporte, moradia e gastos com material didático; (ii) a renda muito baixa para ser contemplado com a bolsa, fator que exclui uma parcela da população; (iii) fraude (alunos que não correspondem ao perfil socioeconômico, mas que são contemplados com as bolsas)³⁶; (iv) a bolsa-permanência restrita para alguns cursos.

Essas respostas também se cruzam e complementam com a questão número cinco que trata das dificuldades que o aluno encontra em se manter na universidade. Ou seja, as lacunas do Programa, em grande medida, são compreendidas pelos alunos como aquelas que não contemplam as dificuldades por eles enfrentadas para se manter na universidade.

Ilustrando esses dados, pela recorrência das falas, destaco as seguintes respostas:

Uma falha é que os estudantes que ganham a bolsa do PROUNI, de outras cidades, não têm condições de pagar aluguel, água, luz, comida, xérox, transporte, etc. Esta é uma falha do PROUNI, dar apenas para curso integral um auxílio, sendo que outros cursos também precisam (Acadêmica do curso Jornalismo).

Uma falha é a renda per capita para ganhar a bolsa. As realidades de cada local são diferentes. Por exemplo, em locais onde o custo de vida é mais barato, com um salário mínimo se vive; já em uma cidade onde o custo de vida é mais caro, a pessoa pode ganhar um salário de R\$ 1.500 e ainda tem dificuldades de arcar com as despesas do lar, imagine então pagar uma faculdade. Nem pensar (Acadêmico do curso Tecnologia em Design de Interiores e Decoração).

Existe falha em relação à concessão de bolsas pra quem não precisa, devido ao fato de falhas na fiscalização e no método de comprovação de renda, além da forma de avaliação. O ENEM é um bom método, mas está começando a substituir o velho e ineficaz vestibular (Acadêmica do curso Publicidade e Marketing).

Se no cenário do Programa é possível perceber que a ausência de uma política de motivação financeira (ênfase na falta de recursos) para que o bolsista PROUNI possa se manter no curso, é facilmente perceptível o reconhecimento unânime por parte dos acadêmicos bolsistas que na IES pesquisada há de fato uma preocupação e ações que ampliam as possibilidades de permanência no ensino superior.

³⁶ Ao final de 2009 foi amplamente divulgado pela mídia nacional casos de fraude nas bolsas PROUNI. Foi possível identificar a repercussão dessa divulgação nas respostas dos alunos, no entanto a maioria, ao se referir à fraude nas bolsas, fez referências generalizadas e relacionadas ao que viram na televisão e não especificamente sobre a realidade que vivem institucionalmente.

Outros indicativos de lacunas apontadas que não foram recorrentes, mas que merecem ser destacadas porque apontam para a ampliação do campo e espaço de discussão sobre o direito ao ensino superior, são (v) a bolsa contemplar somente alunos de escola pública sendo que alunos com o perfil socioeconômico exigido pelo PROUNI também se encontram na educação básica privada; (vi) a necessidade de realização de testes vocacionais, tendo em vista que o aluno será contemplado somente uma vez com a bolsa.

Vejo como falha o fato de que somente alunos carentes que estudaram em escola pública podem ter direito à bolsa, isso é um erro, pois muitos estudaram em escola privada e não têm como pagar as mensalidades de uma universidade. Nem sempre quem estudou em escola privada tem condições financeiras privilegiadas, pois há muitos pais que pagam com muita dificuldade parcelas de escola particular para que seus filhos tenham uma educação de qualidade para poderem concorrer em igualdade no mercado de trabalho, porque o ensino público ainda é muito fraco. Sem falar nos casos de alunos que ganham 50% de bolsa nos colégios particulares e por isso perdem o direito ao PROUNI (Acadêmica do curso Jornalismo).

Como só posso usar a bolsa PROUNI uma vez, não posso errar na escolha do curso. Gostaria de passar por uma espécie de teste vocacional pra não chegar na metade do curso e saber que não é isso o que eu quero. Seria um desastre porque mesmo que eu possa transferir o curso, o tempo da bolsa está correndo (Acadêmico do curso de Gastronomia).

Quanto aos **sonhos, projetos e desejos que o aluno bolsista acredita ser possível realizar após concluir a graduação**, a grande maioria dos alunos informou que deseja continuar estudando, ingressar em cursos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado. Alguns alunos indicaram, inclusive, em quais áreas pretendem se especializar. Concomitante ao (i) desejo de dar continuidade aos estudos, aparece como resposta o desejo de (ii) trabalhar na área de formação; (iii) crescer profissionalmente; (iv) melhorar as condições financeiras; (v) retribuir, socialmente, os benefícios recebidos com a bolsa. As respostas a essa questão em grande medida também se cruzam com as respostas da questão de número quatro que perguntava sobre o que significa, para o aluno PROUNI, ter acesso à universidade.

Alguns sonhos, projetos e desejos, dos alunos PROUNI, podem ser traduzidos nas seguintes falas:

Meu projeto é ser aprovado em uma prova de Residência Médica para poder me especializar, sabendo que tenho que me esforçar muito, já que não posso pagar o cursinho preparatório que a grande maioria dos acadêmicos que são aprovados fazem. E depois disso ainda pretendo cursar mestrado e doutorado, pois além de ser médico, tenho o desejo de me tornar professor do curso de Medicina (Acadêmico do curso de Medicina).

Um dia após ter concluído o curso (apresentado meu Projeto de Graduação) fui contratado pela minha universidade, para trabalhar no Museu Oceanográfico, atuando na curadoria da coleção e na realização de pesquisas científicas. Por isso meu maior sonho já começou a se realizar (Acadêmico concluinte do curso Ciências Biológicas).

Passar no exame da OAB na primeira tentativa, ser um bom advogado, e jamais parar de estudar são meus sonhos e projetos (Acadêmico do curso de Direito).

Acredito que poderei conseguir um novo emprego, com melhor salário para que possa fazer uma pós-graduação, mestrado, doutorado e mostrar aos meus irmãos que se eles quiserem fazer como fiz, eles conseguirão (Acadêmica do curso Ciência da Computação).

Quero fazer o Mestrado na área de Fisiologia do Exercício e Doutorado na mesma área, mas voltada à educação infantil (Acadêmica do curso Educação Física).

Depois do curso, pretendo fazer pós-graduação em Enogastronomia, em seguida trabalhar por uns seis meses em uma cozinha de navios (Cruzeiros); estagiar ou trabalhar no restaurante de Alex Atala; conhecer cozinhas da Europa e aprender muito; voltar para Minas Gerais, abrir meu próprio negócio, casar, ter filhos e viver feliz (Acadêmico do curso de Gastronomia).

Meus sonhos já estão sendo realizados. O curso de Jornalismo ampliará meu campo de trabalho, hoje focado em assessoria de comunicação. Ganhando envergadura profissional, estarei mais preparado para enfrentar o mercado (Acadêmico do curso de Jornalismo).

Continuar na universidade – fazer uma especialização em Fisioterapia e, se possível, já ir atuando na área de saúde pública na cidade onde eu moro (Acadêmica do curso de Farmácia).

Em 2010 serei uma professora formada. Tenho muitos planos, como a pós-graduação em Educação e espero que meus alunos tenham o mesmo encantamento que eu tive com o meu curso (Acadêmica do curso de Letras).

Quero ser uma Relações Públicas reconhecida. Construir minha vida, meu futuro graças a uma chance que eu tive chamada PROUNI. Ter as minhas coisas e saber que consegui tudo através do meu esforço (Acadêmica do curso Relações Públicas).

Os sonhos e projetos de vida revelados pelos alunos bolsistas em relação à implantação do PROUNI numa IES de Santa Catarina, por si só, apontam que o Programa, enquanto política e inclusão social, pode encontrar saídas para as lacunas e/ou limitações diagnosticadas nesta pesquisa, nos encaminhamentos e ações que compõem a política institucional das IES parceiras do Programa. Sem o efetivo envolvimento das IES que aderirem ao PROUNI, as lacunas aumentam demasiadamente e podem chegar a ser intransponíveis.

5.2 Alunos PROUNI na Casa do Peregrino

Foram feitas duas visitas à Casa do Peregrino, a primeira em dezembro de 2009 e a segunda em julho de 2010. Os diálogos provenientes desses encontros não trouxeram informações substancialmente distintas daquelas coletadas nos questionários e no banco de dados da IES pesquisada; ao contrário, reforçaram e ilustraram esses dados e informações. No entanto, os encontros, no ambiente onde residem, permitiu uma maior proximidade com os estudantes, oportunizou dialogar mais informalmente, ouvir as histórias de vida e estabelecer vínculos que somente o diálogo e o contato pessoal podem criar.

Assim, foi possível, por exemplo, conhecer a história do acadêmico de Medicina que, jogando basquete e trabalhando como estagiário, conseguiu cursar Ensino Médio e Curso Pré-Vestibular. Ouviu de um político, de sua cidade, que um Programa de acesso à universidade estava sendo aprovado. Não acreditou na promessa, mas por curiosidade fez o ENEM, inscreveu-se no PROUNI e conseguiu a bolsa em Santa Catarina. Partiu do interior de São Paulo em busca de um sonho (que era seu e de toda a família): cursar Medicina. Por falta de condições financeiras dormiu no ginásio de esportes da IES pesquisada. Passou semanas alimentando-se com sopa instantânea e com refeições oferecidas por professores e funcionários da IES. Com a saudade, a dificuldade de adaptação, a falta de recursos financeiros, a insegurança, ele adoeceu. Precisou de auxílio psicológico. Obteve na IES. Pensou em desistir muitas vezes. A expectativa que a família inteira depositou sobre ele era pesada demais para desistir da bolsa e retornar para casa sem diploma. Residiu com colegas de curso, mas a distância da realidade financeira de um e outro foi intransponível. Via IES conseguiu uma vaga na Casa do Peregrino. Até hoje, apesar da superação de muitos desafios, o relato é feito pelo acadêmico com os olhos marejados de lágrimas afirmando que tudo está valendo a pena, mas que ao mesmo tempo, nada foi fácil.

O que você acha? Sou de família humilde, sou negro e vim fazer Medicina numa universidade do Sul. Só não desisti de tudo porque tive muito auxílio. O R. e a I.³⁷ não me deixaram desistir. Quando eu mais precisei, eles estavam lá. Um dia uma pessoa, muito importante, me chamou para uma conversa. Falou sobre a importância do estudo para meu futuro. Falou das dificuldades que ele mesmo passou para estudar e que a minha presença no curso era importante demais para que eu abandonasse a bolsa. Ele pediu para eu pensar nos outros que viriam depois de mim. A conversa foi muito boa. Não fico contando isso para muita gente, mas você sabe quem era o

³⁷ Referência aos profissionais da IES diretamente envolvidos no apoio aos alunos bolsistas.

professor que sentou e conversou comigo? O Reitor (Acadêmico do curso de Medicina).

Outra é a história do acadêmico que deixou seu estado, sua profissão e um curso de graduação (no qual não se reconhecia) também em busca de um sonho: o curso de Oceanografia. Gastou os poucos recursos que tinha com aluguel e alimentação, passou por situações constrangedoras e inusitadas, sofreu um acidente em seu trabalho como entregador de pizza e hoje, na Casa, diz que não abandonou o curso porque conseguiu este espaço para morar e porque sente que em Oceanografia está “a chance do seu futuro, a chance de se desenvolver plenamente, de usar todo seu potencial e de ter acesso a uma vida melhor em todos os sentidos” (Acadêmico do Curso de Oceanografia).

Também é marcante a história do acadêmico bolsista de Farmácia. Vindo de Minas Gerais, passou pelas dificuldades da adaptação cultural, da escassez de recursos financeiros, da dificuldade de moradia, da saudade de casa. Conseguiu um estágio na IES pesquisada e o auxílio de uma família que lhe ofereceu moradia por um ano. No período de férias retornou para a sua cidade natal. Lá recebeu a notícia do falecimento da dona da casa. O sonho de retornar e continuar o curso no semestre seguinte só se concretizou porque conseguiu uma vaga na Casa do Peregrino.

Em meio às histórias de vida, acontecimentos do cotidiano e outras tantas informações, foi abordada a questão da qualidade do relacionamento com os colegas e professores na universidade. Diferentes relatos foram feitos sobre episódios vividos pelos alunos (ou por seus colegas de curso) que evidenciam haver situações em que o aluno se sentiu (ou sente) discriminado, seja pela condição financeira, pela cultura, pela forma de se comunicar, de se vestir, ou por não compreender (em determinado momento) sobre o que falavam os colegas de classe. Segundo os alunos, essas situações não ocorrem pública ou explicitamente; são sempre veladas, implícitas e sutis. Não houve relato de situação vivenciada entre aluno e professor que sinalizasse indício de distinção ou discriminação. Os relatos envolvem sempre os alunos e seus pares.

Claro que tem discriminação. Fazer o curso que eu faço, aqui no Sul, é um desafio. Não poder ir aos lugares caros que eles vão era motivo para muitos nem me olharem na segunda-feira. Até parece que a coisa mais importante na faculdade é fazer festa. No começo eu sentia muita solidão, falta de amigos. Depois outras pessoas foram chegando e fui fazendo outras amizades dentro e fora do meu curso (Acadêmico do Curso de Medicina).

Buscando mediar o diálogo entre os próprios alunos, provoquei algumas indagações que levaram a questionar se tais distinções eram vivenciadas somente pelos alunos bolsistas PROUNI. O grupo chegou à conclusão que não, que a distinção e, por vezes, a discriminação, não são exclusividade da condição de aluno bolsista. Foram exemplificadas situações diversas e distintas, vividas por alunos bolsistas e não bolsistas, que desencadearam alguma forma de exclusão, distinção e/ou discriminação: condição financeira; sotaque; etnia; gosto musical; estilo de vestuário; comportamento social; orientação sexual; desempenho acadêmico; credo religioso e outros.

A discriminação não tem a ver com ser aluno bolsista. No meu curso ninguém nem sabe quem é bolsista. Só se você falar. O que acontece é que tem gente mais aberta, mais madura e outros não. Tem gente que não aceita qualquer diferença no outro. Se falar com sotaque, usar uma gíria diferente já é motivo para comentários. Por outro lado, também tem muita gente bacana que não tá nem aí para as diferenças. Quanto mais diferente, melhor (Acadêmico do Curso de Oceanografia).

Embora não se possa determinar o alcance e os efeitos (por vezes devastadores) que situações de discriminação podem ter na vida do ser humano, registro que os relatos ouvidos nas entrevistas mostram que cada aluno busca formas alternativas de administrar essas situações e experiências. Alguns demonstraram pesar; outros, indiferença e outros, ainda, aparente bom-humor diante das situações vivenciadas. Quando os alunos relatam que “ninguém sabe quem é o aluno bolsista” é porque, de fato, essa informação, na IES pesquisada, não é divulgada nem mesmo ao docente. Logicamente que alguns cursos exigem a aquisição de materiais mais específicos e com elevado custo. Nessa ocasião, as dificuldades financeiras acabam ficando mais evidentes e o aluno bolsista pode se sentir mais exposto.

Eu não vou nem me preocupar com essa história de discriminação. Cheguei até aqui e o que eu quero é aprender, me formar, trabalhar e melhorar de vida. O resto é história (Acadêmico do curso Engenharia Civil).

Muitas outras histórias foram relatadas. Nenhuma delas menos interessante ou menos importante. Todas elas únicas, mas enredadas numa trama comum: o sonho e a esperança de que a oportunidade (palavra recorrente na fala dos bolsistas) de estar na universidade mude definitivamente a vida de cada um.

Os alunos entrevistados na Casa não consideram o PROUNI um favorecimento do governo; eles avaliam o Programa como uma oportunidade única, mas não como “um favor”. Já a moradia na Casa do Peregrino é vista como um grande auxílio prestado pela universidade

e falam com muita propriedade que “todos os alunos que ganharam a bolsa PROUNI devem merecer, mas entre estes alguns precisam mais de auxílio para moradia, alimentação e transporte” (Acadêmico do curso de Farmácia). Os moradores da Casa se incluem no grupo daqueles que, nesse momento, precisam desse auxílio, mas que em breve terão as condições necessárias para se manter por conta própria. Na casa, os alunos recebem café da manhã, almoço e um lanche da tarde. A fala dos alunos demonstra reconhecimento e consideração pelo esforço empreendido pelas religiosas e pela universidade no sentido de oferecer o melhor possível dentro das condições financeiras disponíveis.

Os questionários, as entrevistas e os dados coletados pela IES pesquisada evidenciam que o PROUNI potencializa a chance real de inserção de um estrato social antes à margem do ensino superior por questões de ordem econômica. Evidenciam, também, que as políticas governamentais, por mais desejáveis, não são suficientes para que resultados efetivamente positivos de acesso e permanência se concretizem e se ampliem. Por isso, é necessário construir, no interior das IES, estratégias de apoio para essa permanência. Nesse sentido, a parceria público-privada é indispensável.

Enfim, os dados autorizam afirmar que um novo público está sendo formado no interior das IES e os efeitos e resultados dessa mudança serão ainda mais perceptíveis num futuro bastante próximo, razão pela qual se faz necessário continuar acompanhando criticamente os desdobramentos do Programa em nível nacional e institucional.

6 O PROUNI NA IES PESQUISADA: PERCEPÇÕES E INFERÊNCIAS

Na divulgação do PROUNI, está a mídia televisiva, com campanhas publicitárias que têm chamado a atenção da população. O “mote” da campanha “Todos pela Educação” e/ou “Educação para Todos” tem despertado uma espécie de sentimento de pertencimento, levando o público a sentir-se, de alguma forma, sensibilizado com o processo de ampliação de acesso ao ensino superior.

Uma das campanhas publicitárias do PROUNI mostra uma estudante que, ao desembarcar do ônibus, corre para dentro da universidade. Ela carrega nas costas uma mochila, nas mãos os livros, o jaleco branco e um estetoscópio. O curso por ela escolhido é Medicina. Ela se emociona e emociona o telespectador, ao falar, com lágrimas nos olhos, da crença nos seus sonhos e nos sonhos do avô, razão pela qual a aluna demonstra já ter se decidido pela especialização na área da Geriatria. No depoimento, a aluna demonstra um perfil de bolsista PROUNI que “tenta mudar sua história de vida; que agarra com força e vontade a chance rara de ingressar no ensino superior, [...] que se joga³⁸”.

Embora eu já tivesse acesso aos dados coletados e organizados pela IES pesquisada, sobre o PROUNI, devo dizer que antes de tomar conhecimento do conteúdo das respostas ao questionário e às entrevistas, a campanha publicitária PROUNI me parecia apenas uma publicidade que sutilmente traduzia um discurso de orientação neoliberal indicativo de que, quando o indivíduo deseja e se empenha, por mérito próprio ele consegue alcançar seus objetivos. Com a leitura atenta e a análise sistemática do material coletado nesta pesquisa, a percepção que fui (re)construindo é a de que a campanha flagrou com muita propriedade o sentimento vivido pelos alunos diante da oportunidade (na maioria dos casos considerada pelo aluno como única) de acesso ao ensino superior.

Há de se considerar um aspecto que tem sido discutido, por críticos, quanto à postura neoliberal de políticas educacionais que investem recursos públicos no setor privado, no caso do PROUNI, traduzido em isenção de impostos para as IES privadas. Uma pesquisa desenvolvida pelo Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior indicou que com o PROUNI o governo deixaria de arrecadar R\$ 4 bilhões em 4 anos, e que com ¼ desse valor poderiam ser abertas 400 mil vagas no ensino superior estatal, número

³⁸ Expressões usadas pela aluna /atriz na campanha publicitária. Vídeo disponível em: <http://portal.mec.gov.br>.

semelhante ao número de alunos beneficiados pelo PROUNI³⁹. Se os cálculos apresentados estivessem corretos e os investimentos financeiros de fato fossem bem empregados e gerenciados, as críticas dirigidas, por esses pesquisadores ao PROUNI seriam suficientes para avaliar o Programa. Mesmo assim, essa avaliação não alcançaria aquela realizada pelos alunos da IES pesquisada. Estes alunos demonstram expectativas e evidências concretas de que o PROUNI alterou positivamente suas vidas. Para este grupo, o PROUNI fez a diferença ao promover o acesso. Acredito que as vozes desses alunos também estão autorizadas a avaliar o Programa. Como deixar de ouvi-las?

Não se pode, também, deixar de mencionar outros números – contrastantes –, já citados, relativamente à questão do investimento público no setor privado. Segundo Davies (2004), as IES privadas, em 2004, apresentavam um percentual de 37,5% de vagas ociosas. Tais vagas, segundo o governo, além de já estarem à disposição dos alunos para uso imediato, ao serem preenchidas pelo PROUNI, representariam aos cofres públicos uma significativa economia: R\$ 50 milhões de reais em renúncia fiscal que garantiriam 100 mil vagas nas IES privadas, enquanto que nas IES públicas, para obter esse mesmo número de vagas, seriam necessários R\$ 350 milhões de reais.

Num mundo e num tempo onde as estruturas sociais, econômicas e culturais estão em constante transformação, parece necessário (e urgente) olhar as contradições e verificar em que medida elas podem nos auxiliar a avançar. Especificamente no caso dessa investigação, o que me auxiliou foi a possibilidade (assegurada pela pesquisa qualitativa) de olhar para o interior da IES pesquisada, ouvir e analisar o que tem a dizer os alunos PROUNI e os gestores, buscando compreender a implantação do PROUNI e as repercussões dessa implantação que, segundo os dados da pesquisa, acenam posicionamentos positivos para as novas possibilidades de inclusão social não somente no campo educacional, mas também no mercado de trabalho. Além disso, os alunos não parecem se sentir estranhos ao meio acadêmico e muito menos comprometer a qualidade de ensino, como cogitado inicialmente por alguns pesquisadores. Ao contrário, demonstram saber que o espaço que ocupam é um espaço legitimamente seu, uma vez que o ambiente acadêmico é (em sua gênese) espaço onde prevalece a multiplicidade, a diversidade e a ampliação de olhares e culturas.

Os resultados da pesquisa permitem inferir que há consenso entre a percepção de alunos e gestores a respeito do **acesso, inclusão, perfil do aluno bolsista, desempenho,**

³⁹ Defensores do PROUNI usam como argumento os custos das IES públicas em comparação com as IES privadas: as universidades federais com orçamento de R\$ 10 bilhões formam um sistema com 600 mil alunos, o que gera um custo anual *per capita* superior a R\$ 16 mil. No sistema privado, esse valor é reduzido para R\$ 7 mil a R\$ 8 mil/ano (ALMEIDA, 2010).

expectativas, avaliação do Programa, compromisso social da IES, dificuldades e oportunidades, aproveitamento, significado da bolsa, e perspectivas futuras. Assim, um Programa proveniente de orientações neoliberais, quando traduzido com seriedade, envolvimento coletivo e criatividade por parte da IES que acolhe os alunos, pode trazer benefícios e alcançar objetivos de acesso, permanência e formação de qualidade a um expressivo número de alunos antes à margem do ensino superior.

Permaneço atenta aos impactos que o neoliberalismo causou (causa) à educação e aos desafios que estão colocados para a política educacional, pois entendo que alternativas neoliberais não são o caminho para a justiça social. Se fossem, já teríamos conseguido construir um outro estágio de justiça e de economia mundial. Da mesma maneira, por mais desejáveis/necessárias e urgentes que sejam as políticas públicas e as ações do Estado voltadas à inclusão e ao bem-estar social, sem a ação local, sem o envolvimento das IES e de seu entorno, possivelmente estas políticas não alcançarão os resultados que potencialmente objetivam.

Quando se ouvem as histórias de vida dos acadêmicos, fica evidente que, na maioria das vezes, é um conjunto de elementos que provoca (ou que permite) o abandono e a evasão do ensino superior. Entre as causas mais recorrentes de evasão, está a falta de perspectiva, a falta de possibilidade de olhar para o futuro e vislumbrar (ainda que timidamente) alguma perspectiva de melhora de vida. Essa ausência de perspectivas é capaz de potencializar todas as demais dificuldades encontradas no presente.

Embora muitos alunos superem as **dificuldades** encontradas no ensino superior, colocando seu projeto de formação acadêmica acima de qualquer dificuldade, há que se levar em conta que esta não é uma regra geral e, por mais intensos que sejam os esforços empreendidos, muitas são as situações e desafios que fogem à possibilidade de resolução do aluno e da IES. O governo federal vem elaborando ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes, como, por exemplo, a bolsa-permanência, o convênio de estágio MEC/CAIXA⁴⁰ e o FIES. Essas ações, contudo, ainda não são suficientes.

A ampliação da bolsa-permanência para outros cursos além daqueles com carga horária integral e auxílios governamentais extras de manutenção são reivindicações

⁴⁰ Os estudantes PROUNI que desejam fazer estágio em unidades da Caixa Econômica Federal fazem sua inscrição no Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) ou no Instituto Euvaldo Lodi (IEL). A Caixa oferece estágio de quatro horas diárias com remuneração de R\$ 465,00; e cinco horas diárias, com remuneração de R\$ 581,00 além de R\$ 66,00 de auxílio transporte e recesso de 30 dias remunerados, a cada 12 meses de atividades. Alunos matriculados em cursos com duração de três a três anos e meio podem fazer estágio a partir do terceiro semestre; aqueles que fazem curso com quatro anos ou mais, a partir do quinto semestre. O estágio tem duração de um a dois anos, sendo que o aluno com deficiência pode estender o estágio até a conclusão do curso (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009e).

recorrentes na fala dos alunos como condição de permanência no ensino superior. Outra questão é a regionalização do PROUNI, defendida por muitos gestores preocupados com a evasão provocada pelas dificuldades que o aluno encontra para sobreviver longe de casa. Vale mencionar, entretanto, que para os alunos pesquisados, a possibilidade de se inscrever no PROUNI em qualquer universidade brasileira é compreendida como uma oportunidade ímpar de conhecer e conviver com outras culturas, realidades, possibilidades e, conseqüentemente, universalizar o Programa.

A análise sistemática dos dados da pesquisa permite inferir que o perfil do aluno PROUNI é o de uma pessoa repleta de **expectativas em relação ao presente e ao futuro**. Tais expectativas estão relacionadas à mudança e ao crescimento no campo social, econômico e cultural, pela via do ensino superior. É um perfil de aluno que sente com intensidade as dificuldades financeiras, mas que, apesar delas, ou justamente em razão delas, insiste em ir adiante. É um **perfil em permanente (re)construção**, que dá sinais de busca da ampliação de seus espaços e direitos organizando e discutindo a própria condição de aluno bolsista com direitos e deveres.

Este grupo de alunos PROUNI desafia a universidade a rever seu interior, pensar alternativas, envolver-se ainda mais no processo de democratização do ensino superior e cumprir seu papel social. É um perfil de aluno que pode trazer mudanças à universidade e à sociedade, num movimento profundamente dialético. As IES e o Estado, diante das possibilidades e desafios que emergem da implantação desta política pública, necessitarão rever as ações que possam promover a permanência dos alunos no Programa.

As políticas públicas, o Estado e a sociedade civil ao cumprir a sua função social não podem delegar somente às IES a responsabilidade pelos ajustes necessários a fim de que o aluno bolsista consiga encontrar alternativas econômicas para sua manutenção. A menos que cada um assuma as suas funções, o potencial do Programa será comprometido, uma vez que aquelas IES bem intencionadas e voltadas à uma educação de qualidade já enfrentam tantos outros desafios. Nesse sentido, Santos (2005, p. 271) alerta/orienta:

A nova teoria democrática deverá proceder à repolitização global da prática social, e o campo político imenso que daí resultará permitirá desocultar formas novas de opressão e de dominação, ao mesmo tempo que criará novas oportunidades para o exercício de novas formas de democracia e de cidadania. Este novo campo político não é, contudo, um campo amorfo. Politizar significa identificar relações de poder e imaginar formas práticas de as transformar em relações de autoridade partilhada.

É importante dizer que refletir sobre a identidade do aluno bolsista remete-nos também à reflexão sobre a identidade do PROUNI na IES pesquisada. Embora haja uma identidade para o Programa, em nível nacional, essa identidade se traduz, se concretiza, se modifica ou se consolida dentro de cada IES. O que os dados de pesquisa revelam é que inicialmente a adesão da IES ao PROUNI teve como motivação a possibilidade de manutenção da filantropia, mas que a efetiva implantação do Programa não se limitou a essa possibilidade. Houve, de fato (e de ato), uma intensa preocupação, traduzida em ações exequíveis, viáveis e sistemáticas, para com a permanência do aluno na IES.

Ainda que o foco dessa pesquisa não seja a qualidade de ensino da IES pesquisada, a tradição dessa instituição no processo avaliativo evidencia que a qualidade do ensino é foco de ação permanente e recebe atenção e investimento constantes. Por consequência, essa qualidade se reflete diretamente na qualidade do PROUNI, **na forma como o aluno percebe e avalia o Programa; no significado da bolsa de estudos; nas perspectivas futuras; nas dificuldades e oportunidades; na permanência; no relacionamento com os pares e professores; na rotina acadêmica e na correspondência entre a expectativa do aluno e o curso desejado.**

Futuras pesquisas, envolvendo outras IES, possibilitariam estabelecer diálogos capazes de indicar em que medida a qualidade de ensino da IES interfere diretamente na qualidade e na identidade do PROUNI, visto que somente o acesso e a permanência ao ensino superior, por mais desejáveis que sejam, não são suficientes. É imprescindível que esse acesso e permanência ocorram no contexto de um ensino de qualidade. Conforme já foi dito no capítulo três, requer-se uma qualidade comprometida com o desenvolvimento e o aprimoramento social, ético e moral do ser humano, capaz de fazer valer o direito de todos, e de cada um, de acesso ao legado cultural historicamente construído e acumulado pela humanidade, para a humanidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Quadro nenhum está acabado,
disse certo pintor;
se pode sem fim continuá-lo,
primeiro, ao além de outro quadro que,
feito a partir de tal forma,
tem na tela, oculta, uma porta
que dá a um corredor
que leva a outra e a muitas outras.
(João Cabral de Melo Neto)*

Levando em conta que o campo da investigação científica avança permanentemente e que novas leituras e análises estão sempre por vir, as considerações aqui apresentadas sobre os resultados da presente pesquisa, estabelecidas com base na análise e interpretação sistemática dos dados, assumem caráter provisório.

Esta pesquisa, tendo como foco a **implantação do PROUNI numa IES de Santa Catarina (SC) e as repercussões dessa implantação**, investigou o PROUNI como um Programa que concede bolsas nos cursos de graduação e sequenciais de formação específica, nas instituições privadas de educação superior, para os estudantes de baixa renda, oriundos da rede pública de ensino ou bolsistas integrais da rede privada, que tenham prestado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os opositores ao Programa alegam que as recentes medidas legais afetam a educação superior, apontando o sucateamento das universidades públicas, a intensificação do processo de privatização, a transferência de recursos públicos para interesses privados e a deterioração da qualidade do ensino. No entanto, nessa pesquisa, o olhar investigativo foi dirigido a uma IES de Santa Catarina que não apenas aderiu ao PROUNI, mas que acolheu o aluno bolsista. Por essa razão, a análise crítica não se estendeu ao cenário nacional ou ao contexto geral de uma política pública neoliberal.

O foco da pesquisa foi a implantação do Programa numa determinada IES, e é a partir do discurso dos atores deste processo – os alunos bolsistas do PROUNI – e da voz dos gestores que apresentam e discutem os caminhos institucionais para a implantação do Programa que foi realizada a análise crítica de uma política pública que se concretiza quando esta IES assume a responsabilidade social de criar mecanismos diferenciados que garantam a permanência do aluno bolsista PROUNI no contexto universitário.

O PROUNI, enquanto Programa de Educação para todos, passa pela reflexão sobre a democratização e a inclusão. Como existe uma complexa dinâmica entre exclusão e inclusão,

envolvendo dimensões simbólicas da existência humana, da organização econômica, política e social, ambas podem ser determinadas pelas características e formas de organização da sociedade. A forma como a IES pesquisada assumiu a **implantação do PROUNI** é entendida, no contexto desta pesquisa, como um diferencial em termos de responsabilidade social que otimiza a inclusão e a permanência do bolsista no ensino superior. Dessa forma, a análise crítica da implantação do PROUNI, na referida IES, e as repercussões dessa implantação, permitiram reafirmar que a inclusão e a democratização do ensino exigem bem mais do que o acesso ao ensino superior. Exigem a garantia da permanência no contexto de uma **Educação Superior de qualidade** que possibilita, por intermédio do conhecimento, o desenvolvimento e aprimoramento social, ético e moral do ser humano.

A inclusão e a democratização exigem uma Educação que faça valer o direito de todos, e de cada um, de acesso ao legado cultural historicamente construído e acumulado pela humanidade, para a humanidade. Essa educação, por sua vez, necessita de um processo consistente de avaliação institucional, de investimentos financeiros, de atuação intelectual e ética, de participação/atuação coletiva para assim cumprir seu principal papel: favorecer o processo de humanização.

O **perfil do aluno PROUNI**, da IES pesquisada, acena para uma população em sua maioria jovem com idade entre 18 e 25 anos, muitos deles dependentes economicamente, embora tenham ocupação profissional. A grande maioria dos alunos é procedente da região Sul e são egressos da escola pública. Na visão dos gestores, esses alunos buscam conhecimento e são dedicados à vida acadêmica. Os sonhos e as **expectativas de futuro** dos bolsistas apontam para a continuidade dos estudos, a conquista de espaço no mercado de trabalho e a construção de um futuro melhor para si e seus familiares.

O **aluno PROUNI**, da IES pesquisada, reconhece sua **inclusão no ensino superior** como uma oportunidade única para a mudança de vida e, apesar das dificuldades encontradas, a inclusão é tomada como um direito. O **compromisso social** dessa IES em relação à **inclusão social e à permanência** do aluno bolsista PROUNI é traduzida em ações concretas de acolhimento, orientação e acompanhamento aos alunos bolsistas. Os resultados de acesso e permanência na IES apontam que o Programa, enquanto política de inclusão social, pode efetivamente contribuir para processos de inclusão desde que haja um envolvimento coletivo da Instituição que aderir ao PROUNI, da sociedade civil e do Estado. Os dados indicam que há aproximação entre a percepção de alunos e gestores a respeito do **desempenho acadêmico**, das **expectativas de inclusão** e dos procedimentos utilizados pela Instituição para **cumprir seu papel social**.

A implantação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) numa IES de Santa Catarina e as repercussões dessa implantação evidenciam ser fundamental para a construção de uma nova sociedade o **comprometimento das IES** com a construção de uma sociedade pautada em valores éticos que promovam a cidadania e a humanização. A sociedade só se modifica à medida que são transformadas as relações sociais que a sustentam, e, para tal, é inegável a contribuição da educação formal. Se o papel da educação, como instrumento de humanização e ao mesmo tempo como fator determinante para o desenvolvimento de um país, é indiscutível, o direito do aluno PROUNI a essa educação de qualidade é um dos caminhos para minimizar diferentes formas de desigualdades sociais.

A investigação de uma política pública, em implantação desde 2005, que possibilitou o acesso ao ensino superior, em nível nacional, para 247.643 alunos, entre estes 1.578 alunos na IES pesquisada, oriundos em sua grande maioria de escolas públicas, torna incontestável que o PROUNI é um caminho possibilitador de inclusão social, mas não é e não pode ser o único.

A eficácia da implantação de uma política pública, enquanto conjunto de ações intencionais, pode ser avaliada por aqueles que sofrem seu impacto. Sob esta ótica, retomando a fala do acadêmico do curso de Educação Física, reafirmo que os alunos bolsistas PROUNI reconhecem o Programa como **“possibilidade de realização de um sonho, de fazer uma boa faculdade. Além de ser uma oportunidade de crescimento como ser social, dá a chance de uma carreira, de um trabalho”**. Reconhecem também a ação articulada da IES pesquisada com o Programa quando afirmam: **“O governo me deu a bolsa, e a minha universidade me ajudou dando um estágio. Se não fosse essa ajuda seria muito difícil fazer o curso”**. Sinalizam ainda os compromissos que o governo federal/MEC precisa assumir para que o PROUNI não seja apenas um Programa emergencial de inclusão social:

É necessário que o governo invista no desenvolvimento escolar do ser humano desde a infância. Quando isto ocorrer, teremos boas escolas e não vamos mais precisar de programas para garantir os direitos. Se chegarmos a isso, teremos, enfim, a Universidade para todos [grifo do acadêmico].

Enfim, as falas dos alunos pesquisados refletem a possibilidade do acesso ao ensino superior e a efetiva qualidade de sua formação ao avaliar a universidade em que estudam, projetando seu futuro. Suas declarações não deixam dúvidas de que, não obstante a necessidade de medidas permanentes de inclusão social, reconhecem o impacto concreto em suas vidas dessa política pública nacional aliada ao compromisso institucional: **“enquanto esse dia não chega, quem, como eu, teve a oportunidade de fazer um curso superior, numa universidade como a minha, pode dizer que o PROUNI fez a diferença”**.

Ao finalizar esta tese, ficam abertas outras possibilidades de investigação sobre o acesso ao ensino superior como oportunidade para a construção de futuro, visto que o ensino superior de qualidade potencializa a capacidade humana de construir sonhos e realizar ações; de (re)construir caminhos, mudar posturas diante das oportunidades que nos foram (são) dadas e, a partir do universo do conhecimento construído, seguir as rotas pessoais e coletivas de novos projetos de vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Mere. **Programa de ensino inovador**: implantação e análise crítica. São Paulo: CLR Balieiro, 1989. (Coleção ensinando-aprendendo, aprendendo-ensinando, Cadernos brasileiros de educação, v. 6.)

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. **Revista Brasileira de Educação** [on-line], Rio de Janeiro, n. 22, p. 35-46, jan./abr. 2003.

ALMEIDA, Flávio de. **UFMG. O custo-benefício da universidade brasileira**. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/boletim/bol1597/3.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 9-23.

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

BARRETO, Raquel Goulart; LEHER, Roberto. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 423-436, set./dez. 2008.

BLATT, Ivo. A Universidade do século XXI. **UNirevista**, v. 1, n. 2, abr. 2006.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto, 1994.

BRASIL. Lei nº 9.394, de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Imprensa Nacional, 13 set. 2004.

_____. Decreto nº 5.245, de 15 de outubro de 2004. Regulamenta a Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, que institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Imprensa Nacional, 18 out. 2004a.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 abr. 2004b.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Imprensa Nacional, 14 jan. 2005.

_____. Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, Imprensa Nacional, 19 jul. 2005a.

_____. Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Imprensa Nacional, 26 set. 2005b.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 301, de 30 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle do Programa Universidade para Todos - PROUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, Imprensa Nacional, 31 jan. 2006.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 569, de 23 de fevereiro de 2006. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, Imprensa Nacional, 24 fev. 2006a.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 925, de 19 de abril de 2006. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, Imprensa Nacional, 20 abr. 2006b.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.515, de 31 de agosto de 2006. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, Imprensa Nacional, 1º set. 2006c.

BRECHET, Bertolt. Elogio do aprendizado. *In: Poemas 1913–1956*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 121.

CAMPOS, Maria Malta. A qualidade da educação em debate. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 22, p. 3-35, jul./dez. 1999.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, out. 2006.

CASASSUS, Juan. Descentralización de la gestión a las escuelas y calidad de la educación: mitos o realidades? *In: COSTA, Vera Lúcia C. (Org.). Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento*. São Paulo: Cortez/Fundap, 1999. p. 13-30.

CATANI, A. M.; GILIOLI, R. de S. P. O PROUNI na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 55-68, jan./jun. 2005.

_____; HEY, A. P. A educação superior no Brasil e as tendências das políticas de ampliação do acesso. **Atos de Pesquisa em Educação**, Santa Catarina, v. 2, n. 3, p. 414-429, set./dez. 2007.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPED, n. 24, p. 5-15, set./out./nov./dez. 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CONDORCET, M. L'ístruction publique (Rapport, 1792). Tradução Mossini. *In: SÉVERAC, J. B. Condorcet*. Paris: Louis-Michaud, [s.d.].

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto da Reforma. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701, out. 2004.

DAVIES, N. O governo Lula e a educação: a deserção do Estado continua? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 86, p. 245-252, abr. 2004.

DEMO, Pedro. **Universidade, aprendizagem e avaliação: horizontes re-constitutivos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DÜRKHEIM, Emile. Educação e Sociologia (1922). *In: Sociologia, educação e moral*. Porto: Rés, 1984.

FERNÁNDEZ ENGUITA, Mariano. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. *In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 93-110.

FERRAREZI, Celso. Artefato Cultural. **O que é qualidade em Educação?** Disponível em: <http://www.artefatocultural.com.br/portal/index.php?secao=colunistas_completa&id_noticia=448&colunista=Celso%20Ferrarezi&subsecao=69>. Acesso em: 20 mar. 2009.

FERRI, Cássia (Coord.) *et al.* **Relatório final do projeto políticas inclusivas no ensino superior**: análise da qualidade de acesso, permanência e aprendizagem dos acadêmicos participantes do PROUNI na Universidade do Vale do Itajaí no período 2006-2007. Projeto desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Currículo e Avaliação, vinculado ao Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da UNIVALI e realizado com o apoio do Programa de Integração Graduação e Pós-Graduação (PIPG), financiado e mantido pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura (PROPPEC) da UNIVALI/SC nos anos 2007 e 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos. **Currículo e avaliação**: políticas em conflito. Palestra proferida na abertura do VII Encontro de Pesquisadores em Educação. PUC, São Paulo, 17-18 nov. 2009.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa** [*on-line*], n. 116, p. 21-39, 2002. ISSN 0100-1574. Disponível em: <http://scielo-log.bireme.br/scielolog/scielolog.php?script=sci_statart&lng=pt&pid=0100-1574&app=scielo&server=www.scielo.br&dti=20040101>. Acesso em: 20 out. 2009.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologia. Chapecó: Argos, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GREEN, T. F. Teacher competence as practical rationality. **Educational Theory**, v. 26, p. 249-262, 1976.

HADDAD, Fernando. **Inscrições PROUNI 2010**. 2008. Disponível em: <<http://www.prouni2010.com/resultado/revista-prouni-2010>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Tradução F. C. Fontanella. Piracicaba: UNIMEP, 1996.

LARA, Marcos Rodrigues de. **Avaliação institucional**: em busca de um currículo crítico-emancipatório em construção. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002. p. 42-63.

MANCEBO, Deise. Universidade para todos: a privatização em questão. **Pro-Posições**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 75-90, set./dez. 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **SINAES**. Disponível em: <<http://sinaes.inep.gov.br:8080/sinaes/>>. Acesso em: 21 maio 2008.

_____. UNIVERSIDADE ABERTA. **O que é a UAB**. Disponível em: <<http://uab.mec.gov.br/conteudo>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

_____. **Diretrizes gerais do Decreto 6.096 – REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2009a.

_____. INEP. **Educação recebeu R\$ 117 bilhões em 2007**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news09_08.htm>. Acesso em: 19 abr. 2009b.

_____. INEP. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2009c.

_____. PROUNI. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/prouni>>. Acesso em: 4 ago. 2009d.

_____. Prouni. **O programa**. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view%20=article&id=124&Itemid=140>. Acesso em: 2 ago. 2009e.

_____. **MEC vai garantir qualidade em cursos do ProUni. 2009. Entrevista.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico. Censo da Educação Superior 2008 (Dados Preliminares).** Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf>. Acesso em: 2 maio 2010a.

_____. **INEP.** Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2010b.

_____. **Processo de supervisão encerra 1.766 bolsas e desvincula instituições.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14681:processo-de-supervisao-encerra-1766-bolsas-e-desvincula-instituicoes&catid=212&Itemid=86>. Acesso em: 27 abr. 2010a.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; FERNANDES, Romildo Raposo. Política neoliberal e educação superior. *In:* NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990.** São Paulo: Xamã, 2002. p. 21- 40.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, p. 5-23, jan./fev./mar./abr. 2005.

PACHECO, José Augusto. Políticas curriculares descentralizadas: autonomia ou recentralização?. **Educ. Soc.** [*on-line*], v. 21, n. 73, p. 139-161, 2000. ISSN 0101-7330.

ROCHA, Ruth. **O que os olhos não vEm.** 5. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1994.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, Boaventura Sousa. Os processos de globalização. *In:* SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2005. p. 25-102.

SANTOS, Mário César dos. **As fundações municipais de educação superior a imunidade tributária e a vinculação ao PROUNI.** Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, Santa Catarina, 2009.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 6. ed. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sanches (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2007. p. 13-59; p. 60-83 (Coleção Questões da Nossa Época; v. 42).

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olha d'Água, 2001.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Democracia viva**. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=887>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

STAKE, Robert E. Pesquisa qualitativa/naturalista: problemas epistemológicos. **Educação e Seleção**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 7, p.19-27, jan./jun. 1983.

TCU. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório do Tribunal de Contas da União: GRUPO I – CLASSE V - Plenário TC-013.493/2008-4** (com 1 volume). Natureza: Relatório de Auditoria Operacional. Interessado: Tribunal de Contas da União. Unidades: Secretaria de Educação Superior-SESu/MEC e Caixa Econômica Federal-CEF, [s.d.].

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Conferência mundial sobre ensino superior 2009: as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social**. Paris, de 5 a 8 de julho de 2009. Disponível em: <<http://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/31442.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2010.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ. **Plano de desenvolvimento institucional - PDI: 2007/2011**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

_____. Pró-Reitoria de Ensino. Gerência de Ensino e Avaliação. **Pesquisa PROUNI-UNIVALI-2008: resultados gerais comparativo entre os centros**. Itajaí, set. 2008.

_____. **Alunos bolsistas PROUNI -UNIVALI: análise da permanência, aprendizagem e situação financeira**. Itajaí: PROEN, nov. 2008a.

WIKIPÉDIA. **MEC-Usaid**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/MEC-Usaid>>. Acesso em: 19 mar. 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Entrevista com Gestores

Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3
1 – O que levou a IES a aderir ao PROUNI? Quais eram as expectativas naquele momento?	1 – Em que medida as expectativas da IES, em relação ao PROUNI, foram confirmadas? Quais são hoje as expectativas da IES em relação ao Programa?	1 – Qual o significado que a bolsa de estudos parece ter para o aluno PROUNI do seu curso?
2 – Como foi o processo de Adesão da IES ao PROUNI?	2 – Como está, hoje, a política da IES em relação a permanência dos alunos bolsistas PROUNI? 2.1 – O convênio com a casa do peregrino continua servindo ao PROUNI? Alguma outra ação/iniciativa da IES foi desencadeada?	2 – Quais os desafios/dificuldades que os alunos PROUNI enfrentam para permanecer na Universidade?
3 – Ao término de dois anos de adesão ao programa, qual o balanço social que a IES faz?	3 – Por que a IES escolheu dar somente bolsa integral? 3.1 – Para o aluno faz alguma diferença? 3.2 – O senhor vê algum benefício financeiro às IES que concedem bolsa parcial?	3 – Como você avalia o PROUNI? Por quê?
		4 – Você percebe falhas no PROUNI? Se a resposta for afirmativa, quais são elas?
4 – Financeiramente, o PROUNI é um programa viável para a IES?	4 – Financeiramente, o PROUNI continua sendo um programa viável para a IES? 4.1 – A IES chegou de fato a perder a filantropia? Se a resposta for afirmativa, de quando até quando? 4.2 – A adesão da IES ao PROUNI, em 2005, foi prioritariamente para reaver a filantropia?	5 – Qual a sua percepção quanto ao acesso, à inclusão, ao perfil e ao desempenho do aluno PROUNI?
5 – Tendo em vista que o Programa prevê o acesso mas não garante a permanência dos bolsistas nos cursos, existe na IES uma política voltada a permanência dos bolsistas PROUNI na IES?	5 – Hoje, após quatro anos de adesão ao programa, qual o balanço social que a IES faz do Programa?	6 – Quais são as suas expectativas e avaliação em relação ao PROUNI?
6 – Como o senhor vê o PROUNI?	6 – Tendo em vista que há quatro anos o senhor esteve à frente de todo o processo de implantação do Programa, algo mudou na sua forma de ver o PROUNI?	7 – Qual é o compromisso social da IES com o aluno PROUNI?
		8 – Qual é o balanço social que você faz sobre o Programa?

APÊNDICE B - Questionário enviado aos alunos PROUNI

- 1 - Você é aluno(a) de qual curso?
- 2 - Em qual semestre você está matriculado(a)?
- 3 - Você teve bolsa PROUNI desde o início da graduação?
- 4 - O que significa ter acesso à Universidade?
- 5 - Você enfrenta algum desafio/dificuldade para permanecer na Universidade? Se a resposta for afirmativa, informar qual/quais?
- 6 - O que há de melhor em estar na Universidade? Por quê?
- 7 - Como você conheceu o PROUNI?
- 8 - Se não fosse o PROUNI, você estaria cursando a Universidade?
- 9 - Como você avalia o PROUNI? Por quê?
- 10 - Você percebe falhas no PROUNI? Se a resposta for afirmativa, informar quais são elas?
- 11 - Quais são os sonhos/projetos/desejos que você acredita ser possível realizar após concluir a graduação?

ANEXOS

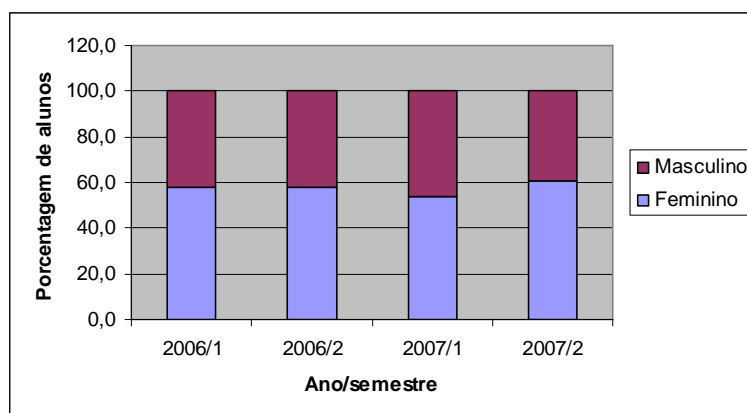
ANEXO A – Tabela perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada na característica “faixa etária”, nos semestres 2006/1, 2006/2, 2007/1 e 2007/2

INTERVALOS DE IDADES	SEMESTRES							
	2006/1		2006/2		2007/1		2007/2	
	N	%	N	%	N	%	N	%
18 -20	174	72,5	112	75,7	65	57,0	60	59,4
21 -25	43	17,9	26	17,6	34	29,8	24	23,8
26 -30	09	3,8	05	3,4	11	9,6	11	10,9
31 -35	08	3,3	04	2,7	02	1,8	02	2,0
36 -40	03	1,3	01	0,7	01	0,9	03	3,0
41 -45	01	0,4	-	-	-	-	-	-
46 -51	02	0,8	-	-	-	0,9	01	1,0
TOTAL	240	100,0	148	100,0	114	100,0	101	100,0

Fonte: Sistema Acadêmico da IES pesquisada (2008)

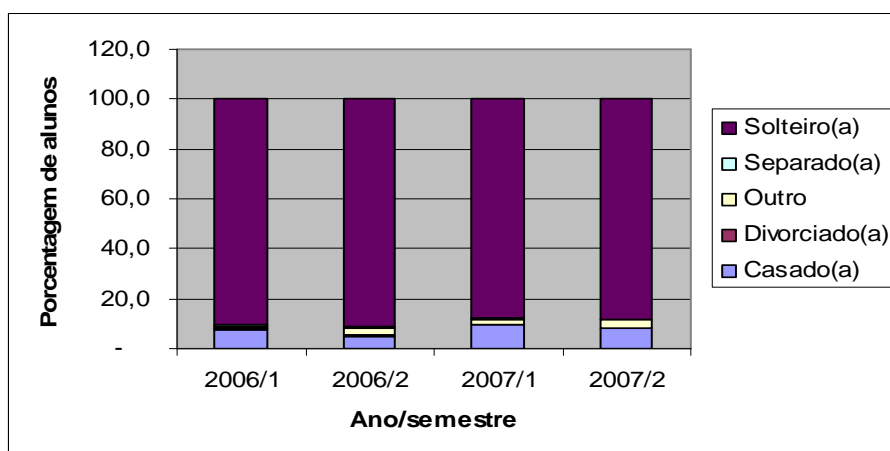
Elaboração: Gerência de Ensino e Avaliação

ANEXO B – Gráfico perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada na característica “gênero” nos semestres 2006/1, 2006/2, 2007/1 e 2007/2



Fonte: Sistema Acadêmico da IES pesquisada (2008).
Elaboração: Gerência de Ensino e Avaliação

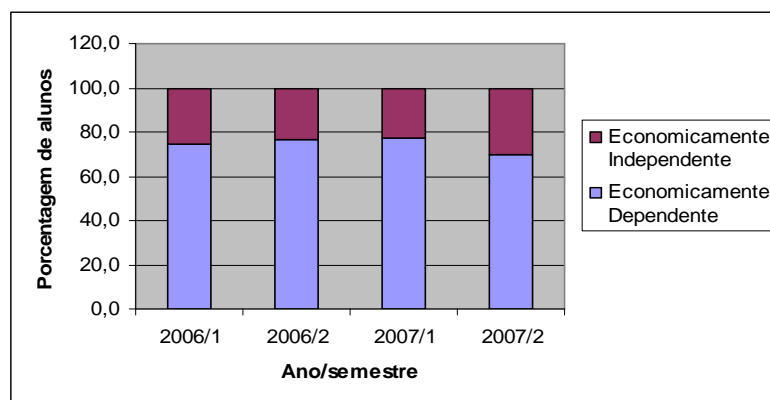
ANEXO C - Perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada na característica “estado civil”, nos semestres 2006/1, 2006/2, 2007/1 e 2007/2



Fonte: Sistema Acadêmico da IES pesquisada (2008).

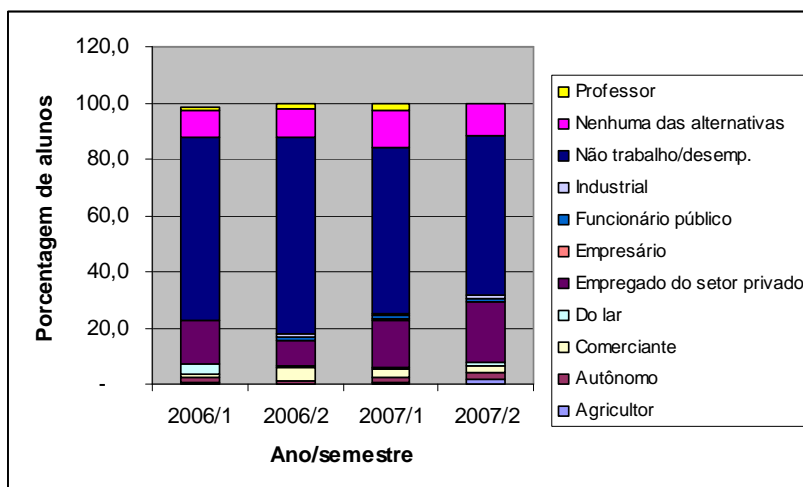
Elaboração: Gerência de Ensino e Avaliação

ANEXO D - Gráfico perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada na característica “situação econômica”, nos semestres 2006/1, 2006/2, 2007/1 e 2007/2



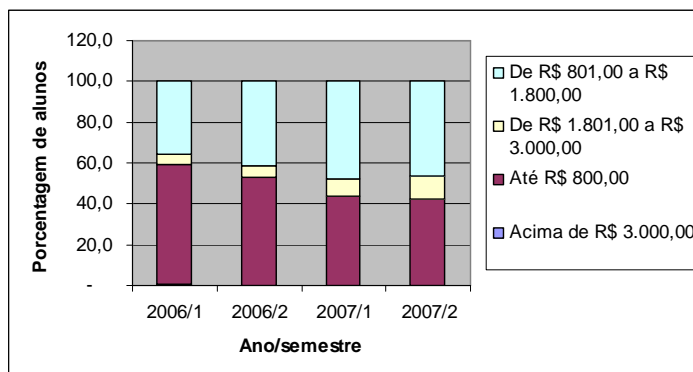
Fonte: Sistema Acadêmico da IES pesquisada (2008).
Elaboração: Gerência de Ensino e Avaliação

ANEXO E - Gráfico perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada na característica “ocupação profissional”, nos semestres 2006/1, 2006/2, 2007/1 e 2007/2



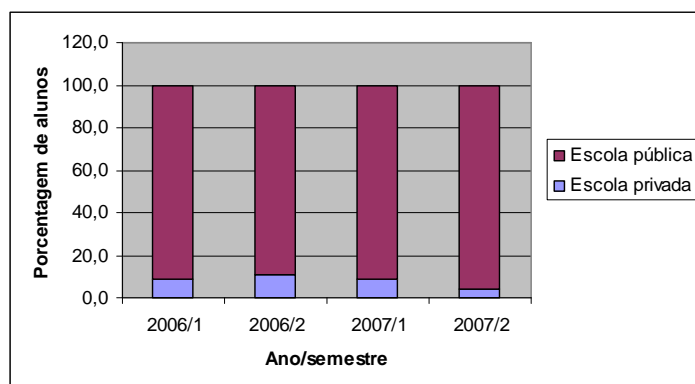
Fonte: Sistema Acadêmico da IES pesquisada (2008).
 Elaboração: Gerência de Ensino e Avaliação

ANEXO F - Gráfico Perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada na característica “renda familiar”, nos semestres 2006/1, 2006/2, 2007/1 e 2007/2



Fonte: Sistema Acadêmico da IES pesquisada (2008).
Elaboração: Gerência de Ensino e Avaliação

ANEXO G - Gráfico Perfil dos estudantes PROUNI da IES pesquisada na característica “ensino médio: escola pública ou privada”, nos semestres 2006/1, 2006/2, 2007/1 e 2007/2



Fonte: Sistema Acadêmico da IES pesquisada (2008).
Elaboração: Gerência de Ensino e Avaliação

ANEXO H - Tabela índices de acesso e evasão definitiva dos bolsistas do PROUNI da IES pesquisada, por área do conhecimento, no período 2006/1 – 2007/2

CENTRO	ACESSO		EVASÃO DEFINITIVA	
	N	%	N	%
Ciências Sociais Aplicadas – Gestão	284	28,4	25	8,8
Ciências Sociais Aplicadas – Comunicação, Turismo e Lazer	170	17	24	14,11
Ciências. Sociais e Jurídicas	169	16,9	20	11,83
Ciências da Saúde	159	15,9	16	10,06
Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar	117	11,7	24	20,51
Ciências Humanas	101	10,1	20	19,80
TOTAL		100		100

Fonte: Sistema Acadêmico da IES pesquisada (2008).

Elaboração: Gerência de Ensino e Avaliação

ANEXO I - Tabela percentual superior de rendimento acadêmico (médias finais) dos alunos PROUNI frente ao rendimento acadêmico médio dos alunos das disciplinas de quatorze cursos selecionados dos semestres 2006/1 a 2007/2

CENTRO	CURSO	Percentual superior de rendimento acadêmico dos estudantes ProUni em relação ao rendimento do conjunto de alunos do curso				MÉDIA
		2006/1	2006/2	2007/1	2007/2	
CECIESA-Gestão	Administração	91%	86%	84%	74%	84%
CECIESA-Gestão	Administração	75%	83%	85%	78%	80%
CTTMAR	Ciências da Computação	89%	83%	70%	59%	75%
CTTMAR	Ciências Biológicas	91%	80%	75%	74%	80%
CECIESA-Gestão	Ciências Contábeis	91%	77%	73%	76%	79%
CECIESA-Gestão	Comércio Exterior	88%	86%	83%	82%	85%
CECIESA-Com	Design Industrial	80%	87%	84%	62%	78%
CEJURPS	Direito	77%	75%	78%	80%	78%
CEJURPS	Direito	80%	86%	87%	78%	83%
CEJURPS	Direito	90%	82%	80%	91%	86%
CEJURPS	Direito	87%	78%	79%	80%	81%
CCS	Educação Física	79%	80%	78%	86%	81%
CCS	Farmácia	91%	87%	86%	81%	87%
CCH	Letras	95%	92%	66%	71%	81%
CECIESA-Gestão	Logística	74%	76%	69%	61%	70%
CCH	Pedagogia	85%	79%	87%	70%	80%
CCS	Psicologia	92%	95%	94%	92%	93%
CECIESA-Com	Turismo e Hotelaria	85%	86%	91%	67%	82%

Fonte: Dados da pesquisa compilados a partir das informações obtidas no Sistema Acadêmico da IES pesquisada (2008).

Elaboração: Gerência de Ensino e Avaliação.

ANEXO J - Condições financeiras dos bolsistas/perfil financeiro

Qual o tamanho do grupo familiar?

1 pessoa	93	12,4%
2 pessoas	108	14,4%
3 pessoas	178	23,7%
4 pessoas	209	27,8%
5 pessoas	113	15,0%
Mais de 5 pessoas	50	6,7%
Total	751	100,0%

Qual o valor aproximado dos gastos mensais com transporte?

Não resposta	4	0,5%
Nenhum	221	29,4%
Até 20 reais	52	6,9%
De 21 a 30 reais	38	5,1%
De 31 a 50 reais	113	15,0%
Mais de 50 reais	323	43,0%
Total	751	100,0%

Qual o valor aproximado dos gastos mensais com alimentação?

Não resposta	3	0,4%
Nenhum	29	3,9%
Até 50 reais	61	8,1%
De 51 a 100 reais	152	20,2%
De 151 a 200 reais	237	31,6%
Mais de 200 reais	269	35,8%
Total	751	100,0%

Qual a renda familiar mensal?

Não resposta	1	0,1%
Até 800 reais	231	30,8%
De 801 a 1,8 mil reais	435	57,9%
De 1,8 a 3 mil reais	81	10,8%
Mais de 3 mil reais	3	0,4%
Total	751	100,0%

Qual o valor aproximado dos gastos mensais com material de estudo?

Não resposta	3	0,4%
Nenhum	28	3,7%
Até 20 reais	170	22,6%
De 21 a 30 reais	196	26,1%
De 31 a 50 reais	187	24,9%
Mais de 50 reais	167	22,2%
Total	751	100,0%

A casa ou apartamento que você reside para estudar é:

Não resposta	2	0,3%
Próprio quitado	95	12,6%
Próprio financiado	16	2,1%
Alugado	394	52,5%
Cedido	88	11,7%
Dos pais/quitado	149	19,8%
Dos pais/financiado	7	0,9%
Total	751	100,0%

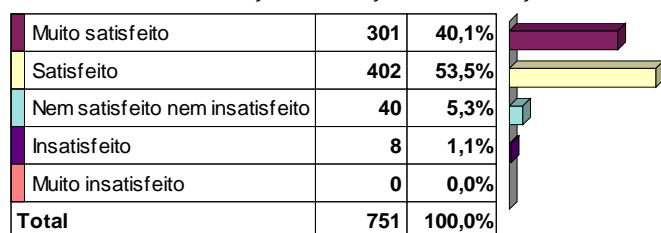
Você recebe ajuda financeira de outra pessoa ou da universidade para manter na universidade?

Não resposta	4	0,5%
Não	554	73,8%
Sim	193	25,7%
Total	751	100,0%

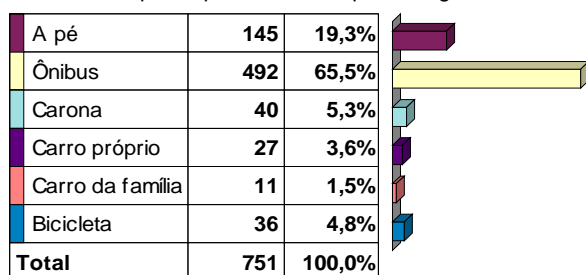
Você, pais ou responsáveis, paga aluguel ou prestação na casa ou apartamento para estudar?

Não resposta	2	0,3%
Não paga	348	46,3%
Até 100 reais	11	1,5%
De 101 até 200 reais	54	7,2%
De 201 até 300 reais	133	17,7%
De 301 até 500 reais	148	19,7%
De 501 a 750 reais	44	5,9%
De 751 até 1000 reais	10	1,3%
Mais de 1000 reais	1	0,1%
Total	751	100,0%

Avalie seu nível de satisfação com relação a sua formação na Univali



Meio de transporte que você utiliza para chegar à universidade



Fonte e Elaboração: Gerência de Ensino e Avaliação- Pró Reitoria de Ensino (2008)